

EDUARDO ALBERTO DA SILVA FARIAS

**O ESTADO BRASILEIRO PÓS-64 E AS POLÍTICAS URBANAS:
UM ESTUDO AVALIATIVO DO PROJETO CURA, EM JOÃO PESSOA.**

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Administração
Mestrado em Administração

João Pessoa – PB
1991

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

EDUARDO ALBERTO DA SILVA FARIAS

**O ESTADO BRASILEIRO PÓS-64 E AS POLÍTICAS URBANAS:
UM ESTUDO AVALIATIVO DO PROJETO CURA, EM JOÃO PESSOA**



Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal da Paraíba, na área de Finanças de Empresas, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de mestre em Administração.

Orientador: Prof. Luiz Clementino Vivacqua de Oliveira, Ph.D.

João Pessoa – 1991

D436i

Farias, Eduardo Alberto da Silva

O Estado brasileiro pós-64 e as políticas urbanas: um estudo avaliativo do projeto CURA em João Pessoa. / Eduardo Alberto da Silva Farias. _ João Pessoa : UFPB, 1991. 170 p : ilustr.

Orientador: Prof. Luiz Clementino Vivacqua de Oliveira, Ph.D

Dissertação (mestrado) – UFPB / CCSA / PPGA

Contém anexos.

1. Administração 2. Administração pública 3. administração financeira / (Administração I. Título II Assunto).

CDU: 658: 007 (047)

EDUARDO ALBERTO DA SILVA FARIAS

**O ESTADO BRASILEIRO PÓS-64 E AS POLÍTICAS URBANAS:
UM ESTUDO AVALIATIVO DO PROJETO CURA, EM JOÃO PESSOA**

Dissertação aprovada em 19 de agosto de 1991

Luiz Clementino Vivacqua de Oliveira, Ph. D
Orientador – UFPB

Afrânio de Aragão, Livre Docente
Examinador – UFPB



Adilis da Rocha, Mestre
Examinadora – UFPB

João Pessoa – PB
1991

AGRADECIMENTOS

Agradeço, este trabalho,

Aos Mestres, pois foram eles que me deram força para prosseguir;

A Ana, pelo incentivo;

A Juliana e Gabriela, pelos momentos que lhes roubei.

Ao Professor Luiz Clementino Vivacqua de Oliveira, pela orientação e amizade que me dispensou na realização deste trabalho.

Aos técnicos que participaram da pesquisa, pela boa vontade que me atenderam, em especial ao Prof. Antônio Augusto de Almeida e Ricardo Jorge Castro Madruga.

A João Batista Monteiro da Silva (Joca), que com empenho e dedicação me ajudou a finalizar este trabalho.

A Gilson do Núcleo de Processamento de Dados da UFPB, pela boa vontade em processar os dados da pesquisa.

A minha mãe que sempre contribuiu para que eu chegasse até aqui.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram na elaboração dessa dissertação.

FARIAS, E. A. S. **O Estado Brasileiro Pós-64**: Um estudo avaliativo do projeto CURA em João Pessoa. 1991. 170 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991.

Resumo

Este estudo procurou avaliar o Projeto CURA em João Pessoa, um exemplo de política urbana desenvolvida pelo Estado Brasileiro após o período de 1964. Identificando os aspectos positivos e negativos do programa. A metodologia escolhida para o estudo foi exploratória. Utilizou-se da pesquisa Delphi, desenvolvida com especialista no assunto, para avaliar os objetivos do projeto. Em linhas gerais os resultados do estudo revelaram que foram alcançados alguns aspectos positivos, apesar de ingerências políticas no andamento das obras, confrontando com as decisões técnicas e econômicas. A predominância de decisões políticas sobre os assuntos técnicos foi provavelmente uma das características principais adotadas pelo Estado burocrático-autoritário pós 1964.

Palavras-chave: Política pública; Projeto CURA; Evolução do IPTU; Evolução da receita; Custo de implantação.

FARIAS, E. A. S. O Estado Brasileiro Pós-64: An analitical study of the project CURE in João Pessoa. 1991. 170 f. Essay (Master's Course in Administration)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991.

Abstract

This research has attempted to evaluate the CURA Project in João Pessoa, an example of urban policy developed by that Brazilian state after the “1964 period”. It identifies the positive and negative aspects of the subject. The exploratory technique has been chosen as the methodology for the analyses of the study. The Delphi research has been used, developed by an expertise, in order to evaluate the goals of the project. In general terms, the results of this study showed that some positive aspects have been reached, despite the ineffective management of the works in progress, collating with the technique and economic decisions. Predominance of politic decisions on the technical subjects was probably one of the main characteristics adopted by the bureaucratic-authoritarian State after 1964.

Key-words: Public policy; CURA Project; Evolution of the IPTU; Evolution of the receipt; Cost of the implementation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa dos principais eixos viários de João Pessoa	49
Figura 2: Mapa dos conjuntos habitacionais implantados entre 1970 e 1974.	53
Figura 3: Mapa das Áreas de intervenção do Projeto CURA	60
Quadro 1: Contrato n.º 0073/87 - CURA PILOTO "TAMBAU"	76
Quadro 2: Contrato CTN-0076/78	76
Quadro 3: Contrato n.º 0076/78 - CURA PILOTO "TAMBAU" - 1.ª ETAPA.....	77
Quadro 4: Contrato CTN - 0817/78	77
Quadro 5: Contrato n.º 018/78 - CURA "TAMBAU" - 2.ª ETAPA.....	78
Quadro 6: Contrato CTN-1098/78	78
Quadro 7: Contrato n.º 1098/78 - CURA "TAMBAU" - 3.ª ETAPA.....	79
Quadro 8: Resumo dos Contratos e Valores Correspondente ao Convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0001/78)	79
Quadro 9: Convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0059/80).....	80
Quadro 10: Contrato N.º 0266/81 - FIPLAN - CURA "MANAÍRA"	80
Quadro 11: Contrato CTN-0878/81	81
Quadro 12: Contrato N.º 0878/81 - CURA "MANAÍRA" - 1.ª ETAPA.....	81
Quadro 13: Contrato CTN-0953/81	82
Quadro 14: Contrato N.º 0953/81 - CURA "MANAÍRA" - 2.ª ETAPA.....	82
Quadro 16: Resumo dos Contratos e Valores Correspondentes ao Convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0059/80)	83
Quadro 17: Convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0072/83).....	85
Quadro 18: Contrato n.º 0626/83 - Área CURA - Cristo-Mangabeira	88
Quadro 19: Projeto CURA Cristo-Mangabeira - quantitativos dos itens de execução	88

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CONJUNTOS HABITACIONAIS EXISTENTES EM JOÃO PESSOA ATÉ 1963.....	47
TABELA 2 – CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS EM JOÃO PESSOA NO PERÍODO DE 1970-1974.....	51
TABELA 3 – CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS COM RECURSOS DO BNH, EM JOÃO PESSOA, ATÉ 1968	54
TABELA 4 – CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS EM JOÃO PESSOA, NO PERÍODO 1975-1979.....	56
TABELA 5 – NÚMERO DE FINANCIAMENTOS ISOLADOS ANUAIS NO PERÍODO 1966-1983 POR FONTE.....	57
TABELA 6 – NÚMERO DE FINANCIAMENTOS ISOLADOS, AGREGADOS POR PERÍODO, SEGUNDO A FONTE.....	58
TABELA 7 – CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS EM JOÃO PESSOA, NO PERÍODO 1980-1985.....	62
TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DE JOÃO PESSOA, PERÍODO 1960-1985	64
TABELA 9 – POPULAÇÃO RESIDENTE, POR MIGRAÇÃO, EM JOÃO PESSOA – 1970-1980	65
TABELA 10 – MUNICÍPIOS APROVADOS PARA FINS DE FINANCIAMENTO DO PROJETO CURA.....	70
TABELA 11 – RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS ATRAVÉS DO CURA ORLA MARÍTIMA	74
TABELA 12 – RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS ATRAVÉS DO CURA CRISTO MANGABEIRA	86

TABELA 13 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	107
TABELA 14 – TEMPO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	108
TABELA 15 – FASE DE ENVOLVIMENTO	109
TABELA 16 – GRAU DE ENVOLVIMENTO	110
TABELA 17 – NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO.....	111
TABELA 18 – ÓRGÃO.....	111
TABELA 19 – FUNÇÃO.....	112
TABELA 20 – MELHORIA DO NÍVEL DE CONFORTO DA POPULAÇÃO MEDIANTE AUMENTO DA EFICIÊNCIAS DOS SERVIÇOS URBANOS	114
TABELA 21 – MAXIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS, EM TERMOS DE BENEFÍCIOS PRESTADOS À POPULAÇÃO, DOS INVESTIMENTOS URBANOS PÚBLICOS E PRIVADOS FEITOS NAS CIDADES, REDUZINDO ASSIM A OCIOSIDADE EXISTENTE	118
TABELA 22 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TERRENOS, POR SETOR CADASTRAL, DE 1976 A 1990.....	121
TABELA 23 – OBJETIVO III: AUMENTO DA RECEITA FISCAL DAS CIDADES, MAS NÃO DAS ALÍQUOTAS VIGENTES, MEDIANTE TAXAÇÃO QUE LEVE À UTILIZAÇÃO DE TERRENOS BENEFICIADOS COM INVESTIMENTOS DA COLETIVIDADE, COIBINDO DESSA FORMA A ESPECULAÇÃO.....	126
TABELA 24 – EVOLUÇÃO DA RECEITA, DE 1977 A 1990 (EM CR\$ 1,00 PREÇOS CONSTANTES DE 1990)	133
TABELA 25 – EVOLUTIVA DA DÍVIDA DA PMJP, COM O PROJETO CURA, POR CONTRATO, DE 1978-1990	138

TABELA 26 – COMPARAÇÃO EVOLUTIVA DA RELAÇÃO DÍVIDA E RESGATE DO PROJETO CURA, SOBRE A RECEITA TOTAL DE IPTU, NO PERÍODO 1978-1990	141
TABELA 27 – MELHORIA DO NÍVEL DE CONFORTO DA POPULAÇÃO MEDIANTE AUMENTO DA EFICIÊNCIAS DOS SERVIÇOS URBANOS	147
TABELA 28 – BLOCO IV - ASPECTOS GERAIS.....	151
TABELA 29 – CLASSIFICAÇÃO DOS BAIRROS DE JOÃO PESSOA, SEGUNDO A RENDA FAMILIAR PER CAPITA	152

LISTA DE ABREVIATURAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CBTU	Companhia Brasileira de Transportes Urbanos
CEASA	Central de Abastecimento Alimentar
CEF	Caixa Econômica Federal
CEHAP	Companhia Estadual de Habitação Popular
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNPU	Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
COPLAN	Coordenação Geral de Planejamento
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTN	Contrato
CUN	Convênio
CURA	Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIPLAN	Fundo de Desenvolvimento Local Integrado
IPEP	Instituto de Previdência do Estado da Paraíba
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MINTER	Ministério do Interior
P.U.	Política Urbana
PAC	Programa de Ação Concentrada
PARAIBAN	Banco do Estado da Paraíba
PIB	Produto Interno Bruto
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROMORAR	Programa de Moradia e Recuperação Acelerada
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UPC	Unidade Padrão de Capital
URBAN	Empresa Municipal de Urbanização

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1.....	17
O ESTADO BRASILEIRO POS-64.....	17
1.1 CARACTERÍSTICAS DO ESTADO BRASILEIRO POS-64.....	17
1.2 O ESTADO E SUAS FUNCOES NO POS-64	25
1.2.1 NOTAS INTRODUTORIAS SOBRE A EVOLUÇÃO DO ESTADO	25
1.2.2. FUNCOES DO ESTADO BRASILEIRO NO POS-64	28
1.3 O ESTADO BRASILEIRO POS-64 E O ENCAMINHAMENTO DAS POLITICAS URBANAS	33
CAPÍTULO 2.....	43
EVOLUÇÃO URBANA DE JOÃO PESSOA	43
2.1 DE SUA CRIAÇÃO ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX.....	43
2.2 DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ 1964.....	45
2.3 DE 1964 ATÉ OS ANOS 80	50
CAPITULO 3.....	66
O PROJETO CURA.....	66
3.1 O PROJETO CURA EM JOÃO PESSOA.....	71
3.1.1 PROJETO CURA - ORLA MARITIMA.....	72
3.1.2 PROJETO CURA - CRISTO-MANGABEIRA	84
CAPÍTULO 4.....	89
METODOLOGIA	89
4.1 ESTRATEGIA E MÉTODOS DE PESQUISA	89
4.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	91

CAPÍTULO 5.....	107
ANÁLISE DOS DADOS	107
CAPÍTULO 6.....	162
CONCLUSÃO	162
BIBLIOGRAFIA.....	165

1 INTRODUÇÃO

O Brasil pós-64, quando se instala o modelo de Estado burocrático autoritário, com ele é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), objetivando atender as camadas populares com habitação. Posteriormente, na década de 70, exatamente em 1972, por conta de fortes interesses do poder central, passa a atuar claramente em política urbana, criando diversos programas específicos de intervenção no urbano brasileiro.

Dentro desse rol de programas de urbanização, foi criado em 27 de março de 1973 pelo BNH, o Programa de Complementação Urbana, e que seria executado através de Projetos CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, que além de ter sido implantado em outros municípios também o foi em João Pessoa, e que é objeto de nosso estudo.

O Estudo do Projeto CURA de João Pessoa, é relevante no sentido de podermos avaliar uma política urbana verificando se suas proposições foram alcançadas satisfatoriamente ou não, melhor dizendo, o objetivo geral desse trabalho é avaliar uma política urbana criada pelo Estado brasileiro pós-64, identificando os aspectos positivos e negativos, da implantação do Projeto CURA em João Pessoa: como objetivos específicos buscamos avaliar, principalmente, até que ponto se alcançaram os objetivos preconizados pelo Projeto CURA que são:

- a) melhoria do nível de conforto da população mediante aumento da eficiência dos serviços urbanos;
- b) maximização dos resultados, em termos de benefícios prestados à população, dos investimentos urbanos públicos e privados feitos nas cidades, reduzindo assim a ociosidade existente;
- c) aumento da receita fiscal das cidades, mas não das alíquotas vigentes,

mediante taxaço que leve à utilização de terrenos beneficiados com investimentos da coletividade, coibindo dessa forma a especulaço;

- d) criaço de critérios impessoais e racionais a fim de estabelecer prioridades e atendimento das áreas carentes de investimentos públicos e privados.

Assim, a elaboraço desse trabalho está consubstanciada em seis capítulos, na seguinte ordem:

- Capítulo 1, cujo título é **O Estado brasileiro pós-64**, fazemos algumas incursões teóricas sobre o papel do Estado, como se constituiu o Estado brasileiro e as características do Estado brasileiro pós-64 e quais foram as razões da adoço das políticas urbanas por esse modelo de Estado;

- Capítulo 2, **Evoluço Urbana de João Pessoa**, mostra o crescimento da cidade, desde sua fundação até nossos dias, identificando os fatores que determinaram o seu desenvolvimento;

- No Capítulo 3, **Projeto CURA**, mostramos as causas, filosofia, objetivos e proposta do projeto como proposta de política urbana a nível geral e num segundo momento, o que foi o Projeto CURA em João Pessoa, com suas propostas de ação, e montante de recursos investidos por área beneficiada CURA Orla Marítima e CURA Cristo-Mangabeira;

- No Capítulo 4, **Metodologia**, restitui o caminho percorrido para chegarmos aos dados e informações necessários à produção do trabalho;

- No Capítulo 5, **Análise dos Dados**, onde estão avaliados os resultados da pesquisa junto aos especialistas conjugada com informações coletadas na pesquisa documental;

- E, finalmente, no Capítulo 6, **Conclusões**, fazemos alguns comentários e inflexões conclusivas extraídas da nossa análise de dados.

CAPÍTULO 1

O ESTADO BRASILEIRO POS-64

1.1 CARACTERÍSTICAS DO ESTADO BRASILEIRO POS-64

O regime político implantado no Brasil a partir de 1964, e que se estendeu por mais de duas décadas, caracterizou-se em um modelo burocrático-autoritário, onde o Estado passou a ser o centro das decisões para atender aos interesses internacionais; aos setores militares que preconizaram uma maior atuação voltada para segurança nacional; ao setor industrial e; também, aos tecnocratas (SCHMIDT, 1983) – Deliberadamente suas funções a ser empreendida pela maquina burocrática que gradativamente vai se ampliando com o fim de atender satisfatoriamente as forças que dariam sustentação política.

Assim, após 1964,

o papel do Estado é redefinido, e sua intervenção na economia, se expandiu para todas as esferas da vida social, através da articulação do tripé – empresas estatais, empresas multinacionais – empresas nacionais – com franca hegemonia das duas primeiras. (JACOBI, 1989).

Segundo Schmidt, “a nova coalizão, liderada por Castelo Branco, instalou um regime burocrático-autoritário apoiado numa estratégia corporativa de controle político”. (SCHMIDT, 1983).

A implantação deste modelo de Estado (burocrático-autoritário) ocorreu, também, em alguns países na América Latina, no caso do Brasil, ele foi implantado com o fim de extirpar o então governo populista de João Goulart, onde o Partido Trabalhista liderava uma coalizão de forças populistas, e que, com sérios arranhões, já havia transposto, aparentemente, alguns percalços quando assumiu o poder.

Segundo Carnoy, fazendo uso do pensamento de Cardoso e Falleto, referindo-se aos governos democráticos deposto na América Latina no período 1964-1976,

esses golpes mais recentes representavam antes, uma marca de terrorismo tecnocrata que tentava 'despolitizar' a sociedade em nome da eficiência política, da nação e da ordem social. O regime representativo democrático que, de uma forma ou de outra, sobrevivera no período anterior de desenvolvimento industrial foi transformado no regime corporativista autoritário, através de rebeliões nas quais grandes organizações nacionais, como o exército e a burocracia pública (ao invés da burguesia nacional ou internacionalizada), entram em ação e se organizam. (CARDOSO e FALLETO *apud* CARNOY, 1988).

Ainda Carnoy, fazendo referência, agora, ao pensamento de Stepan, afirma que "o autoritarismo burocrático não é um tipo de Estado, mas um tipo de corporativismo, especificamente um corporativismo antipopulista". (STEPAN *apud* CARNOY, 1988).

SCHMIDT, retratando as políticas econômicas adotadas pelo novo regime, afirma que "estes ajustes na política deram forma aquilo que foi chamado de 'novo corporativismo' no Brasil". (SCHMIDT, 1983). Mais adiante ele afirma que "o regime burocrático-autoritário imposto ao Brasil em 1964 como resultado de um rápido desgaste da ordem semidemocrática veio assumir traços acentuadamente corporativistas-excludentes" (SCHMIDT, 1983). Deixando caracterizado, no entanto, que em períodos anteriores na nossa história política ideológica nacional, e precisamente durante o Governo Vargas no período de 1930-1945, "a estratégia corporativista baseava-se em táticas integracionistas em relação à classe trabalhadora, a manifestação mais recente deste molde ideológico tomou forma de uma estratégia excludente" (Idem, 1983). Por que a classe trabalhadora representada pelos sindicatos de classe fora excluída totalmente do processo de participação das decisões, voltando-se o Estado tão somente a beneficiar o capital que "recebeu prioridade absoluta como fator-chave na reconstrução da ordem social" (Idem, 1983).

Entretanto, não só os trabalhadores foram relegados ou afastados, também, o poder legislativo viu-se cerceado de alguns poderes constitucionais.

Além disso, a divisão interna do trabalho no interior do aparelho estatal emergente se caracteriza por um deslocamento de poder dos corpos parlamentares para os centros burocráticos, fato que tende a reforçar a ascensão de ideologias, grupos e instituições tecnocráticas. Conseqüentemente, a política subordinou-se ao campo da administração pública e sujeitou-se a regras de racionalidade derivadas de sistemas finalistas, ao invés de basear em mecanismos para geração de consenso (Idem, 1983).

Tal como Schmidt, Nunes corrobora da opinião que o Estado Brasileiro pós-64 se definiu por uma ideologia corporativista. No entanto, ele faz referência que a corporativismo não é fato novo no Brasil, visto que:

os primeiros ideólogos do corporativismo no Brasil (fazendo referência ao período anterior a 64) imaginavam-no como um mecanismo apropriado para a criação de uma sociedade solidária (aí incluindo os empresários), onde não existiriam os conflitos divisórios (NUNES, 1983).

Mas, o corporativismo adotado pós-64 no Brasil "é um mecanismo que serve ao propósito de absorver de forma antecipada o conflito político através da incorporação e organização do trabalho". (Idem)].

Fazendo referência ao clientelismo contemporâneo, Nunes coloca que "o corporativismo é uma arma de engenharia política dirigida para o controle político, a intermediação de interesse e o controle do fluxo de recursos materiais disponíveis". (Idem).

Nunes, ainda faz referência a dois importantes autores que se debruçaram sobre o estudo científico do corporativismo: Schmitter e Winkler, os quais abordaram o tema em locais diferentes, Estados Unidos e Europa, respectivamente e que mostraram, quanto foi distorcido o corporativismo adotado no Brasil pós-64.

Para Schmitter, segundo Nunes,

o corporativismo é um sistema de representação de interesses (ou intermediação de interesses como preferiu chamar em trabalho posterior), baseado em número limitado de categorias compulsórias, não-competitivas,

hierárquicas e funcionalmente separadas, que são reconhecidas, permitidas e subsidiadas pelo Estado. No caso do corporativismo de Estado, os grupos são dependentes e infiltrados; já o corporativismo social é autônomo e penetrante. Schmitter encara o corporativismo social como a resposta natural à ineficiência do liberalismo econômico em contextos pós-industriais. Portanto o corporativismo é visto ao mesmo tempo como um sistema de intermediação de interesses e como um sistema de formulação de Políticas. Em ambos os casos, o corporativismo é uma estratégia que visa a eficiência econômica com baixos níveis de conflito. (NUNES, 1983).

Segundo Nunes, Winkler define o corporativismo como "um sistema econômico no qual o Estado dirige e controla predominantemente a iniciativa privada, de acordo com quatro princípios: unidade, ordem, nacionalismo e sucesso". (NUNES, 1983).

Em sua análise o corporativismo

é visto como um tipo de modo de produção além do capitalismo e do socialismo[...] Winkler considera a emergência do corporativismo uma das principais respostas às complexidades e ineficiências do capitalismo avançado. O corporativismo surge sempre que uma sociedade industrial está enfrentando crises, agitação interna e ineficiência. (Idem).

Assim posto, observa-se que o corporativismo em sociedades industriais é uma forma de articulação de interesses

entre grupos de produtores, tais como trabalhadores, companhias, firmas, empresas organizadas, grupos financeiros e associações comerciais vis-à-vis o Estado e entre os próprios grupos de produtores. O corporativismo é uma maneira de lidar com as incertezas geradas no mercado. (Idem)

No Brasil pós-64 o corporativismo tomou feições diferentes, devido "aos níveis de formação de classe, medos preexistentes de intermediação de interesses, cultura" e muitas outras razões. (Idem).

Para Schmidt, "o corporativismo tem se expressado em políticas que beneficiam inquestionavelmente os interesses dos grandes negócios", e afirma:

desde 1964[...], algumas das tendências históricas que assinalaram o desempenho anterior da administração nacional, no que se refere a assuntos relacionados ao desenvolvimento, vem sendo notavelmente reforçadas segundo preferências ideológicas da comunidade dos grandes negócios (SCHMIDT, 1983).

Dito isto, vale esclarecer que a comunidade dos grandes negócios, na qual Schmidt (1983) faz referência, são: as multinacionais que impuseram ao Estado

benefícios especiais para sua segurança e com isso alcançaram um processo expansionista bastante elevado atuando em diversos setores de atividade econômica onde até então estava em situação embrionária, reservado às empresas nacionais; que se associaram ao capital internacional e o Estado atuando como mediador de interesses e disciplinador das massas, e ainda, principalmente, como avalista.

O movimento golpista, que culminou com a Revolução de março de 1964, nasceu da crise econômica e política que gradativamente, havia se agravado.

A nova força política que assumiu o poder preconizou idéias modernizadoras, para por fim à crise por que nação passava.

Para atingir tal objetivo, o Estado passou a governar com atitudes duras e rigorosas, impondo um regime autoritário, resguardado pelas forças militares, que participaram como principais fiadores do movimento. Assim, consolidado o regime, o Estado voltou-se para imprimir uma política onde o capital (capital internacional – capital nacional – empresas estatais) seria o maior beneficiário.

A partir daí, instalou-se uma nova fase de **acumulação de capital**. O Estado acentuou seu intervencionismo no domínio econômico, ampliou, de forma considerável, o número de empresas estatais, criou diversos artifícios fiscais para beneficiar o capital e favoreceu a instalação das corporações multinacionais em setores básicos da economia. Em linhas gerais, foi sobre esses princípios de atuação que transcorreram os governos da revolução.

O período de 1964 a 1967, que abrangeu o governo Castelo e o primeiro ano de governo de Costa e Silva, basicamente, foi marcado por ações voltadas para manter a ordem e a segurança nacional, segundo os princípios da revolução – acabar com o populismo; intervir no movimento sindical; cassar o mandato de

parlamentares; cercear os poderes do congresso e, principalmente, instituir o uso dos Atos Institucionais para criação de leis que atendessem os interesses dos governos da Revolução. Tais medidas, segundo a propaganda de governo, objetivavam acabar com as anomalias existentes, mas que eram essenciais para criar um clima de estabilidade a fim de que as corporações multinacionais aqui se instalassem.

Foi ainda, no governo de Castelo Branco, a criação do Banco Nacional da Habitação – BNH, em 25 de agosto de 1964, decorrente de uma carta que Sandra Cavalcanti encaminhou ao Presidente, em que ela usou como justificativa para a criação que "a Revolução necessita urgentemente agir em favor das massas urbanas". (CAVALCANTI, 1964). Esse organismo se transformou, posteriormente, numa das maiores realizações da Revolução. E foi por meio dele que foram desenvolvidas as políticas urbanas dos governos da mesma.

O período 68-73 abrangeu do governo Costa e Silva (1967-1969) e o governo Médici (1970-1973). Esse foi marcado como sendo o de maior repressão política que o Brasil havia passado para dar garantias ao ciclo desenvolvimentista, que era um dos principais objetivos da Revolução.

Enquanto o Estado atuava de forma inexorável sobre os últimos resquícios dos movimentos contrários ao regime. No plano econômico iniciou-se, em 1968, a fase do milagre brasileiro.

O Estado adotou uma forte política de contenção de salários que passou a regular os aumentos, através de decreto-lei; incrementou sua intervenção na economia; ampliou os benefícios para expansão do capital nacional e multinacional, principalmente; desenvolveu um processo de estímulo às exportações; aumentou os investimentos em infra-estrutura física, para atender ao capital.

Esse modelo foi sustentado através da captação de recursos no sistema financeiro nacional e internacional.

A economia brasileira que passou por um período recessivo (1962-1967), dá um salto significativo, atingindo taxas de crescimento elevadas e o país, passou a fazer parte do rol dos países em fase de desenvolvimento.

É ainda, neste período que se caracteriza a distensão do processo de instalação do capital multinacional, via investimentos diretos ou em associação com o nacional; a expansão do capital nacional e de empresas estatais, e por corolário, também, da acumulação de capital. Transportando o capitalismo brasileiro a um patamar mais elevado.

Por outro lado, enquanto as empresas acumulavam lucros elevados, a classe trabalhadora, contida pela nação através das forças militares e para-militares, foi mantida aquém dentro deste contexto de prosperidade. Totalmente manietada sequer lhes foi dado o direito a reivindicar por seus salários, que pouco a pouco vão perdendo seu poder de compra, conseqüência do gradativo achatamento salarial imposto pelo Estado.

Nos períodos posteriores de governo (Geisel e Figueiredo) o Estado tentou manter aos mesmos níveis o processo de acumulação de capital, no entanto, não conseguiu, em parte, tal êxito pois já pelo ano de 1971 a crise começou a tomar contornos mais claros.

Os recursos que até então eram conseguidos basicamente, no mercado internacional com juros baixos, acessíveis para se tomar empréstimo, foram reduzidos consideravelmente, provocando uma alta nas taxas de juros internacionais, ao tempo que deflagrou a crise do petróleo, quadruplicando o preço do barril, que de certa forma ajudara no desencadeamento da crise nacional.

Contudo, a crise irá beneficiar de modo geral a nação brasileira. O Estado passou a distender sua ação coercitiva sobre a população, aceitando alguns movimentos reivindicatórios, antes reprimidos, visto que a manutenção daquela situação, logo geraria uma crise política. Principalmente, porque quando foram realizadas as eleições em 1974, o MDB, o partido que fazia oposição ao regime obteve a grande maioria dos votos, o que demonstrou um cenário de grande descontentamento da população, mesmo depois de ter beneficiado a classe trabalhadora com um aumento nos níveis salariais.

Assim a eminência de uma crise política levou a que o Estado passasse a ter uma maior atenção com relação a legitimidade, o que o levou a implementar dentro das diversas outras ações empreendidas, uma maior atenção no campo das políticas públicas, uma vez que ainda mantinha o objetivo desenvolvimentista.

Segundo O'Connor,

O Estado capitalista tem de tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação. Isto quer dizer que o Estado deve tentar manter, ou criar, as condições em que se faça possível uma lucrativa acumulação de capital. Entretanto o Estado também deve manter ou criar condições de harmonia social. Um Estado capitalista que empregue abertamente sua força de coação para ajudar uma classe a acumular capital à custa de outras classes perde sua legitimidade e, portanto, abala a base de suas lealdades e apoios. Porém, um Estado que ignore a necessidade de assistir o processo de acumulação de capital arrisca-se a secar a fonte de seu próprio poder, a capacidade de produção de excedentes econômicos e os impostos arrecadados deste excedente (e de outras formas de capital). (O'CONNOR, 1977).

1.2 O ESTADO E SUAS FUNCOES NO POS-64

1.2.1 NOTAS INTRODUTORIAS SOBRE A EVOLUÇÃO DO ESTADO

Antes de adentrarmos nos objetivos implícitos deste item, faremos uma breve exposição de como se evoluiu o Estado de uma maneira geral.

Iniciaremos pelo Estado liberal que surgiu das idéias do movimento revolucionário é que culminou com a Revolução Francesa em 1789 e que se sedimentou definitivamente com a Revolução Industrial. A sua concepção estava voltada para o ideário de liberdade que até então se mantinha cerceada pelo Estado Mercantilista.

Por esta época, a Escola Fisiocrática defendia a não intervenção do Estado na economia e apregoava que o mercado se auto-regularia através das forças da oferta e da demanda, sem que houvesse a necessidade da interferência do Estado. Foi um período de grande prosperidade onde o homem-cidadão se viu livre e reconhecido pelo Estado como indivíduo e com seus direitos respeitados.

A partir de 1914, com a Primeira Guerra Mundial, iniciou-se o seu declínio, motivado pelo fato de que os Estados beligerantes, necessitados de atender a indústria bélica para segurança da nação e de seu povo, passou a intervir direta ou indiretamente nos setores da economia para atender a indústria armamentista.

No entanto, a ruptura do Estado Liberal se deu basicamente em 1929 com a quebra da bolsa de Valores de Nova York, o que deflagrou uma crise a nível mundial, conseqüência da importância política e econômica que os Estados Unidos já representava, passando assim o Estado a intervir diretamente na economia, objetivando a suplantar a crise que se instalou. Outro fato importante, e que ajudou a por fim às teorias da mão invisível, foi a Segunda Guerra Mundial (1930), que pelas

mesmas razões da Primeira Guerra, obrigou uma maior intervenção do Estado. Definitivamente, o Estado Intervencionista está consolidado, tendo em Keynes o principal idealizador.

Desde então, as nações mundiais têm convivido com um Estado que ora assume posturas de liberal ora de intervencionista, isto é, dependendo dos interesses das classes que lhe dão sustentação política. Havendo, no entanto, países que optaram tão somente pela adoção de um modelo de Estado intervencionista, como é o caso dos países do bloco comunista.

Deve-se salientar que, em 1848, quando foi lançado o Manifesto Comunista por Marx e Engels, que já faziam sérias críticas ao então Estado Liberal, porque viram que com ele surgiram duas classes sociais totalmente antagônicas: os patrões, proprietários das indústrias e dos meios de produção e os operários, que passaram a vender sua força de trabalho para os patrões.

Foram eles também os que lançaram as bases do Socialismo, em confronto direto com as idéias capitalistas, já então bem desenvolvidas pela Revolução Industrial.

No caso do Estado Brasileiro dentro deste contexto histórico apresentado. Existem autores que colocam que o Estado no Brasil caminhou em sua trajetória histórica, com passos semelhantes aos apresentados. Isto é, adotou o modelo de Estado Liberal e, posteriormente, quando de sua ruptura, torna-se Intervencionista.

Russomano, por exemplo, coloca que "durante a época imperial e durante a vigência da Constituição de 1891, nosso encaixe era, ainda, marcadamente liberal. Expandia-se, destarte, a iniciativa privada, com retração do Estado nas atividades econômicas", (RUSSOMANO, [---?]). Mas adiante, a autora afirma:

A Revolução de 1930 e o Governo Provisório, então articulado, alongaram os Poderes do Estado; mas não refletiram a influência da Constituição de

Weimar. Esta projetou-se, concretamente, em nosso constitucionalismo, através da Constituição de 1934.

Abriu-se um novo Título – o atinente à Ordem Econômica e Social.

Ao Estado Liberal, abstencionista ou absenteísta, sucedeu o Estado Intervencionista (RUSSOMANO, [---?]).

Quando observamos o Estado Brasileiro no seu contexto histórico evolutivo apreende-se que não houve uma delimitação, ou melhor, não aparecem esses dois estágios: Estado Liberal - Estado Intervencionista – visto que, o que sempre predominou foi o Estado intervindo na economia, de forma autoritária e até mesmo ditatorial, ora mais ameno e conciliador, mas intervencionista de forma indireta.

Em Venâncio Filho, iremos encontrar um pensamento contrário ao de Russomano,

No período colonial, dentro de um sistema de caráter tipicamente mercantilista, vamos ver que por circunstâncias peculiares do nosso País não passa ele pela fase típica do liberalismo, com uma função restrita do Estado na vida econômica, e que de certa forma poder ia representar um contraste muito nítido entre a situação que predomina hoje nos Estados modernos, de atuação no setor econômico, em contraposição a períodos anteriores de completa omissão e desinteresse nessas atividades. Por isso mesmo encontraremos em fatos da realidade dos nossos dias características e aspectos que se aproximam de situações bastante típicas de nossa vida colonial pela transição sem ruptura entre a fase colonial e a conquista da Independência. (VENANCIO FILHO, 1968).

A despeito de coexistirem duas correntes antagônicas de pensamento, quanto, como se evoluiu o Estado no Brasil, enquanto poder, por razões de sua formação como nação e, também, por ter sobrevivido como uma nação dependente das grandes economias mundiais, sempre se apresentou vulnerável e, conseqüentemente, o Estado atuava intervindo na economia, de forma direta ou indireta, para atenuar os reflexos provenientes das crises dos países mais adiantados.

A partir de 1930, sofrendo influência, tanto da crise que abalou a economia

mundial como dos efeitos provocados pela Segunda Grande Guerra, que se iniciava, a força política que assumiu o poder, liderada por Getúlio Vargas, que governou a nação até 1945, definiu-se com ações eminentemente de um Estado intervencionista. Foi também, o marco inicial da inserção do Estado brasileiro como Estado Empresário, quando foi criada a primeira empresa estatal Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que irá produzir e concorrer no mercado, pois até então, tal postura não vigorava.

Os períodos governamentais que sucederam ao primeiro governo Vargas até 1964, procuraram ampliar cada vez mais o intervencionismo de Estado, apesar de assumirem características diferentes, a saber: segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954) "nacionalista"; Juscelino Kubitschek (1956-1969) "adotou uma política de abertura ao capital multinacional" e, João Goulart (1961-1964) "populista-nacionalista". (AFONSO,1977).

1.2.2. FUNCOES DO ESTADO BRASILEIRO NO POS-64

O modelo de Estado burocrático-autoritário do pós-64, abrigava ideais de política voltados para o crescimento econômico da nação brasileira, o que conseqüentemente o levou a alcançar o nível de modernização que era um dos seus objetivos maiores. Ampliou ainda mais suas funções de governo, a ponto de em quase todos os setores, não só econômicos, atuar via administração direta e/ou indireta.

Segundo Afonso e Souza,

seria difícil, na situação atual, descobrir qualquer setor ou campo de atividade dentro da sociedade civil que não esteja considerado, de alguma forma, como parte das responsabilidades definidas como prerrogativas estatais. É óbvio que não podemos confundir o Estado brasileiro com a sociedade civil em si, e existe um espaço social e cultural que não está necessariamente coberto pela ação direta do Estado. Entretanto, isso não

significa que esse espaço está definitivamente 'conquistado' pela sociedade civil e/ou imune a interferência estatal. Significa apenas que não é considerado prioritário; não tem um papel ativo e significativo na operação segura do grande consórcio (AFONSO e SOUZA, 1977).

A magnitude das funções do Estado pós-64, conseqüentemente, levaram a que fossem ampliadas as suas despesas, enquanto em 1950 a relação despesa/PIB era de 20%, em 1969, elevou-se para 25% (REZENDE, 1986).

Isso se deu mais pela ação do Estado em criar condições para o processo de acumulação de capital, do que para suprir a sociedade, de uma maneira geral, com serviços de atendimento voltado para o bem-estar.

Tal fato ocorreu pelo poder autoritário implantado a partir de 1964, onde os recursos foram concentrados a nível federal, após uma Reforma Fiscal, como também, pelo aspecto da concentração de poderes nas mãos da tecnoburocracia, que apesar de já existirem em períodos anteriores, agora, instalaram-se em postos-chaves, tanto da administração direta como indireta onde passaram a imprimir um planejamento centralizado, onde estados e Municípios passaram a depender das ações do Governo Federal como dos recursos.

Segundo Bresser Pereira,

Os tecnoburocratas civis e militares localizados no Estado adquiriam assim uma posição estratégica decisiva. Um Estado forte necessitava de uma tecnoburocracia ampla e bem treinada. Esta tecnoburocracia, por sua vez, tinha todo o interesse em aumentar o poder e a área, de ação do Estado. Quanto maior fosse o índice de estatização da economia, maior seria o número de tecnoburocratas, maior seria o seu poder político e maior seria sua capacidade de se apropriar do excedente econômico. (BRESSER PEREIRA, 1981).

Concomitantemente, o Estado pós-64, realizou uma reforma fiscal que foi "introduzida em 1965 com a Emenda Constitucional n.º 18 e detalhada na Lei n.º 5.172, em 1966. A Constituição de 1967 e a Emenda n.º 1, de 1969, incorporaram a estrutura estabelecida em 1965 com muito poucas mudanças". (RIANE, 1986, p. 127). Assim, através desse arranjo fiscal a União concentra a grande maioria de

recursos em seus cofres ficando reservado aos Estados membros e aos municípios uma parcela muito pequena a que os leva, a partir daí, a ficarem, quase que, totalmente dependentes do Governo Federal. Em termos percentuais, a participação dos três níveis de governo em 1967, na Receita Tributária própria era 45,8% para União, 49,4% para os Estados e 4,8% para os Municípios. Em 1976 coube 62,3% à União, 33,0% aos Estados e 4,7% aos Municípios. (Idem).

As fontes de impostos a serem arrecadados pelos três níveis de governo, ficou assim definida pela Constituição de 1967 e a Emenda n.º 1.

Governo Federal caberia:

- a) importação de produtos estrangeiros;
- b) exportação de produtos para o estrangeiro;
- c) propriedade territorial rural;
- d) renda e proventos de qualquer natureza;
- e) produtos industrializados;
- f) operações de crédito, câmbio, seguros, títulos e valores mobiliários;
- g) serviço de transporte e comunicações;
- h) combustíveis e lubrificantes;
- i) energia elétrica;
- j) minerais.

Estados:

- a) transmissão, a qualquer título, de bens imóveis;

b) operações relativas à circulação de mercadorias.

Municípios:

a) a propriedade predial e territorial urbana;

b) serviços de qualquer natureza, exceto os compreendidos pela União e Estado. (RIANI, 1986, p. 129).

Da nova distribuição de fontes arrecadoras de impostos pertinentes a cada nível de governo, os Estados e Municípios ficaram tão somente com quatro impostos cabendo dois impostos para cada um desses níveis de governo, enquanto a União ficou com dez impostos, o que por si só já demonstra o quanto dispare passou a ser dessa distribuição. Por outro lado, à União couberam impostos bastantes significativos em termos de arrecadação – Imposto de renda e Imposto de Produtos Industrializados enquanto para os Estados, os dois impostos a eles pertinentes, o Imposto de Circulação de Mercadoria é o mais significativo; no entanto seu volume de arrecadação está limitado, pelo grau de desenvolvimento da industrialização e do comércio dos Estados. Aos Municípios couberam o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial e o Imposto sobre serviços de qualquer natureza "que são caracterizados por suas baixas elasticidades de renda" (RIANI, 1986).

Através da Constituição, no entanto, foram criados mecanismos legais de transferência intergovernamentais que concede direitos aos Estados e Municípios a participarem de alguns impostos arrecadados pela União.

As transferências intergovernamentais assumem o principal papel de complementação de arrecadação nos níveis de governo recebedores de recursos.

No Brasil, as transferências intergovernamentais podem ser divididos em duas subcategorias: as transferências constitucionais e as não-constitucionais. Ao tempo em que a primeira se torna obrigatória em decorrência do respaldo constitucional, a segunda é feita sob a forma de auxílios e contribuições, sem qualquer garantia de continuidade. (RIANI, 1986).

Dito isto, devemos acrescentar que, com a tecnoburocracia no poder a área de planejamento passou a ser fortalecida substancialmente, pois eles advogavam para si as decisões como também as realizações que deveriam sofrer um processo de planejamento para alcançar em bom termo as propostas de realização do novo governo, e que o objetivo de modernização seria mais facilmente alcançado pois tudo seria planejado.

Estes aparelhos de Planejamento dedicam-se não apenas ao planejamento nacional, mas também ao planejamento regional, ao planejamento provincial, ou planejamento municipal, ao planejamento urbano, ao planejamento interno dos ministérios e demais órgãos governamentais, ao planejamento setorial da educação, da saúde, da previdência, da segurança, dos transportes, da energia, do desenvolvimento tecnológico, da agricultura, da indústria, do comércio, da produção açucareira, da produção do trigo, da indústria siderúrgica, do abastecimento, e assim por diante. (BRESSER PEREIRA, 1981, p. 117).

Fato é que o Estado passou a ser um Estado Planejador, auto-suficiente em si mesmo, sem sofrer sequer interferência do Legislativo quem normalmente, deve opinar e legislar sobre tais matérias.

Esse pensamento fica caracterizado no discurso oficial, nas palavras de João Paulo dos Reis Velloso, Ministro de Planejamento, que coloca a importância que o planejamento passou a ter no novo modelo político implantado.

Segundo a concepção moderna, o Estado promotor do desenvolvimento define os objetivos básicos e a estratégia geral de desenvolvimento. Programa a sua atuação direta, participa, em boa medida, nos investimentos e na produção, nos setores da infra-estrutura econômica e social. Só excepcionalmente participa, nos investimentos e produção, nos 'setores diretamente produtivos' (indústria de transformação, extração mineral e vegetal, agricultura, comércio, sistema financeiro, serviços pessoais). Em relação às áreas de responsabilidade do setor privado (setores diretamente produtivos e parte da infra-estrutura) realiza planejamento indicativo, define os instrumentos de política (incentivo e desestímulos), exerce ação reguladora (Discurso de posse, em 3-11-69, como Ministro do Planejamento e Coordenação Geral do Brasil).

1.3 O ESTADO BRASILEIRO POS-64 E O ENCAMINHAMENTO DAS POLÍTICAS URBANAS

Nos itens precedentes, abordou-se o Estado brasileiro pós-64, mostrando seu comportamento voltado para favorecer o processo de acumulação de capital.

Também vimos que o modelo burocrático-autoritário primou pelo planejamento centralizado e a centralização de recursos, provocando uma dependência financeira por parte dos Estados membros e dos Municípios.

Neste item iremos abordar a ação do Estado pós-64, com relação as políticas urbanas implantadas.

Anteriormente a 1964, foram muito esparsas as ações propriamente voltadas para uma efetiva política urbana, a nível nacional, o que ocorreram foram atuações pontuais em algumas cidades, dadas as suas necessidades prementes para atender o fluxo migratório campo-cidade, mesmo assim, em cidades com porte e importância superiores as da média como é o caso do Rio de Janeiro, por ter sido a sede do Governo Federal por muitos anos e São Paulo pela sua importância econômica dentro do cenário nacional. Por outro lado, a questão habitacional era tratada pelo Estado como de máxima importância, onde os Institutos de Aposentadoria e a Fundação da Casa Popular (FCP) atuavam financiando tanto na compra como na construção, de residências, servindo de instrumento político para os governos populistas anteriores a 64; desta forma, política urbana era confundida com política habitacional.

A partir de 64, as políticas urbanas desenvolvidas pelo Estado brasileiro foram consequência da própria estrutura do modelo, assumido dentro da máquina de governo. Os técnico-burocratas instalados no poder, passam a imprimir planos ou programas, já que tanto as massas populacionais como as instituições

parlamentares, estavam totalmente manietadas, a mercê da conveniência do capital, dentro da ideologia de modernização do espaço urbano.

Assim, por um lado as políticas urbanas tiveram o fim de dotar as cidades de condições para que a ação do capital não encontrasse barreira.

De fato, a política urbana brasileira tende ser compreendida como um conjunto complexo de programas e ações dirigidas para a eliminação dos obstáculos à completa socialização do espaço urbano através da reprodução expandida do capital. (SCHMIDT e FARRET, 1986).

Por outro lado, as políticas urbanas também tinham o cunho de "legitimar o Estado e o regime político frente aos interesses diversificados das classes sociais brasileiras". (SCHMIDT e FARIAS, 1986).

Com a perspectiva de se legitimar enquanto instância de poder, o Estado, através da lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, cria o BNH (Banco Nacional de Habitação) e o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) dando o passo inicial para inserção das políticas urbanas dentro do cenário nacional.

Entretanto, a proposta inicial não teve um tom abrangente da acepção do que é política urbana, ela se voltou mais precisamente, para a questão habitacional como em períodos anteriores, por que viam que através dela estariam amortecendo as lutas constantes das camadas de baixa renda pela casa própria, e também, se tornariam legítimos, pois teriam apoio de uma considerável fatia da população residente nas áreas urbanas.

Pelas palavras do Ministro Roberto Campos fica transparente tal pensamento:

A solução do problema (social) pela casa própria tem essa particular atração de criar o estímulo de poupança que, de outra forma, não existiria, e contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em ameaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem. (Discurso proferido por Roberto Campos no Seminário promovido pelo Instituto de Engenharia de São Paulo e pelo BNH - São Paulo, 1966).

Nesta perspectiva, o BNH quando de sua criação teve uma atuação marcante

tanto como instituição propaganda do regime, como também com a "missão de promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda". (BOLAFFI, 1982)

No entanto, dada a crise política e econômica do governo anterior, que inclusive serviu para justificar o golpe de Estado e impor um novo regime a partir de março de 1964.

BNH e o SEFHAU, tinham na verdade, uma dupla missão: assistir a recuperação da economia pela indução de investimento maciços no setor de construções, que se constituiu num dos mais importantes assimiladores da força de trabalho disponível, e ao mesmo tempo oferecer alguns benefícios às massas urbanas 'anômicas', a fim de gerar compromisso com um governo de legitimidade duvidosa. (BOLAFFI, 1982).

Para que tais objetivos fossem alcançados, foram mobilizados inicialmente, no ato de criação do BNH, recursos da ordem de um bilhão de cruzeiros antigos (BOLAFFI, 1982) e ainda, a arrecadação de 1% do valor da folha mensal de pagamento das empresas, relativo aos trabalhadores sujeitos ao regime de CLT (LAVIERE, 1985) que, posteriormente, seriam engordados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que passou a ser gerido pelo Banco, em 1966, e, em 1967, aumentou ainda mais seu capital, com recursos provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que serviu para solidificar sua posição como instituição financeira e transpor os percalços iniciais, dada a insuficiência de recursos para implementar os programas, tornando-o "uma das principais potências financeiras do país e talvez a maior instituição mundial voltada especificamente para o problema da habitação". (BOLAFFI, 1982, p. 50).

Enquanto o BNH, escudado pelo Estado, tornava-se uma potência financeira e com isso solidificou-se como instituição, o SERFHAU, por sua vez caminhava ofuscado. Tendo herdado

as atribuições de órgãos preexistentes voltados para o problema

habitacional e o apoio aos municípios, e deveria a bem dizer, orientar a política habitacional do governo e apoiar estados e municípios na gestão urbana. Entretanto, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo não teria condições para cumprir a missão que a Lei n.º 4.380 lhe confiara, esvaziado que foi pelo crescimento do próprio BNH como potência financeira. (BERNARDES, 1986).

Após a edição do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, quando foram definidas as atribuições dos diversos órgãos do poder central, mediante uma reforma administrativa, sua atuação, basicamente, voltou-se para financiar uma amostra de 455 municípios, na elaboração de planos de desenvolvimento integrado, com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Local Integrado (FIPLAN), "sob a supervisão do Ministério do Interior, para promover desenvolvimento urbano através do revigoramento das comunidades locais, o Programa de Ação Concentrada (PAC)" (SCHMIDT e FARRET, 1986), lançado em 1969.

Esse programa veio tão somente beneficiar as empresas de consultoria que eram contratadas para elaborar os planos, visto que os municípios não tinham experiência nem equipe técnica com conhecimento, cabendo-lhes, no entanto, pagar a conta do financiamento por um trabalho, em certos casos, que deixou muito a desejar, pois algumas dessas empresas de consultoria, além de não terem conhecimento da realidade dos municípios, também não tinham o conhecimento técnico do que se propunham a fazer.

Contudo, o SERFHAU deixou lançada a semente, quanto à necessidade de haver um planejamento a nível de município, coisa que não era bem vista dentro de um modelo de governo, onde as decisões estavam centralizadas no poder federal e também porque não atendia aos interesses das forças que davam sustentação ao governo, e ainda pelo fato de a maioria dos prefeitos não acharem atraentes esses recursos, que eram obrigatoriamente destinados à elaboração dos planos, não podendo ser utilizados em obras físicas que lhes traduziriam, de certa forma, em

propaganda de seus respectivos governos.

O BNH, depois da reforma administrativa, passou a ser vinculado ao Ministério do Interior, e também lhe foi definida uma nova política de atuação que se estenderia de 1967 a 1971, conhecida como sua segunda fase, onde passou "a privilegiar os financiamentos voltados para as faixas de renda mais altas" (VALLADARES, 1983), afastando-se, de certa forma, dos objetivos iniciais que levaram a sua criação. Essa mudança foi consequência do modelo de capitalismo implantado em 1964, o Estado agindo sempre voltado para beneficiar o capital.

Fato é que no período 64-67, anterior à nova orientação, o banco atuou na construção de moradias para as classes de baixa renda, no entanto, tanto o descompromisso com a qualidade, como os altos valores que eram cobrados pelos imóveis, sobre os quais incidia correção monetária – mecanismo criado com a concepção do BNH – levaram muitos proprietários a deixar de pagar as prestações e perder o direito de uso das moradias, sendo tomadas pelo Banco. Alguns outros abandonaram os imóveis, o que provocou constantes críticas à instituição e, por extensão, ao regime, ocasionando com isso uma mudança no cálculo das prestações. Já em 1966, através do Plano de Equivalência Salarial, onde a atualização monetária das prestações seria feita pelos reajustes salariais, e o BNH assumia os saldos devedores pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais.

A política de financiamento privilegiando as classes de poder aquisitivo mais alto deu-se não somente pelas circunstâncias apresentadas acima, mas, e, principalmente, "buscando evidentemente atingir um mercado com poder aquisitivo que pudesse fazer frente aos preços dos imóveis e às taxas de juros e correções monetárias, que aumentam anualmente mais do que o aumento do salário mínimo" (MARICATO, 1982). Dentro desta nova perspectiva de atuação, foi incluída ainda a

linha de financiamento para infra-estrutura urbana, que foram esses, os primeiros passos na área de desenvolvimento urbano.

Em 1971, inicia-se "o terceiro período do BNH correspondente a sua transformação em banco de segunda linha, quando então deixa de operar diretamente, cabendo aos agentes repassar os créditos por ele concedidos e se responsabilizar pelas operações". (VALLADARES, 1983).

Foi também, quando o BNH passou a ter uma atuação mais ampla em programas de desenvolvimento urbano, criando o Projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), objeto de estudo deste trabalho e três Fundos de Desenvolvimento Urbano para as regiões, na seguinte ordem cronológica: Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul e para a Amazônia.

A partir, de então, nos anos posteriores foram marcados por um elenco bastante representativo de programas direcionados para o desenvolvimento urbano, constatado através dos seguintes dados: "as aplicações em habitação, que eram de 93,2% em 1969, caem para 59,7% em 1974, atingindo 66,9% em 1978; paralelamente os investimentos em desenvolvimento urbano passaram de 4,1% em 1969 para 25,2% em 1974 e 28,1% em 1978". (VERAS *apud* VALLADARES, 1983, p. 42).

Deve-se, no entanto, ressaltar que nos programas de desenvolvimento urbano, financiado com recursos do BNH, os Estados e Municípios constavam dentre os beneficiários, para que através deles se pudesse suprir a ausência de recursos, conseqüência da Reforma Fiscal de 1966.

Em termos políticos, esta mudança da habitação para o desenvolvimento urbano, como principal foco de orientação assumida pelo BNH, pode ser vista sinteticamente assim:

a) uma alternativa para investimentos lucrativos, dados os estrangulamentos causados pela política habitacional anterior;

b) um resultado das crescentes deficiências no 'ambiente construído', que já ameaçavam as taxas de acumulação de capital nos setores urbanos da economia;

c) uma consequência das crescentes contradições que se formaram nas áreas urbanas como resultado da orientação financeira das políticas existentes'. (SCHMIDT e FARRET, 1986).

Esta nova orientação veio à luz do tempo, mostrar claramente a intenção do regime implantado pós-64, onde o interesse do capital esteve sempre acima de qualquer outro interesse, mesmo nos primeiros dias com políticas na área de habitação desenvolvido pelo Banco para a classe de baixa renda, "o BNH, em si mesmo, não está diretamente envolvido em fornecer habitação" (SCHMIDT, 1983) mas em arrecadar um montante representativo de recursos via FGTS e SBPE, para, em seguida, repassá-los aos agentes financeiros privados que tinham a preocupação última de transformá-los em lucros, cobrando juros elevados nas transações de financiamento. Neste Processo, também teve a participação do agente financeiro público, que atuava sobre os mesmos ditames e preocupações.

Assim, sob a nova orientação, o BNH atuando como Banco de 2.^a linha, serviu para consolidar o processo de acumulação de capital, onde os agentes financeiros tornaram-se peça fundamental na estrutura já preestabelecida, os financiamentos não foram somente voltados para o fortalecimento da indústria da construção civil, mas, também, atendeu a outros setores de atividade, e o Banco passou a ser de crucial importância para o desenvolvimento urbano, melhor dizendo, agente modernizador do espaço urbano visando a expansão do capital, dentro da política desenvolvimentista.

Posteriormente houve incursões em desenvolvimento urbano, através da criação de outros órgãos, a fim de definir e orientar, ao nível de poder central, atividades dentro do contexto de políticas urbanas.

Em 1974, foi desativado o SERFHAU e, no mesmo ato, criada a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPNU), pelo Decreto n.º 74.156, de 6 de junho de 1974, "com as funções básicas de estabelecer diretrizes para a política nacional de desenvolvimento urbano e presidir a implantação das recém-criadas regiões metropolitanas no País (pelas leis Complementares n.º 14 e n.º 20)" (BRASILEIRO, [---?], p. 32). Seus membros eram representantes dos ministérios: da Fazenda, Indústria e Comércio, Interior, Planejamento e Transporte. Ainda no ano de sua criação, depois da edição do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o CNPU definiu suas ações em conformidade com as diretrizes PND, que representava o documento oficial das proposições do governo Geisel.

Segundo Bernardes, foram os seguintes os pontos básicos enunciados:

a implantação das nove regiões metropolitanas já criadas e daquelas em formação, apoiando a elaboração de planos, criando mecanismos novos e apoiando projetos específicos: para isso, um sistema financeiro de cunho metropolitano seria criado, e recursos federais seriam alocados para a implantação de sistemas de planejamento integrado;

uma linha de ação orientada às cidades de porte médio alcançaria os núcleos com mais de 50 mil habitantes; na região Sudeste, teria a finalidade de promover o crescimento desses centros e reduzir e das grandes metrópoles; no Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste, integrar-se-ia à programação de desenvolvimento regional, e a ação da União seria mais efetiva;

projetos específicos se destinariam aos núcleos de apoio a programas especiais da política econômica;

o lazer e o turismo também mereciam atenção especial. (BERNARDES, 1986).

Para viabilizar suas ações foram instituídos o Fundo Nacional para o Financiamento do Desenvolvimento Urbano (Lei n.º 6.256 de 22 de outubro de 1975) e o Fundo para Transportes (Lei n.º 6.261 de 14 de novembro de 1975).

O CNPU atuou num nível intermediário como elo de ligação entre o poder central e os poderes locais; desta forma foi mantida a figura centralizadora do Estado

nas decisões na qual a SEPLAN (Secretaria de Planejamento, em nível de ministério) trouxe para si toda a coordenação da política de desenvolvimento urbano, assim foram ampliadas as forças de intervenção, não mais reduzidas a atuações pontuais em alguns municípios, como ocorreu com o SERFHAU, mas em aglomerações urbanas onde abrangiam diversos municípios. Na verdade

as causas ostensivas dessas mudanças são múltiplas e provem da exaustão de oportunidades lucrativas para novos investimentos, bem como de pressões emanadas de uma estrutura urbana profundamente desorganizada. O capital disponível tinha de encontrar novas oportunidades, os problemas de circulação tinham de ser superados para permitir a expansão do sistema produtivo e o Estado necessitava urgentemente deslanchar uma cadeia de operações para favorecer o funcionamento de um aparato produtivo expandido. Finalmente, as mudanças foram também influenciadas pela falência do modelo municipalista e pela vitória de uma concepção espacial mais ampla (SCHMIDT e FARRET, 1986).

Tal como o SERFHAU, o CNPU, também, não conseguiu alcançar os objetivos propostos. No governo seguinte (1979) foi substituído pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, (Decreto n.º 83.355, de 30/04/1979), vinculado ao Ministério do Interior, composto por representantes dos ministérios da Aeronáutica, Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Comunicação, Justiça e Interior, presidentes do BNH e CBTU, e mais cinco membros nomeados pelo Presidente da República, tendo como presidente o Ministro do Interior.

Em linhas gerais, teve as mesmas funções que o CNPU, mas de certa forma, esteve mais fortalecido, pois teve o apoio da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano, também vinculada ao MINTER, criada ao mesmo tempo, pretendeu-se, assim, uma complementaridade nas ações concernentes a política urbana.

A partir da criação do CNDU há fatos novos que vão alterar o perfil compreensivo da política urbana nacional: convênios com o Banco Mundial para apoio do Programa Especial de Cidades de Porte Médio; anteprojeto de lei sobre zoneamento industrial em áreas críticas de poluição; aprofundamento das linhas da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; medidas de fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema de administração metropolitana (Resolução 005/79 CNDU); medidas de fortalecimento dos municípios; trabalhos para o aperfeiçoamento da

legislação sobre desenvolvimento urbano; contrapartidas de Estado e Municípios nos programas de investimentos do FNDU; atividades da administração pública federal nas regiões metropolitanas; identificação das linhas primordiais para o estabelecimento de uma política fundiária urbana; convênios com MEC e UNICEF; enfim, várias medidas que visam a compatibilização de medidas governamentais nas áreas metropolitanas. (SCHMIDT e FARRET, 1986).

Muito embora, por um lado parecessem importantes e abrangentes as ações do CNDU, não obstante, pelo centralismo mantido, muitas proposições ainda se restringiram ao nível das intenções, pois houve uma gradativa redução de recursos postos em disponibilidade para o órgão gerir suas ações e, por outro lado, pela mudança na estratégia, a nível de investimento urbano, por parte do Estado passando a contemplar mais significativamente a alocação de recursos na área de transportes urbanos, foco de inúmeros descontentamentos por parte dos usuários.

Esse deslocamento, por parte do Estado, deveu-se mais pela necessidade de conter os conflitos que se tornaram evidentes através das reivindicações via movimentos sociais urbanos, não só, com relação aos transportes urbanos,

já que os movimentos sociais urbanos são multifacetados, envolvendo novas formas de relacionamento dos atores sociais frente à sociedade, como formadores de uma nova cultura política[...] Estes movimentos sociais urbanos, via de regra, são dirigidos ao principal Interlocutor, que é o Estado, e suas agências nas diversas instâncias de poder (federal, estadual ou municipal). Uma vez que nos últimos anos o Estado se tornou o estruturador da vida cotidiana, fundamentalmente das camadas populares, e os conflitos daí decorrentes relacionam-se mais ou menos diretamente com a gestão do próprio Estado e suas orientações políticas. (FARIAS, 1990).

Contudo, o CNDU encontrou apoio financeiro através do Banco Mundial, agência internacional, aplicando recursos no Programa Especial: Cidades de Porte Médio e em algumas regiões metropolitanas.

CAPÍTULO 2

EVOLUÇÃO URBANA DE JOÃO PESSOA

2.1 DE SUA CRIAÇÃO ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX

Em 5 de agosto de 1585, na margem direita do Rio Sanhauá, fora implantado o embrião do que mais tarde seria a cidade de João Pessoa, a partir da escolha do local para a construção de um Forte, como medida de proteção às invasões.

Pela localização estratégica de defesa e segurança, foi construído um porto; com isto, tão logo este povoamento passou a gravitar como ponto de interesse da Coroa Portuguesa, servindo de ponto exportador de açúcar.

De início, recebeu a denominação de:

Nossa Senhora das Neves, depois teve seu nome mudado para Felipéia, quando caiu no domínio espanhol, em homenagem a rei da Espanha, D. Felipe II. No governo batavo, chamou-se Frederiksdadt, depois Paraíba, e somente em 1930, recebeu o seu nome atual. (RODRIGUEZ, p. 45, 1980).

De forma natural, foi-se dando o crescimento da cidade, as construções eram próximas ao Forte e ao Porto, definindo qual seria o traçado futuro. No entanto, acidentes naturais dificultavam seu crescimento em direção à orla marítima como também em outras direções. Então, em 1586, com a vinda do Ouvidor Geral do Brasil, a Paraíba, acompanhado de técnicos da Coroa, decidiu-se por estender sua formação para a parte alta.

Inicialmente foi construída a Rua Nova, que é hoje a Rua General Osório, com 45 metros de altitude, na 3ª plataforma depois do porto, e que possibilitou a construção de edificações religiosas, que sobrevivem até hoje, representando o importante acervo histórico-cultural, e ainda construções de diversas outras edificações, com fins residenciais, administrativos e culturais.

Da Rua Nova, outras mais foram surgindo, Visconde de Pelotas e Duque de Caxias, paralelas a primeira, e várias ruas sinuosas, que serviriam para fazer a ligação entre elas e, como elo de ligação entre a parte baixa e a alta, surgiu a ladeira de São Francisco, onde, em época posterior, foi construída a Casa da Pólvora e a Igreja de São Pedro Gonçalves.

Entretanto, devido aos relevos geográficos que circundavam a cidade, impuseram que o seu crescimento se desse de forma muito lenta, ademais, também, outros fatores ajudaram,

destacando-se em algum tempo a consciência da cidade de Mamanguape, que exportava por seu Porto a produção do brejo Paraibano. Mais forte foi o fato que todo o sertão surgiu intimamente vinculado a Campina Grande, que, por sua vez, estava diretamente articulada com Recife em vários níveis, principalmente o econômico. Esta divisão regional entre o interior, com Campina Grande e o litoral, com João Pessoa, concorreu para expansão desta última. (RODRIGUEZ, 1984).

Além destes, outros fatores impediram o crescimento da cidade: a absorção de Portugal pelo reino da Espanha; a invasão holandesa, quando a totalidade dos moradores teve que fugir e, após a retomada da cidade, muito precisou ser construído. Nessa época, além da pouca importância que tinha a sua produção, que pouco se expandiu, precisava também de um volume considerável de recursos, o que não interessava à Coroa.

Entretanto, todos esses entraves não abalaram a posição estratégica da cidade, como também, de atração, convergindo a ela a produção dos povoados litorâneos. Paulatinamente a cidade foi se consolidando e, junto com ela a parte alta, para onde o comércio, aos poucos, vai se transferindo. Em meados do século XIX, ocorre a mudança da sede do Governo para onde, hoje, é a Praça João Pessoa.

Outras razões também ajudaram a consolidar a importância da cidade de João Pessoa no cenário do Estado da Paraíba, no final do século XIX.

Com a implantação da Estação Central, próximo ao porto cuja iniciativa deve-

se ao Império Brasileiro, através da Companhia de Estrada de Ferro Conde d'Eu, propiciando a ligação da Capital com o interior, inicialmente em direção ao brejo, em 1875, estendendo-se a Pilar e a Guarabira, em 1883 e 1884, respectivamente, e, por fim, atingindo a Cabedelo, em 1889. Tais medidas alteraram profundamente o cotidiano da cidade, incrementando diversas atividades, principalmente o comércio.

2.2 DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ 1964

Somente a partir do século XX, é que se dará a expansão de João Pessoa, depois de realizado o saneamento da Lagoa do Parque Solon de Lucena, que ainda era o principal entrave para o crescimento da cidade.

Sem dúvida, foi marcante na urbanização da cidade, no entanto, com a abertura das Avenidas Epitácio Pessoa e Cruz das Armas, antes de atingir a metade do século XX, basicamente, é o que determinará a expansão de sítio urbano no sentido leste e sul, respectivamente.

Com a abertura da Avenida Epitácio Pessoa, a cidade caminhou para o mar. O próprio governo estimulou este processo, com a construção do conjunto habitacional do Montepio (funcionários públicos), hoje bairro de Tambiá. A construção do Quartel do atual 1.º Grupamento de Engenharia, a pista do aeroclube (onde é hoje o bairro de Tambauzinho).

A linha de bondes, que ia até a praia, pelo leito da atual Av. Epitácio Pessoa, e prosseguia pela Av. Rui Carneiro fazem parte deste surto em direção ao mar. (RODRIGUEZ, 1984).

A abertura da Avenida Cruz das Armas, na direção sul, além de distender os limites urbanos, tornou possível o acesso rodoviário à Capital do Estado de Pernambuco, Recife, concorrendo para a instalação de um corredor de atividades, voltadas ao setor secundário da economia, enquanto se processava, concomitantemente, a formação de bairros na sua adjacência (Cruz das Armas, Novais e Oitizeiro).

Definidos esses dois eixos, conseqüência dos relevos geográficos que se apresentavam: a noroeste, manguezais, formado pelos Rios Sanhauá e Paraíba; a sudeste, o Rio Jaguaribe e a Mata do Buraquinho e, a oeste, pelos municípios de Bayeux e Santa Rita, também, já se começava a dar contornos mais ou menos definidos das classes sociais que iriam futuramente, dentro de um processo gradual, ocupar as áreas circunvizinhas.

Com a expansão da cidade em direção leste, ocorreu uma transferência para a Avenida Eptácio Pessoa, da burguesia urbana e rural que residia, principalmente, na Avenida João Machado e Avenida Trincheiras. Além disso, foi havendo uma transformação gradativa das antigas casas de veraneio nas praias, em residências permanentes. (RODRIGUEZ, 1984).

Enquanto a população de menor poder aquisitivo destinava-se para o eixo sul, a Avenida Cruz das Armas (figura 1).

A seletividade do solo urbano de João Pessoa ficou consolidada depois da criação do BNH, conseqüência da política de construção de conjuntos habitacionais, destinando essas moradias para a camada da população de baixa renda, com isso, fica patente a estratificação social.

Até o ano de 1963, existiam 14 conjuntos habitacionais localizados em bairros próximos à Avenida Eptácio Pessoa, representando um total de 851 unidades habitacionais, o que correspondia a aproximadamente 3% dos domicílios de João Pessoa, localizados dentro da malha urbana (Tabela 1). Isso que mostra que, apesar de já terem sido construídos esses conjuntos, ainda assim o processo de crescimento vinha sendo lento, a cidade tinha aproximadamente 29 mil domicílios.

TABELA 1 – CONJUNTOS HABITACIONAIS EXISTENTES EM JOÃO PESSOA ATÉ 1963

NOME	N.º DE UND. HABITACIONAIS	ANO DE CONSTRUÇÃO	LOCALIZAÇÃO (BAIRROS)
Macacos	35	1935	Tambiá
Vila Popular	150	1950	Jaguaribe
Vila dos Motoristas	50	1955	Jaguaribe
Expedicionários	230	1955	Expedicionários
Henrique de La Roque	75	1959	Expedicionários
João Goulart	50	1960	Expedicionários
Bancários	32	1963	Jaguaribe
Santa Júlia	35	(antes de) 1964	
Boa Vista	40	(antes de) 1964	
**	30	1940/1950	Torre
**	30	1940/1950	Centro
**	30	1949	Torre
**	32	1952	Torre
**	32	1952	Torre
TOTAL.....851 UNIDADES HABITACIONAIS			

Fonte: FERRAZ, Sonia T. e DUAYER, Juarez. **Pesquisa "Produção e Consumo da Habitação"**. O mercado habitacional de João Pessoa, Departamento de Arquitetura/UFPB, 1985.

(*) Antes da criação do BNH.

(**) Conjuntos cujos nomes não foram identificados.

Neste mesmo ano, pela ação do poder público, três obras de vulto, foram implantadas em João Pessoa o que determina novos rumos de crescimento da área urbana.

A primeira foi a implantação do anel rodoviário, uma obra pública incluída de uma política de integração nacional representada pelos eixos rodoviários da BR-101 (em direção a Recife) e a BR-230 (em direção a Cabedelo).

A segunda intervenção no mesmo período foi a implantação do Campus Universitário da UFPB, que representou também o início de planejamento da área urbana, e a terceira foi constituída pela implantação do Distrito Industrial, também ao longo do anel rodoviário, fazendo parte da política de industrialização do Nordeste, norteador pela SUDENE (FARIAS, 1990).

Enquanto que a construção do anel rodoviário possibilitou um itinerário mais rápido para escoamento da produção, pois até então era pela Avenida Cruz das

Armas, diminuindo assim o fluxo de transportes no centro da cidade, como também uma maior integração com o interior do Estado e com os Estados vizinhos, o Campus Universitário, transcendendo o vale do Jaguaribe e o Distrito Industrial, além da Avenida Cruz das Armas, induziu a que os lotes de ocupação entre alguns pontos da cidade começassem a se reduzir, em certa medida, quando um maior adensamento.

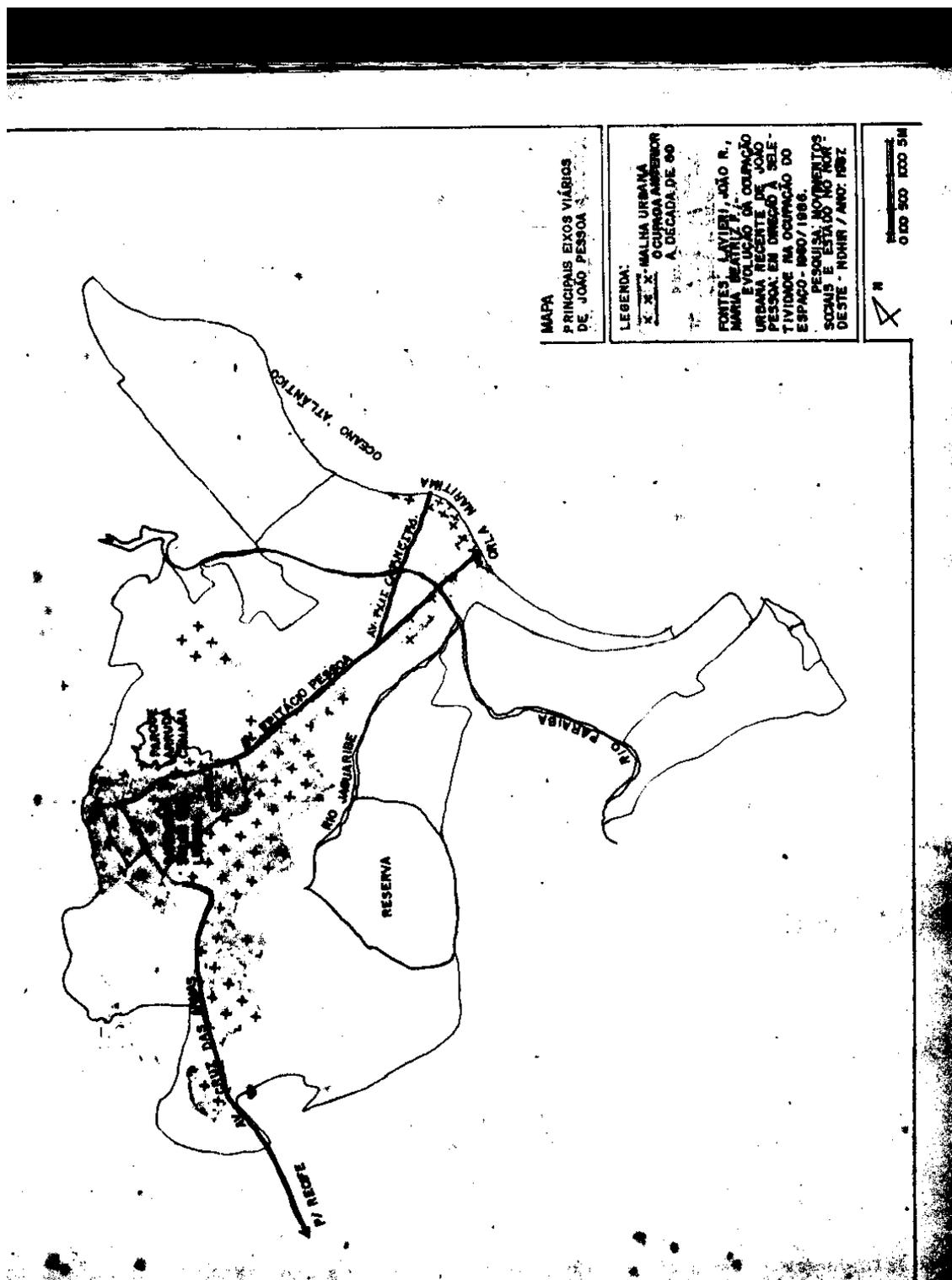


Figura 1: Mapa dos principais eixos viários de João Pessoa
 Fonte: LAVIERI, João R. *et al.* **Evolução da ocupação urbana recente de João Pessoa: em direção à seletividade na ocupação do espaço: 1960-1986.**

2.3 DE 1964 ATÉ OS ANOS 80

No ano de 1964, mais precisamente, em março, um movimento revolucionário, tendo à frente as forças militares, depõe o Presidente da República e assume o poder central. Com o objetivo de alçar a nação ao nível de um país que entrará no seu ciclo desenvolvimentista, passa a adotar diversas medidas, para que o capital não encontre barreiras que atrapalhem a sua expansão. Diversas medidas são tomadas, e uma delas é criação do BNH.

Por este órgão, são implantados programas voltados para área urbana dos municípios, a nível nacional. Um deles estaria direcionado às camadas de baixa renda, instando-as, nas periferias das cidades, instruindo pela idéia de Sandra Cavalcanti, através de carta ao Presidente da República, Castelo Branco, o que inclusive serviu para justificar a criação do órgão. Assim, passou-se, imediatamente, a por em prática o programa de construção com o intuito de absorver a população removida da favela Adolfo Cisne, que possibilitou à implantação da Avenida Beira Rio, terceiro eixo de acesso à orla marítima.

Mais uma vez, o poder público local, faz uso de um programa de construção de conjuntos para provocar o adensamento agora nesta área, e ainda mais, transvestir ação, beneficiando assim, um extrato social com poder aquisitivo mais alto, induzido pela facilidade de acesso a um outro setor da orla marítima.

Enquanto a década de 60 se caracterizou por possibilitar um maior adensamento, a década de 70 foi marcada pela expansão da malha urbana e consolidação da seletividade do solo urbano de João Pessoa.

A década de 70 ficou marcada pela quantidade de Conjuntos habitacionais construídos, que somados atingia um total de 15, numa média de construção 1,5 em cada ano, embora tenha havido, dentro da evolução natural do tempo, um período

de três anos onde não ocorreu número significativo de construções dessa natureza, referimo-nos aos anos de 1972, 1973 e 1976.

De 1970 a 1974 quatro conjuntos São construídos (Castelo Branco II, Costa e Silva, Castelo Branco III e João Agripino), gerando um acréscimo de 2.266 novos domicílios.

Muito embora, dois desses Conjuntos fossem expansão do Conjunto Castelo Branco, representando 51,2% do total ratificando o interesse do Governo em adensar aquela área próximo ao Campus Universitário. Entretanto, o destaque a ser dado ao Conjunto Costa e Silva, sozinho contribuiu com 35,8% das novas unidades habitacionais construídos no período, tendo sido localizado numa área periférica da Cidade, próximo ao anel rodoviário formado pela BR 101 e BR-230. Quanto ao conjunto João Agripino, foi localizado numa área adjacente aos Bairros Pedro Gondim e Jardim Luna, o que contribuía para adensar, quase todos os espaços existentes entre o centro seguindo na direção da orla marítima. (Vide Tabela 2).

TABELA 2 – CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUIDOS EM JOÃO PESSOA NO PERÍODO DE 1970-1974

NOME	N.º DE UND. HABITACIONAIS	ANO DE CONSTRUÇÃO	LOCALIZAÇÃO (BAIRROS)
Castelo Branco II	561	1970	Castelo Branco
Costa e Silva	812	1971	Costa e Silva
Castelo Branco III	600	1974	Castelo Branco
João Agripino	293	1974	João Agripino
TOTAL.....2.266 UNIDADES HABITACIONAIS			

Fonte: FERRAZ e DUAYER, 1985, op. cit.

A partir de 1975, conseqüência da crise econômica nacional, o BNH, destina um maior volume de recursos para financiar habitações populares (Conjuntos

Habitacionais), diminuindo, conseqüentemente, os financiamentos individuais para construção de residências de alto e médio padrão. Tal iniciativa se prendeu ao fato de que:

Os conjuntos populares constituíam-se num mercado mais seguro para as construtoras e empreiteiras, já que elas se responsabilizavam somente pela edificação, sendo a comercialização das habitações de responsabilidade unicamente do próprio Estado. (Op. cit.).

Por esta época, as áreas centrais da cidade já estavam praticamente consolidadas, com relação ao processo de adensamento, passando a ser o solo urbano ali localizado bastante valorizado. Daí a razão dos conjuntos habitacionais terem sido implantados em áreas periféricas da cidade e, também, porque o público alvo dessas construções estava situado dentro da camada da população de baixa renda (figura 2).

Deve ser ressaltado que esta política, em nível nacional, na verdade, objetivava revigorar a indústria da construção civil, que reclamava sua participação nesse processo de mudança de postura do Estado, criando estímulo financeiro para o poder público, além de absorver uma fatia considerável de mão-de-obra desempregada na área urbana, o que de certo modo poderia abalar o regime com pressões reivindicatórias. E por outro lado, atendendo, também, a uma camada da população que há muito vinha pedindo uma maior atenção.

Para João Pessoa, o programa voltado à construção de conjuntos habitacionais será decisivo na expansão da malha urbana e, conseqüentemente, na ocupação das áreas interfaciais

Em 1968, são postos a venda 1703 novos domicílios, provenientes da, construção de 5 conjuntos habitacionais, correspondentes a contratos de construção assinados em 1967 (Tabela 3), defasados em 4 anos do início do programa, a que fora lançado com a criação do BNH.



Figura 2: Mapa dos conjuntos habitacionais implantados entre 1970 e 1974.
 Fonte: FERRAZ e DUAYER, 1985, op. cit.

Contudo, suas localizações, de certa forma, foram estratégicas, pois os quatro primeiros conjuntos listados na tabela 3 (Jardim 13 de Maio, Redenção, Boa Vista e Pedro Gondim) estão situados entre o centro e a orla marítima em alguns vazios da malha urbana e, pela localização do conjunto.

Redenção, numa parte elevada entre a BR-230 e a Avenida Rui Carneiro, induziu a ocupação desta Avenida.

TABELA 3 – CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS COM RECURSOS DO BNH, EM JOÃO PESSOA, ATÉ 1968

NOME	N.º DE UND. HABITACIONAIS	ANO DE CONSTRUÇÃO	LOCALIZAÇÃO (BAIRROS)
Jardim 13 de Maio	413	1968	Jardim 13 de Maio
Redenção	70	1968	Jardim Luna
Boa Vista	558	1968	Ipês
Pedro Gondim	281	1968	Pedro Gondim
Cia. dos Funcionários	381	1968	Cia. Dos Funcionários
TOTAL.....1.703 UNIDADES HABITACIONAIS			

Fonte: Ferraz e DUAYER, 1985, op. cit.

Em direção ao município de Cabedelo, enquanto o conjunto Cidade dos Funcionários, no lado oposto (ao sul), próximo a Avenida Cruz das Armas, contribuiria com 381 novos domicílios, no adensamento rumo ao Distrito Industrial.

É importante destacar que os objetivos dos primeiros conjuntos habitacionais construídos em João Pessoa afastaram-se dos objetivos intrínsecos na proposta do BNH, pois, como foi dito anteriormente, eles foram, para o poder local, um instrumento voltado a propiciar um maior adensamento na malha urbana da cidade, pela suas localizações e, por outro lado, o público favorecido com essas construções, em sua grande maioria, funcionários públicos federais e estaduais provenientes da classe média, o que destoava da política voltada para a baixa renda.

Antes do término da década de 60, em 1969, dá-se a construção do Conjunto Castelo Branco, pela CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular), com 630 unidades habitacionais, localizado próximo ao Campus da UFPB, na direção sudeste da cidade, sua importância está em ter sido o maior conjunto construído em João Pessoa, até aquela época, além de ser consequência de um planejamento elaborado.

Assim, no período 1975-1979, foram construídos 12 conjuntos habitacionais, numa média superior a 2 para cada ano, apesar de no ano de 1976 não ter havido nenhuma construção, o que é encoberto pelos 4 de 1977 e mais 4, em 1978, anos de acentuados processos de construção. No conjunto, perfaz um total de 5.014 novas unidades habitacionais, sendo o de maior expressão pelo seu tamanho, o Conjunto Ernesto Geisel com 1.800 domicílios (Tabela 4).

Por suas localizações, uns são ampliações de um conjunto que em épocas anteriores haviam sido implantados (mini Conjunto I, II e III, Brisa Mar e Juscelino Kubitschek e os outros foram implantação). Outro fator a destacar, é que os conjuntos Brisa Mar, Altiplano Cabo Branco e Juscelino Kubitschek, pela localização estavam voltados a atender uma população de renda média.

Em linhas gerais, a proposta era fortalecer o adensamento em algumas áreas e estender os limites da malha urbana, através da ocupação de áreas periféricas pela população de baixa renda, no lado sudeste da cidade.

TABELA 4 – CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUIDOS EM JOÃO PESSOA, NO PERÍODO 1975-1979

NOME	N.º DE UND. HABITACIONAIS	ANO DE CONSTRUÇÃO	LOCALIZAÇÃO (BAIRROS)
Mini Conjunto I	24	1975	Castelo Branco
Mini Conjunto II	28	1975	Castelo Branco
Cid. Funcionários	140	1975	Cid. Funcionários
Ernani Sátyro	600	1977	Ernani Sátyro
Brisa Mar	372	1977	João Agripino
Homero Leal	170	1977	Cristo Redentor
Juscelino Kubitschek	50	1977	Jardim Luna
Mini Conjunto III	135	1978	Castelo Branco
José Américo	870	1978	José Américo
Ernesto Geisel	1.800	1978	Ernesto Geisel
Altiplano Cabo Branco	529	1978	Altiplano Cabo Branco
José Vieira Diniz	296	1979	Distrito Industrial
<hr/>			
TOTAL...	5.014 UNIDADES HABITACIONAIS		

Fonte: FERRAZ e DUAYER, 1985, op. cit.

Outro fato a considerar, ainda na década de 70, é em relação aos financiamentos isolados para construção de residências. Elas de certa forma tiveram sua parcela de contribuição no processo de adensamento da área urbana de João Pessoa.

No período compreendido entre os anos de 1966-1983, foi feito um total de 6.845 financiamentos isolados, correspondendo 5.164 provenientes de recursos do BNH sobre a intermediação do IPEP, e, também, do próprio órgão, 1.681 pelo SBPE (Tabela 5).

TABELA 5 – NÚMERO DE FINANCIAMENTOS ISOLADOS ANUAIS NO PERÍODO 1966-1983 POR FONTE

Fonte		IPEP	SBPE	TOTAL
Anos	66	70	-	70
	67	20	6	26
	68	21	121	142
	69	24	66	90
	70	150	146	296
	71	60	231	291
	72	112	106	228
	73	90	140	230
	74	121	103	224
	75	149	66	215
	76	310	45	355
	77	395	72	467
	78	322	96	418
	79	558	71	629
	80	967	170	1137
	81	730	167	897
82	770	75	845	
83	285	-	285	
Total		5.164	1681	6845

Fonte: FERRAZ e DUAYER. 1985, op. cit.

Esta tabela apresenta a evolução ano a ano, no número de financiamento; nota-se pelo total somatório de IPEP mais SBPE, que houve uma evolução dos anos sessenta para os primeiros anos setenta, e que a partir, precisamente de 1976, ocorreu uma tendente evolução até atingir 1.137 financiamentos em 1980, daí então,

há uma leve redução nos dois anos posteriores, com uma forte queda no ano de 1983. De forma semelhante, quanto às oscilações no período é o comportamento dos números com relação ao IPEP. Enquanto, os financiamentos feitos através do SBPE apresentaram uma elevação no ano de 1968, mantendo-se próximo a este patamar até 1974, seguindo em um nível mais baixo até o final da década, processando-se uma elevação em 1980 e 1981.

O comportamento nos números de financiamentos feitos pelo SBPE, reflete significativamente, as mudanças ocorridas na política do governo federal.

O período em que a nação viveu sob a égide do milagre brasileiro, com altas taxas de crescimento, da economia, onde não havia escassez, principalmente do BNH, existia um maior número de financiamentos (726 no período 70-74) (Tabela 6), posteriormente, quando ocorre um desaquecimento na economia nacional, há uma redução por parte do BNH nos créditos destinados a construção via financiamentos isolados, enquanto, por outro lado, destina mais recursos para financiar conjuntos habitacionais, como ocorreu em João Pessoa.

TABELA 6 – NÚMERO DE FINANCIAMENTOS ISOLADOS, AGREGADOS POR PERÍODO, SEGUNDO A FONTE

FONTE	PERÍODO				
	66-69	70-74	75-79	80-83	TOTAL
IPEP	135	543	1734	2752	5.164
SBPE	193	726	350	412	1.681
TOTAL	328	1269	2084	3164	6.845

Fonte: Tabela 5

Com relação ao IPEP, os números se evoluem, principalmente a partir da segunda década de setenta, porque, dentro da política adotada, conseqüência da desaceleração da economia, não mais caberia ao BNH fazer as cobranças dos

recursos financiados, passando tal incumbência ao agente financeiro, que eram os bancos privados ou estaduais, ficando o IPEP como intermediário. Além de este órgão também fazer financiamentos com recursos próprios, com taxas de juros mais acessíveis.

Ainda na década de setenta, mais precisamente a partir de 1977 a cidade de João Pessoa, foi contemplada com o projeto CURA, na orla marítima. Fora uma política urbana adotada desde 1973 pelo BNH, em nível nacional, que aqui era implantada com uma defasagem de quatro anos. Ela era consequência da transformação do BNH, em banco de segunda linha, quando passa a atuar, também, com programas de desenvolvimento urbano, onde as cidades tornar-se-iam palco, principal, da proposta de modernização, para que o capital, assim, pudesse se expandir. Tal intervenção incidiu sobre os bairros de Tambaú, Manaira e Cabo Branco, que visavam, através da urbanização, adensar esta área (figura 3). Antes as ruas mais próximas eram ocupadas, basicamente, como região de veraneio da população de renda mais alta de João Pessoa e Campina Grande e, por poucas residências, de forma bem esparsa por pescadores naturais da região.

Esse projeto, objetivo de nosso estudo, muito contribuiu para o crescimento desses bairros, decerto, pelo próprio processo de ocupação a que vinha sendo feita na malha urbana da cidade, mais dia menos dia, com um período de tempo maior, seria intensificado o seu processo de ocupação, principalmente por ser uma área nobre na cidade.

Com as obras de infra-estrutura ali realizadas a população com poder aquisitivo mais alto logo se viu atraída, gerando conseqüentemente um dos solos mais valorizados.

Algum tempo depois, em 1983, o projeto CURA era implantado no lado sudeste

da cidade e abrangia desde o bairro do Cristo Redentor até Mangabeira que por concentrarem o maior número de intervenções o projeto foi batizado pelo nome desses dois bairros (Projeto Cristo-Mangabeira).

Essa área foi escolhida objetivando acelerar o seu processo de ocupação já que em 1981, havia sido construído um conjunto habitacional no Cristo e em 1983, estava concluído o Conjunto I, dentro da política de adensamento que vinha se processando em João Pessoa.

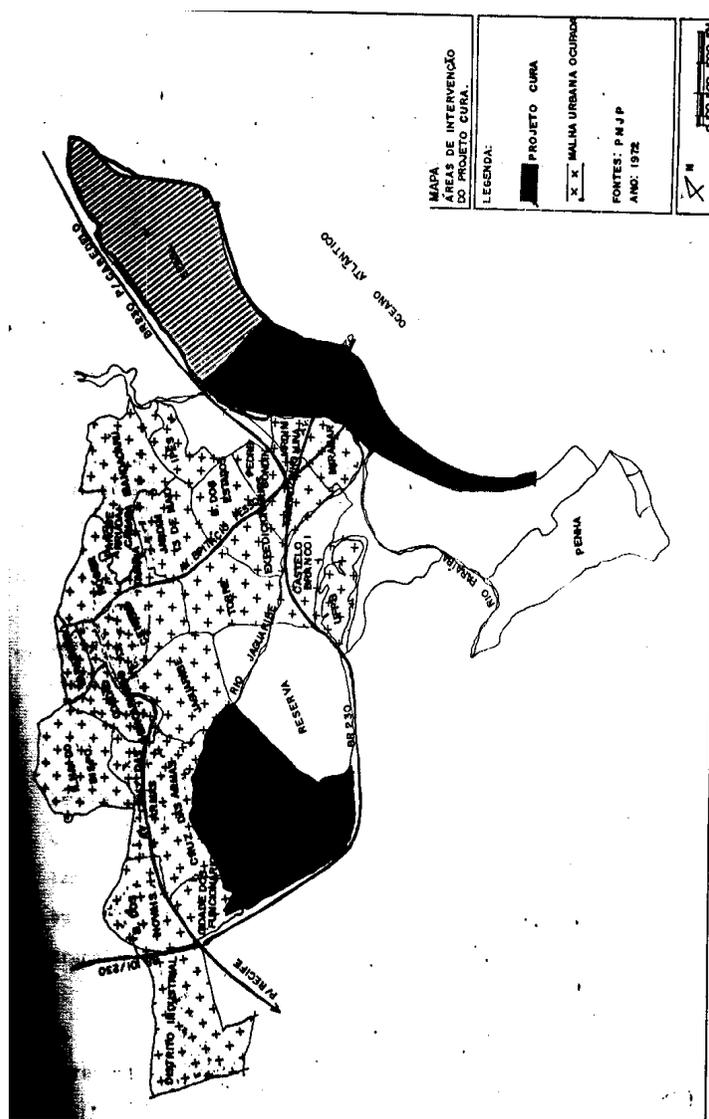


Figura 3: Mapa das Áreas de intervenção do Projeto CURA
Fonte: PMJP, 1972.

Tal intervenção de certa forma alcançou seus objetivos, contudo, o bairro do Cristo, que antes era ocupado pela classe de baixa renda cede, pouco a pouco, na medida em que os benefícios são feitos a uma classe média respaldada na experiência dos resultados do Projeto CURA - Orla Marítima. Em Mangabeira tal procedimento não ocorre porque, pela constituição do Conjunto, não havia disponibilidade de terra, além de pertencer ao Estado.

Mas, na verdade, a sua inclusão deveu-se a possibilidade de estender infraestrutura para aquele local de certa forma inóspito com objetivos futuros.

À medida que se aproximava o final da década de setenta, no campo político nacional aumentava o descontentamento popular, que já deixava sua marca no pleito direto de 1974, quando foram realizadas eleições para preenchimento do Congresso Nacional, e também em 1976 e 1978, com sucessivas vitórias do partido de oposição. O regime então, começou a acenar para a nação com as perspectivas de abertura política, ao mesmo tempo em que a crise econômica ia se agravando.

Em 1979, com Figueiredo no poder, inicia-se a abertura política, extinguiu-se o AI5, caiu o bi-partidarismo cedendo lugar para o multipartidarismo, além de outras medidas que foram adotadas, com o objetivo de se angariar simpatias das camadas populares já que se falava de um regime de legitimidade restrita diante as camadas populares.

O BNH, principal órgão e fiador do regime, por conta das críticas do descontentamento a que vinha sofrendo, com relação a sua atuação,

redirecionou seus interesses para ações mais populares com vistas não só de melhorar sua imagem, mas na busca ao torna-se um órgão, cuja atuação estaria mais votada em atender as demandas da população mais pobre, fato que anteriormente não ocorria. Isso fica evidente, pela criação do Promorar, programa este específico para atuar urbanizando favelas e promover construção de novas casas pelo regime de auto construção, em substituição aos programas tradicionais até então praticados. (op. cit.)

Muito embora tenha ocorrido uma mudança de atuação do BNH, pelo menos

em seu discurso em João Pessoa, os anos oitenta foram marcados pela continuidade das ações que vinham sendo feitas desde a metade da década de setenta.

No período de 1980-1985, foram construídos 17 conjuntos habitacionais (Tabela 7), o maior número produzido em João Pessoa, correspondendo a 1821 novas unidades habitacionais, ressaltando-se os conjuntos: Valentina Figueiredo I e II, Mangabeira I e II, estes dentro do elenco representam 63% do total.

TABELA 7 – CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS EM JOÃO PESSOA, NO PERÍODO 1980-1985

NOME	Nº UNIDADES HABITACIONAIS	ANO DE CONSTRUÇÃO	LOCALIZAÇÃO (BAIRRO)
Radialistas	92	1980	Radialistas
Ivan Bichara	450	1980	Alto do Mateus
Bancários	1.500	1980	Bancários
Ipês	181	1980	Ipês
Alto do Mateus	404	1980	Alto do Mateus
Esplanada	741	1980	Esplanada
Anatólia	222	1981	Bancários
Cristo	276	1981	Cristo Redentor
Cid. Dos Funcionários	900	1981	Cid. Funcionários
Grotão	910	1982	Grotão
Valentina Figueiredo	4.401	1982	Valentina Figueiredo
Mangabeira I	3.238	1983	Mangabeira
B. das Indústrias	262	1983	Distrito Industrial
Parque Arruda Câmara	216	1983	Roger
Valentina Figueiredo	822	1984	Valentina Figueiredo
Mangabeira II	3.020	1985	Mangabeira
Cidade dos Funcionários	578	1985	Cid. Dos Funcionários

TOTAL 18.213 UNIDADES HABITACIONAIS

Fonte: FERRAZ e DUAYER, 1985, op.cit. e FARIAS, 1990, op.cit.

A construção desses conjuntos, alguns implantados em áreas próximas ao centro (Ipês e Parque Arruda Câmara), fortaleceu o adensamento desta região com seus 397 domicílios; enquanto os conjuntos Radialistas, Bancários, Esplanada, Anatólia, Grotão e Bairro das Indústrias, situados próximo ao anel rodoviário, contribuíram para consolidar o processo de adensamento no lado sudeste da cidade.

Contudo, mais importante e significativo, para a evolução urbana recente, e

que já fora destacado, foi uma construção dos conjuntos Mangabeira e Valentina Figueiredo, não só pelo número de unidades habitacionais, mas, por suas localizações em áreas periféricas, além dos limites que até então fora induzida a ocupação. Tal processo e consequência de uma ação planejada pelo Governo Estadual objetivando direcionar, agora, o crescimento da cidade para uma região ainda não explorada no litoral sul, cuja intenção, decerto, era implantar, posteriormente, um pólo turístico aproveitando a infra-estrutura, estendida para atender esses conjuntos.

Com relação ao conjunto do Grotão, construído em 1982, sem objetivo, apesar de estarem retardados dentro do contexto nacional de erradicação de favelas iniciado em 1979, era absorver os moradores das favelas da Gauchinha, Ernani Sátyro, Vila da Palha e outros, situadas próximos ao Distrito Industrial. "Esta medida não foi aceita pela população moradora nessas favelas, e gerou uma série de denúncias e conflitos". (op. cit.).

Um fato importante a destacar no cenário urbano de João Pessoa é o processo de favelização, que se pronunciou a partir da década de 70. Segundo o documento "Aspirações da População de Baixa Renda", editado pela FIPLAN em 1982, na década de 70 com 16 números de favelas, em 1980, subiu para 31 e em 1982 alcançou 41 favelas em João Pessoa.

É claro que diversos fatores contribuíram, para acelerar essas formações, dentre eles, talvez, os mais decisivos foram: crescente valorização do solo urbano, os baixos salários e o fluxo migratório campo-cidade. Este último consequência da Introdução de tecnologia nova no campo, associado com o longo período de estiagem no interior do Estado, final da década de 70 e início dos anos 80.

Tal fato fica evidenciado pela evolução urbana de João Pessoa (Tabela 8),

como também, pelo número de imigrantes residentes (Tabela 9).

TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DE JOÃO PESSOA, PERÍODO 1960-1985

ANO	HABITANTES	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%)
1960	135.000	-
1970	220.000	5,00
1980	326.000	4,01
1981	339.360	4,10
1982	352.570	3,89
1983	366.250	3,88
1984	380.410	3,87
1985	395.060	3,85

Fonte: **Diagnóstico de Demografia do Aglomerado Urbano de João Pessoa** – PECPM/PMJP, 1983.

Em linhas gerais, nota-se que João Pessoa mostrou positiva suas taxas de crescimento, muito embora tenha se declinado nos anos setenta. Pela representatividade político-administrativa que contém como capital do Estado, servindo de atração; pela proximidade com Recife que sempre esteve hegemônica dentre as capitais dos Estados que compõem a região Nordeste, além das terras disponíveis a serem ocupadas, talvez, o principal fator que mais concorreu ao período 60/70, atingir a taxa de 5,00%.

O período 70/80 traduz-se pela influência de tecnologia nova levada pelas razões apresentadas acima, em menor escala. Nota-se tão significativa representatividade da migração (Tabela 9) enquanto os naturais residentes representam 63,2% em 1970; declina para 53,6%, em 1980, com uma taxa de crescimento no período de 2,3% a.a; os não naturais, que eram 36,8%, em 1970, elevaram-se para 46,4% em 1980, com taxa de crescimento de 6,50% a.a.

Para finalizar, a cidade de João Pessoa, desde os primórdios de sua

implantação até os dias de hoje, vem crescendo, basicamente, em consequência direta de inclusões, em sua grande maioria provenientes do Governo Federal, sejam elas destinadas a ações voltadas para saneamento, transportes, construção de conjuntos habitacionais e ou renovação urbana, de forma planejada ou não, ou que tenham sido consequência de uma Política Urbana, mas que no tempo conseguiram adensar a malha urbana com induções na ocupação, gerando espaços seletivos e valorizado.

TABELA 9 – POPULAÇÃO RESIDENTE, POR MIGRAÇÃO, EM JOÃO PESSOA – 1970-1980

ANO	POPULAÇÃO					
	NATURAIS RESIDENTES			NÃO NATURAIS RESIDENTES		
	ABSOLUTO	RELATIVO (%)	TX. CRESCIMENTO (%)	ABSOLUTO	RELATIVO (%)	TX. CRESCIMENTO (%)
1970	140.009	63,2	-	81.537	36,8	-
1980	176.924	53,6	2,37	153.021	46,4	6,50

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 1970, 1980, em Perfil do Município de João Pessoa, PMJP 1985.

CAPITULO 3

O PROJETO CURA

A transformação instituída na filosofia do BNH, em 1971, passando a atuar, além dos programas de habitação, em desenvolvimento urbano, o Programa de Complementação Urbano, Onde O Projeto CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerado, seria o executor nos diversos municípios a que seriam implantados, é um dos primeiros programas de política urbana implantado pelo Banco.

Ele foi criado pela Resolução do Conselho de Administração do BNH, em 27 de março de 1973 e apurado pela Resolução da Diretoria do BNH, em 31 de maio 1973.

Como justificativa para a criação do programa, foram considerados vários pontos, a saber:

[...] que o crescimento da maioria das cidades brasileiras vem ocorrendo desordenadamente;

[...] que as formas anteriormente adotadas de planejamento de loteamento e de sua execução nem sempre obedeceram a especificações satisfatórias;

[...] o direito das populações residentes em loteamentos mal conduzidos a melhores padrões de infra-estrutura urbana e comunitária;

[...] que, sendo poucas as áreas urbanas que apresentem condições de conforto e integração comunitária satisfatórias, propicia-se o encarecimento de terrenos nas zonas urbanas pela especulação imobiliária;

[...] que não é justo que os investimentos públicos beneficiem aqueles que apenas aguardam a valorização de seus terrenos, provocada pela realização de obras cujo custo é pago por toda a população;

[...] que não é racional deixar sem utilização social recursos coletivos; e, por fim, considerou-se, através da Lei 4.380, que autorizava ao BNH, 'outras modalidades de apuração'. (PENNA, [19-?], p.).

Com a implantação do Projeto CURA, pretendia-se atingir os seguintes objetivos:

- a) melhoria do nível de conforto da população através do aumento da eficiência dos serviços urbanos;
- b) maximização dos resultados, em termos de benefícios prestados às populações urbanas, dos investimentos públicos e privados realizados nas cidades através da redução da ociosidade existente;
- c) aumento da receita fiscal das cidades, sem aumento das alíquotas vigentes, através de taxaço que induza a utilização de terrenos beneficiados com investimentos da coletividade, coibindo, dessa forma, a especulação;
- d) criação de critérios impessoais e racionais para o estabelecimento de prioridades de atendimento das áreas carentes de investimentos públicos e privados. (Op. cit.).

Apesar de o Projeto CURA ter sido criado para atender aos municípios, basicamente sua atuação compreenderia as cidades onde o processo de intervenção se daria em áreas a serem beneficiadas, que foram chamadas de micro-regiões homogêneas, mediante um diagnóstico anteriormente elaborado pela administração municipal, cujos aspectos sócio-econômicos, como também, físico-urbanísticos seriam levantados para identificar a homogeneidade dessas áreas. Contudo, a escala de prioridade para os investimentos, se daria nas áreas onde necessitasse de menor volume de investimento, conjugado com mais rápido retorno do capital.

A partir daí, então, o Projeto CURA atuaria como um instrumento que possibilitaria atender as demandas necessárias, depois de terem sido hierarquizadas em escala decorrente essas áreas, via inversões públicas e privadas. Em paralelo, ao poder público municipal caberia implantar uma nova política de arrecadação fiscal setorial nas áreas eleitas, com o objetivo de coibir a especulação imobiliária, mediante duas ações: a) aumento do imposto territorial de forma progressiva, após o

término das obras, pelo período de 5 anos, até atingir 1% ao ano sobre o valor do mercado do imóvel construído médio do bairro; b) aumento da alíquota, após o término da obra, para 1% sobre o valor de mercado, do imposto predial.

Basicamente, as etapas do Projeto CURA seriam:

- a) divisão da cidade (zona urbana) em micro-regiões homogêneas quanto as suas características urbanas;
- b) estimativa de custo das obras necessárias para 'completar' cada micro-região de acordo com sua vocação e padrão;
- c) estimativa da população existente e do adicional que cada micro-região seria capaz de abrigar quando tivesse plenamente ocupada, tendo em vista a densidade ótima daquela micro-região;
- d) cálculo do índice de prioridade de cada micro-região, dividindo o custo b) pela população total c), colocando as várias micro-regiões em ordem decrescente de índice (investimento adicional per capita necessário para completar a micro-região);
- e) elaboração de Plano Plurianual de execução dos vários CURA de forma a que a oferta de terrenos gerados pelos Projetos CURA executados num determinado período nunca represente mais que certa parcela das necessidades totais da cidade no período de validade desses projetos;
- f) execução dos vários projetos CURA, dentro da prioridade prevista, limitados sempre os projetos em execução pelo índice da alínea e) anterior e pelo replanejamento anual de forma a reajustar, de acordo com a validade, as previsões de demanda dos terrenos beneficiados. (op. cit.).

Para que o município estivesse qualificado a participar do Projeto CURA, foram criadas exigências, sem a qual não seriam os pleitos de financiamento atendidos: população superior a 30.000 habitantes na área urbana; regularizado com SFH; filiado ao PLANASA; possuir capacidade de endividamento favorável; e mais, os seguintes documentos: Carta de solicitação de convênios de intenção; características da Área-Piloto e do município.

O cerne das proposições apresentadas pelo Projeto CURA, são evidentemente importantes, tanto por ter sido um dos embriões de P.U. embrionária como proposta

de Política Urbana, em nível nacional, como também, pela preocupação, aparentemente, de minimizar alguns problemas cruciais que passavam as cidades brasileiras, conseqüência dos diversos fatores considerados para justificar a instituição do projeto.

Apesar de suas "claras intenções", o Projeto CURA, em si, se consubstanciava na filosofia do regime, pelo fato de não se poder perder de vista que o BNH era conseqüência deste mesmo regime. Pela forma como foi concebido cabe-nos algumas considerações. O projeto tinha uma postura impositiva aos municípios, carentes de recursos, após a Reforma Fiscal, e, apesar, do discurso oficial não afirmar claramente, mas, da forma como fora apresentado, traria a solução dos problemas urbanos das cidades brasileiras.

Ademais, o Projeto CURA não atenderia, indiscriminadamente, a todos os municípios, excluía àqueles que se não se enquadrassem dentro de parâmetros exigidos. Por tal Posicionamento, em janeiro de 1974, nem um ano havia se passado da implantação do programa já ocorriam entraves na dinâmica do processo de financiamento,

38 municípios solicitaram participar do CURA, sendo que somente os 19 listados [vide Tabela 10] tiveram seus créditos aprovados. Os restantes, por estarem, com reduzidas condições de absorver novos créditos, estão merecendo estudo particular para se tentar viabilizar o programa sem que haja um comprometimento que venha a se tornar problema futuro. (Conjuntura Econômica, 1974).

TABELA 10 – MUNICÍPIOS APROVADOS PARA FINS DE FINANCIAMENTO DO PROJETO CURA

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO A SER ATENDIDA
Cuiabá (MT)	22.500
Brasília (DF)	63.000
Divinópolis (MG)	13.000
São Paulo (SP)	924.000
Contagem (MG)	84.000
Santo André (SP)	77.000
Limeira (SP)	14.000
Santa Maria (RS)	17.500
Goiânia (GO)	151.500
Blumenau (SC)	16.000
São José dos Campos (SP)	40.000
Curitiba (PR)	108.500
Campinas (SP)	75.000
Maringá (PR)	39.000
Mauá (SP)	66.500
Poços de Caldas (MG)	8.500
São Caetano do Sul (SP)	12.500
Londrina (PR)	49.500
São Bernardo do Campo (SP)	70.500

Fonte: BNH.

Observando-se a tabela 10, com os 19 municípios, que em janeiro de 1974 tinham suas solicitações de recursos aprovadas, nota-se que dentre eles a grande maioria (16 municípios), estão situados nas Regiões Sul e Sudeste, e o restante, são municípios-capitais da Região Centro-Oeste (Cuiabá, Brasília e Goiânia), o que, de certa forma, deixa evidente quão excludente era o projeto CURA. Ademais, nesta relação, apesar de pequena, não contempla nenhum município da Região Norte e Nordeste, onde historicamente não possuem vocação industrial e, também, renda per capita, bastante, inferior as Regiões Sul e Sudeste.

Resta-nos pensar que o Projeto CURA fora um instrumento voltado para acumulação de capital, para beneficiar a indústria da construção civil, seja através da necessidade da compra de material de construção, seja pela requisição de empreiteiras para executar as obras, ou, então, para favorecer empresas de projetos e consultorias. Por outro lado, ele se legitimava atendendo aos municípios com proposta de renovação urbana.

3.1 O PROJETO CURA EM JOÃO PESSOA

O Projeto CURA, em João Pessoa, foi implantado em duas áreas bastante distintas. A primeira intervenção deu-se na orla marítima, beneficiando os bairros de Manaíra, Cabo Branco e Tambaú.(PROJETO CURA - ORLA MARÍTIMA).

A segunda área beneficiada abrangia os bairros do Cristo Redentor, Rangel e Mangabeira (PROJETO CURA - CRISTO MANGABEIRA), situada no lado sul da cidade.

Neste item, abordaremos separadamente as propostas de intervenção contidas nos respectivos Estudos de Viabilidade, elaboradas para o Projeto CURA – ORLA MARÍTIMA, pela Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP, através da Coordenação Geral de Planejamento - COPLAN, em 1977. Quanto ao do Projeto CURA - CRISTO / MANGABEIRA, que foi feito pela Empresa Municipal de Urbanização – URBAN, vinculada a COPLAN, em 1983, ambos se constituem no documento oficial usado para negociação junto ao BNH, não tendo sido elaborado o Plano Plurianual, como rezava a norma do banco.

3.1.1 PROJETO CURA - ORLA MARITIMA

Por muitos anos João Pessoa caminhou em direção a orla marítima induzida ou naturalmente, dentro de uma evolução gradativa, contudo a ocupação dessa área vinha se dando de forma lenta e dispersa em maior número pela camada da população com renda mais alta, atraída pela beleza das praias.

Para se induzir a consolidação de sua ocupação, objetivando adensar a área em um período de tempo menor do que aconteceria espontaneamente, seria necessário um montante de recursos significativos e que o poder municipal não dispunha conseqüência, de certo modo, da reforma tributária iniciada em 1965.

O Projeto CURA tornou-se a alternativa para consubstanciar o desencadeamento de um processo da ocupação, suprimindo a falta de recursos necessários para obras de infra-estrutura. E mais, aumentou a valorização desta área, beneficiando os proprietários de terrenos e imóveis.

O primeiro passo para implantação do projeto, foi o Convênio de Adesão, firmado entre o BNH e PMJP, assinado em 30 de maio de 1977. Aquele documento, com onze cláusulas, definia "as atribuições e compromissos do BNH e do Município, para a execução dos Projetos CURA". (PMJP, 1977).

Na cláusula segunda, o Município comprometia-se a tomar as seguintes medidas:

1. Comprovar junto ao BNH, a ratificação deste convênio pela Câmara Municipal e a autorização da mesma ao Poder Executivo para assumir as responsabilidades e prestar as garantias previstas nos contratos que se seguirem ao presente e nas normas operacionais do BNH.
2. Elaborar plano plurianual cura, de acordo com as normas próprias do BNH.
3. Elaborar estudos de viabilidade dos projetos cura, indicados no plano plurianual.

4. Estabelecer legislação que evite o desvirtuamento do uso do solo nas áreas CURA, durante a realização dos respectivos estudos de viabilidade.

5. Implantar e manter atualizado o cadastro fiscal das propriedades situadas nas áreas a serem beneficiadas por obras do Projeto CURA.

6. Instituir ou atualizar legislação do parcelamento de terra que racionalize o uso do solo urbano.

7. Adotar medidas legais que assegurem a ocupação das áreas CURA segundo as diretrizes estabelecidas nos projetos correspondentes, considerada, especialmente a sua densidade.

Criar, através de lei, alíquota progressiva para o imposto territorial urbano dos terrenos situados nas áreas CURA.

Promover a execução da programação para as áreas indicadas no plano plurianual, cujos estudos de viabilidade tenham sido apurados.

10. Assumir diretamente, junto ao agente financeiro e indiretamente perante o BNH, a responsabilidade da coordenação de todos os projetos CURA, podendo designar Promotor, Coordenador, de preferência órgão técnico público, a quem caberá a execução das tarefas e procedimentos técnico-operacionais.

11. Assegurar a manutenção dos equipamentos resultantes dos projetos CURA, promovendo o seu funcionamento em atividades de sua competência. (op. cit.).

Constava, ainda, a área CURA - PILOTO, que foi denominada "TAMBAU / MANAIRA" (cláusula oitava) e o prazo de validade do convênio, de 24 (vinte e quatro meses), a partir da data de sua assinatura (cláusula décima).

Em outubro de 1977, estava concluído o Estudo de Viabilidade do Projeto CURA - ORLA MARITIMA, cuja área CURA PILOTO foi ampliada, estendendo-se desde a praia do Cabo Branco até a praia do Bessa, perfazendo um total de 708 ha, onde residia uma população estimada em 14.757 habitantes.

TABELA 11 – RELAÇÃO DAS INTERVENCOES PREVISTAS ATRAVES DO CURA ORLA MARITIMA

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1. INFRAESTRUTURA		
1.1. Pavimentação		
- Vias Arteriais e Coletoras.....	m ²	306.240
- Vias Locais.....	m ²	322.000
- Vias de Pedestres.....	m ²	10.000
1.2. Drenagem.....	m	37.200
1.3. Aterros de Alagados.....	m ³	120.000
1.4. Paisagismo.....	m ²	310.000
1.5. Obras de Arte.....	Pont.	4
1.6. Sinalização de Vias.....	Km	38
1.7. Iluminação Pública.....	Km	38
2. RECREAÇÃO		
2.1. Parque da ZEP2.....	m ²	29.300
2.2. Praças e Jardins.....	m ²	75.000
2.3. Revitalização da Praia.....	m ²	31.000
3. TRANSPORTE COLETIVO		
4. DESAPROPRIACOES	m ²	215.300
5. REMANEJAMENTO DAS HABITACOES SUB-NORMAIS		
6. EDUCAÇÃO E SAUDE	m ²	1.200
7. TERMINAL TURISTICO	m ²	3.000
8. ABASTECIMENTO	m ²	2.000
9. ESTUDOS E PROJETOS		

Fonte: Estudo de Viabilidade do Projeto CURA ORLA MARITIMA – PMJP, 1977.

Para elaborar o Estudo de Viabilidade a Prefeitura realizou um diagnóstico objetivando dimensionar o que já havia sido implantado na área com relação a: pavimentação, esgotos sanitários, iluminação pública, abastecimento de água, coleta de lixo, sistema de transporte coletivo, habitação subnormal, educação pública e uso do solo, que conjugado aos seguintes dados: Lotes ocupados: 29,7%, Densidade Demográfica Atual 19 hab/ha e Renda Média Familiar de 4,3 salários mínimos, lhes possibilitou a criar um cenário prospectivo da área.

Ficou definido um elenco de investimentos que abrangeriam ações em: Infra-estrutura; Recreação; Transporte Coletivo; Desapropriação; Remanejamento de Habitações Sub-Normais; Educação e Saúde; Turismo; Abastecimento e em estudos e Projetos (Vide Tabela 11).

Infelizmente não conseguimos obter dados quanto as obras efetivamente realizadas, nem na Prefeitura ou URBAN, alegando não terem essas informações, pois haviam se extraviado, e no PARAIBAN e CEF por conta do sigilo bancário. Quanto aos dados financeiros, nos foram fornecidos pela CEF, após termos feito solicitação por ofício à gerência geral em João Pessoa e pelo PARAIBAN, sobre os quais abordaremos agora.

Após o Convênio de Adesão, foi assinado o convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0001/78), em 04 de janeiro de 1978 entre o BNH e a PMJP, prevendo a concessão de empréstimo de até Um Milhão de Unidades Padrão de Capital, que seriam destinados aos pré-investimentos e investimentos, conforme necessidade técnica.

A partir desse Convênio de Promessa de Refinanciamento geraram-se os seguintes contratos:

1.º Contrato CTN-0075/78-FIPLAN, que foi assinado em 14 de março de 1978, seu valor era de 18.008 UPC, que seriam destinados para elaboração dos projetos executivos de engenharia a Área CURA-PILOTO "Tambaú".

Segundo o quadro abaixo, onde está demonstrada a situação Prevista x Realizada financeiramente, com as respectivas épocas em que foram liberados os recursos pelo BNH, nota-se que foi cumprido integralmente.

PREVISTO		REALIZADO	
DATA	UPC	DATA	UPC
Maio – 78	8363	*Abril – 78	8363
Junho – 78	4524	Junho – 78	4524
Julho – 78	5121	Julho – 78	5121

Quadro 1: Contrato n.º 0073/87 - CURA PILOTO "TAMBAU"

Fonte: PARAIBAN e CEF.

* Antecipado para abril - 78

2.º Contrato CTN-0076/78, foi assinado em 14 de março de 1978, e era destinado a 1.ª etapa de obras, cujos itens com respectivos valores e valor global do contrato estão no quadro a seguir.

ITENS	VALOR EM UPC
SISTEMA VIÁRIO	
Pavimentação	18.819
Calçadas	4.210
DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS	11.573
ILUMINAÇÃO	2.534
DESAPROPRIAÇÃO	61.246

Quadro 2: Contrato CTN-0076/78

Fonte: CEF.

Quanto às liberações dos recursos para execução das obras apontadas acima, foram feitas em duas parcelas em maio e julho de 1978, onde podemos observar no quadro abaixo:

PREVISTO		REALIZADO	
DATA	UPC	DATA	UPC
Maio – 78	74147	Maio – 78	74147
Julho – 78	24235	Julho – 78	24235

Quadro 3: Contrato n.º 0076/78 - CURA PILOTO "TAMBAU" - 1.ª ETAPA
Fonte: PARAIBAN e CEF.

3.º Contrato CTN - 0817/78, foi assinado em 27 de setembro de 1978 e destinava-se a 2.ª etapa de obras. No quadro abaixo estão os itens desse contrato e seus valores e também o valor global.

ITENS	VALOR EM UPC
SISTEMA VIÁRIO	
Pavimentação de 16.046 m de ruas	133.790
DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS	140.320
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	36.021
ABASTECIMENTO	
Comércio	3.745
SAÚDE	
Posto	4.730
RECREAÇÃO	
Praça	47.339
TOTAL	365.945

Quadro 4: Contrato CTN - 0817/78
Fonte: CEF.

No quadro abaixo, apresentamos a relação: Previsto x Realizado correspondente a esse contrato, constando o que estava, inicialmente, previsto para a liberação dos recursos em conjunto como ocorreram efetivamente.

PREVISTO		REALIZADO	
DATA	UPC	DATA	UPC
Nov – 78	58.000	Nov – 78	58.000
Dez – 78	84.900	Dez – 78	50.000
Jan – 79	104.900	Jan – 79	139.800
Fev – 79	69.954	Abr – 79	68.986
Mar – 79	48.191	Ago – 79	28.526
		Set – 79	12.302
		Nov – 79	8.331

Quadro 5: Contrato n.º 018/78 - CURA "TAMBAU" - 2.ª ETAPA
Fonte: PARAIBAN e CEF.

Do quadro acima, depreende-se que a programação, como fora contratada, não ocorreu, o que nos leva a supor que seja consequência de atrasos nas obras, no entanto, segundo a CEF, as metas físicas financeiras foram cumpridas totalmente.

4.º Contrato CTN-1098/78, assinado em 06 de dezembro de 1978 e destinava-se a 3.ª etapa de obras, cujos itens estão apresentados no quadro abaixo. Quanto aos valores correspondentes aos itens, sofreram uma alteração após decisão da diretoria do BNH, em 13 de novembro de 1979, que mostraremos a seguir.

ITENS	VALOR INICIAL	VALOR LTERADO
	EM UPC	EM UPC
SISTEMA VIÁRIO	158.562	181.741
DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS	345.642	322.463

Quadro 6: Contrato CTN-1098/78
Fonte: CEF.

No quadro PREVISTO x REALIZADO, abaixo, apresentamos como estavam previstas as liberações de recursos para realização dos itens, comparados aos desembolsos efetivos.

PREVISTO		REALIZADO	
DATA	UPC	DATA	UPC
Jan – 79	83.200	Jan – 79	83.200
Fev – 79	103.600	Mai – 79	107.994
Mar – 79	103.600	Jul – 79	94.471
Abr – 79	113.604	Out – 79	125.763
Mai – 79	100.200	Jan – 80	52.906
		Jul – 80	19.935
		Ago – 80	19.935
TOTAL	504.204	TOTAL	504.204

Quadro 7: Contrato n.º 1098/78 - CURA "TAMBAU" - 3.ª ETAPA
 Fonte: PARAIBAN e CEF.

Tal como o contrato anterior, nota-se que nesse também foi alterada a programação de liberação dos recursos por conta de atraso nas obras, mas as metas físicas financeiras foram totalmente cumpridas.

Com relação ao Convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0001/78), foram liberadas 986.539 UPC para atender aos quatro contratos que relacionamos, muito embora estivesse reservado, por parte do BNH, um milhão de UPC restando um saldo de 13.461 UPC. (Vide quadro)

CONTRATOS (N.º)	VALOR EM UPC
0075/78	18.008
0076/78	98.382
0817/78	365.945
1098/78	504.204
TOTAL	986.539
SALDO DO CONVÊNIO	13.461

Quadro 8: Quadro Resumo dos Contratos e Valores Correspondente ao Convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0001/78)
 Fonte: CEF

Em 06 de outubro de 1980 era assinado um segundo convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0059/80), entre o BNH e PMJP, para fazer face, ainda, ao CURA Orla Marítima, na área de Manaíra, onde se previa conceder empréstimo até o valor de Seiscentos e sete mil, setecentos e setenta e cinco, Unidades Padrão de Capital (607.775 UPC), destinadas a pré-investimentos e Investimentos, que relacionamos abaixo:

ITENS	VALOR EM UPC
ESTUDOS E PROJETOS	3.306
SISTEMA VIARIO	441.795
DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS	82.188
ILUMINAÇÃO PUBLICA	19.480
RECREAÇÃO (URBANIZAÇÃO)	34.128
DESAPROPRIAÇÕES	14.878
OUTROS	12.000

Quadro 9: Convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0059/80)
Fonte: CEF.

Desse convênio, geraram os seguintes contratos:

1.º Contrato CTN-0266/81-FIPLAN, assinado em 23 de março de 1981, para a elaboração de projetos executivos de engenharia da Área CURA "Manaíra", cujo valor foi de 3.306 UPC e previa-se uma só liberação, como pode ser visto no quadro a seguir:

PREVISTO		REALIZADO	
DATA	UPC	DATA	UPC
Abr – 81	3.306	Abr – 81	3.306

Quadro 10: CONTRATO N.º 0266/81 - FIPLAN - CURA "MANAÍRA"
Fonte: PARAIBAN e CEF.

Pelas informações colhidas na CEF, os projetos foram concluídos satisfatoriamente.

2.º Contrato CTN-0878/81, assinado em 24 de julho de 1981, no valor de 46.989 UPC, e era destinado para execução de obras na área CURA "Manaíra" 1.ª etapa, conforme quadro abaixo:

ITENS	VALOR EM UPC
SISTEMA VIARIO (movimento de terra, meio fio e pavimentação)	46.989
TOTAL	46.989

Quadro 11: Contrato CTN-0878/81
Fonte: PARAIBAN e CEF.

As liberações de recursos estavam previstas em cinco parcelas, todas no segundo semestre de 1981, e que não ocorreu efetivamente, estendendo-se até o ano de 1982. (Vide quadro abaixo). Segundo informações da CEF as obras previstas foram executadas.

PREVISTO		REALIZADO	
DATA	UPC	DATA	UPC
Ago – 81	11.786	Set – 81	9.870
Set – 81	12.891	Out – 81	19.947
Out – 81	9.399	Nov – 81	6.306
Nov – 81	6.311	Jan – 82	6.633
Dez – 81	6.602	Set – 82	4.233
TOTAL	46.989	TOTAL	46.989

Quadro 12: Contrato N.º 0878/81 - CURA "MANAÍRA" - 1.ª ETAPA
Fonte: PARAIBAN E CEF.

3.º Contrato CTN-0953/81, assinado em 06 de agosto de 1981, no valor de 504.634 UPC e era destinado à 2.ª etapa de obras, especificadas no quadro a seguir, na área CURA "Manaíra".

ITENS	VALOR EM UPC
SISTEMA VIÁRIO	392.838
DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS	82.188
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	19.480
RECREAÇÃO (URBANIZAÇÃO)	34.128
OUTROS	12.000
TOTAL	540.634

Quadro 13: Contrato CTN-0953/81
Fonte: CEF

As liberações dos recursos estão demonstradas no quadro abaixo. Previsto x Realizado.

PREVISTO		REALIZADO	
DATA	UPC	DATA	UPC
Set – 81	83.882	Set – 81	91.202
Out – 81	41.125	Out – 81	62.084
Nov – 81	92.111	Nov – 81	128.781
Dez – 81	48.441	Jan – 82	67.428
Jan – 82	44.274	Mar – 82	22.840
Fev – 82	76.181	Mai – 82	51.500
Mar – 82	32.055	Jul – 82	35.722
Abr – 82	30.320	Out – 82	51.928
Mai – 82	38.667	Fev – 83	29.149
Jun – 82	12.509		
Jul – 82	15.781		
Ago – 82	12.441		
Set – 82	12.847		
TOTAL	540.634	TOTAL	540.634

Quadro 14: CONTRATO N.º 0953/81 - CURA "MANAÍRA" - 2.ª ETAPA
Fonte: PARAIBAN E CEF.

4.º Contrato CTN-1138/81, assinado em 17 de agosto de 1981, no valor de 6.252 UPC, que seriam destinados à desapropriações necessárias, com vista a conclusão da 2.ª etapa de obras da área CURA "Manaíra", tendo sido feita em uma única liberação, como estava previsto.

PREVISTO		REALIZADO	
DATA	UPC	DATA	UPC
Out – 81	6.252	Out – 81	6.252

Quadro 15: Contrato n.º 1138/81 - DESAPROPRIAÇÃO - ÁREA CURA "MANAÍRA" - 2.ª ETAPA
Fonte: PARAIBAN e CEF.

O convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0059/80), tal como o anterior deixou um saldo positivo de Dez mil, quinhentos e noventa e quatro UPC (10.594 UPC), a favor da PMJP.

CONTRATOS (N.º)	VALOR EM UPC
0266/81	3.306
0878/81	46.989
0953/81	540.634
1138/81	6.252
TOTAL	597.181
SALDO	10.594

Quadro 16: Resumo dos Contratos e Valores Correspondentes ao Convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0059/80)
Fonte: CEF

3.1.2 PROJETO CURA - CRISTO-MANGABEIRA

A escolha da área CURA Cristo-Mangabeira deveu-se à necessidade de se acelerar e fortalecer o crescimento da cidade na direção sul do município após a implantação da CEASA, do Estádio José Américo e da BR-230.

De certa forma esse seria um aspecto urbanístico bastante convincente e que com o Projeto CURA se reduziria tais problemas, no entanto um outro fator nos parece que também contribuiu na escolha. Ou seja, a manifestação pública de alguns setores da sociedade mostrando que o volume de obras feitas na Orla Marítima da cidade beneficiando as classes sociais alta e média, deveria ter sido voltado para atender a população de baixa renda que quase sempre é a menos favorecida.

Assim, a implantação do CURA Cristo-Mangabeira não só serviria para amenizar as revoltas que não eram interessantes a um governo populista do Prefeito Damásio Franca, mas também incentivar o processo de adensamento da área dotando-a de infra-estrutura básica.

Segundo os dados colhidos no Estudo de Viabilidade da área CURA Cristo-Mangabeira, elaborado em abril de 1983, pela URBAN e que representou o principal documento de negociação entre a PMJP e o BNH, o projeto abrangeria uma área de 1181 ha, englobando os bairros de Rangel, Cristo Redentor e Mangabeira, com uma população estimada em 38.181 habitantes, ocupando 44% dos lotes, cuja densidade demográfica era de 32,41 hab/ha.

As propostas de intervenção na área: CURA, Cristo-Mangabeira, estão relacionadas na tabela 12, onde se observa um elenco de investimentos com recursos do BNH e do Município, que abrangeriam ações em: Drenagem, Pavimentação, Escola, Posto de Saúde, Praças, Iluminação Pública.

Tal qual foi registrado no Projeto CURA Orla Marítima, infelizmente pelas mesmas razões não conseguimos levantar o que efetivamente foi realizado. Com relação aos recursos aplicados, as informações foram colhidas junto ao PARAIBAN e CEF, Gerência Geral de João Pessoa, sobre os quais passaremos a tratar.

Em 03 de agosto de 1983, era assinado o Convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0072/83), entre o BNH e PMJP, instrumento que previa conceder empréstimos até o valor de Seiscentos e Trinta Mil Unidades Padrão de Capital para serem aplicados em pré-investimentos e investimentos. (Vide quadro abaixo).

ITENS	VALOR EM UPC
ESTUDOS E PROJETOS	-
SISTEMA VIÁRIO	381.852
DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS	127.926
AGUÁ POTÁVEL	31.199
ESGOTOS SANITÁRIOS	40.133
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	5.850
EDUCAÇÃO E CULTURA	6.394
SAÚDE	5.240
RECREAÇÃO E LAZER	19.053
GERENCIAMENTO	12.353
TOTAL	630.000

Quadro 17: Convênio de Promessa de Refinanciamento (CUN-0072/83)
Fonte: CEF.

TABELA 12 – RELAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PREVISTAS ATRAVÉS DO CURA CRISTO MANGABEIRA

DISCRIMINAÇÃO	QUANT / UNID.
I – PARTICIPAÇÃO DO BNH	VB
1. Gerência do Projeto Cura	
2. Investimentos	VB
2.1. Desapropriações	
2.2. Obras e Serviços	VB
2.2.1. Drenagem Urbana	VB
2.2.2. Drenagem Águas Residuais	2.540 m
2.2.3. Pavimentação Asfáltica Perimetal Leste/Oeste	
2.2.4. Capeamento Asfáltico Av. Dois de Fevereiro/ D. Bosco (2.º Trecho)	5.188 m
2.2.5. Pavimentação em Paralelepípedos	
Coletora 1	700 m
Coletora 2	350 m
Coletora 3	1.320 m
Coletora 4	1.100 m
Lig. coletora 3/ coletora 4	376 m
Coletora 5	2.851 m
Coletora 6	1.775 m
Coletora 8	550 m
Coletora 9	550 m
Coletora 10	550 m
Coletora 11	550 m
Coletora 12	1.780 m
Coletora 14	650 m
Coletora Colibris	2.450 m
Av. São Judas Tadeu	1.300 m
Rua Presidente Carlos Luz	700 m
Av. Dom Bosco (1.º trecho)	1.420 m
Av. Leonel Pinto de Abreu	1.500 m
Av. José Francisco da Silva	1.700 m
Rua dos Milagres	1.882 m
Rua Olivia de A. Guerra	500 m

Continuação da Tabela 12

DISCRIMINAÇÃO	QUANT / UNID.
Av. Elias C. de Albuquerque	2.207 m
Rua Prof. Fenelon Câmara	400 m
Perimentral Estádio	1.000 m
Contorno Estádio	1.350 m
Rua Nereu Ramos	200 m
Av. Xavier Júnior	600 m
2.2.6. Equipamentos Comunitários	
Escola/Posto Saúde	VB
Praças e ruas de pedestres	VB
Iluminação Pública	VB
II – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO	
1.0. Pré-investimentos	
1.1. Projeto Cura	VB
1.2. Projetos Executivos	VB
2.0. Pavimentação em Asfalto	
Acesso a Mangabeira	2.238 m
3.0. Pavimentação em Paralelepípedos	
Coletora Itabaiana	700 m
Rua Fernando Lima	550 m
Av. da Fraternidade	700 m
Av. Caetano Rangel	750 m
Av. Caetano Figueiredo (2.º trecho)	450 m
Av. Jornalista Rafael Mororó	350 m

Fonte: Estudo de Viabilidade do Projeto CURA Cristo-Mangabeira -URBAN-1983.

Do Convênio de Promessa de Refinanciamento, gerou um único contrato de n.º 0626/83, assinado em 01 de dezembro de 1983, que por conta de necessidades técnicas, provocou alterações nos valores de alguns itens, posteriormente, duas outras alterações ainda ocorreram, uma em 21 de novembro de 1984, por conta do desenvolvimento das obras e a outra em junho de 1986 depois da reunião entre a URBAN, PARAIBAN e o BNH, segundo informações da CEF. (Quadro a seguir)

ITENS	VALOR EM UPC		
	1.ªALTERAÇÃO	2.ªALTERAÇÃO	3.ªALTERAÇÃO
Estudos e Projetos	-	-	-
Sistema Viário	381.801	388.253	382.457
Drenagem Pluvial	128.642	126.063	132.745
Água Potável	31.199	35.870	35.870
Esgoto Sanitário	40.133	38.824	38.824
Iluminação Pública	5.849	-	-
Educação e Cultura (Escola)	6.394	6.394	6.394
Saúde (Posto)	5.240	3.854	3.854
Recreação e Lazer (Quadra Polivalente)	19.053	19.053	18.167
Gerenciamento	11.689	11.689	11.689
TOTAL	630.000	630.000	630.000

Quadro 18: Contrato n.º 0626/83 - Área CURA - Cristo-Mangabeira
Fonte: CEF.

Para concluir, queremos ressaltar que apesar das alterações nos valores, o Projeto CURA Cristo-Mangabeira foi praticamente concluído, como podemos observar no Quadro a seguir, onde estão expressos comparativamente os quantitativos correspondentes a cada item em percentual do que foi previsto e o executado.

ITENS	QUANTITATIVOS (%)	
	PREVISTO	EXECUTADO
Estudos e Projetos	0,89	0,89
Sistema Viário	63,51	61,87
Drenagem Pluvial	18,10	17,83
Água Potável	5,05	5,05
Esgoto Sanitário	6,47	6,06
Educação e Cultura (Escola)	1,13	1,13
Saúde (Posto)	0,52	0,52
Recreação e Lazer (Quadra Polivalente)	2,76	2,66
Gerenciamento	1,57	1,47
TOTAL	100,00	97,48

Quadro 19: Projeto CURA Cristo-Mangabeira - quantitativos dos itens de execução
Fonte: PARAIBAN e CEF.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

4.1 ESTRATEGIA E MÉTODOS DE PESQUISA

O Estado brasileiro pós-64, a partir de 1971, passa a adotar uma série de programas na área de política urbana com o fito de se legitimar junto à sociedade.

Contudo, no conteúdo de suas propostas não se levava em consideração às diversas especificidades de cada região que compõe o país. Por isso, muitas delas antes mesmo de serem implantadas já estavam fadadas a não obter êxito em suas ações, ou então, por outro lado, tornava-se um instrumento legal para transferir recursos da União para os Estados e/ou Municípios.

Não havia dentro de suas propostas, qualquer perspectiva de avaliação, se não por pesquisadores, posteriormente, interessados em verificar seus resultados.

A esta pesquisa está fundamentalmente ligada ao que fora exposto anteriormente, isto é, avaliar uma política urbana adotada pelo Estado brasileiro pós-64, visando identificar seus resultados quanto aos aspectos positivos e negativos. Sendo assim, dentro do cenário urbano de João Pessoa, escolhemos o Projeto CURA, que foi aqui implantado em duas áreas da cidade – Projeto CURA - Orla Marítima e Projeto CURA Cristo-Mangabeira, nos anos de 1977 e 1983, respectivamente – como nosso objeto de estudo.

Considerando a natureza inexplorada do assunto, objeto de pesquisa e a relativa inexistência de literatura específica, acerca do Projeto CURA em João Pessoa, adotamos uma estratégia exploratória para a pesquisa. Esta estratégia é particularmente indicada quando o pesquisador se depara, entre outras coisas com a necessidade de clarificar problemas não devidamente tratados na literatura

convencional, numa tentativa de descobrir novos ângulos da matéria, trazer novas idéias ao assunto e esclarecer conceitos. (SELLTIZ, 1976).

Inicialmente procuramos conhecer o Projeto em sua filosofia como Política Urbana e seus objetivos, através da literatura e documentos, num segundo momento, em conversas informais com algumas pessoas residentes em João Pessoa e que presenciaram a programa e viram as transformações ocorridas no sítio urbano da cidade.

Após essa fase preliminar, definimos que em nosso estudo seriam usados os seguintes métodos de pesquisa:

a) Revisão Bibliográfica para levantamento do referencial teórico do objeto de estudo.

b) Revisão de Jornais, para resgatarmos as informações que veiculavam na época.

c) Fontes Secundárias, pesquisa documental junto aos órgãos institucionais para constituir um conjunto de dados relevantes, no período 1977-1990, a fim de verificar o comportamento cronológico de algumas variáveis subsidiárias.

d) Pesquisa de avaliação: com especialistas que participaram do Projeto CURA, através do método *Delphi*.

O método *Delphi* de pesquisa é uma técnica originária da Antiga Grécia e que vem sendo utilizada ultimamente pelo Governo dos Estados Unidos para avaliar a economia nacional e questões militares estratégicas (DALKEY, 1969) e por pesquisadores nas ciências sociais, particularmente nas áreas de marketing e tomada de decisão. (JOLSON, 1971).

A pesquisa *Delphi* consiste basicamente no levantamento de informações e opiniões de especialistas de renome em determinada matéria para se chegar a um somatório de opiniões qualitativas sobre o assunto em questão.

O método *Delphi* foi escolhido para fundamentar, juntamente com outras fontes de informações a nossa pesquisa, por se tratar de uma abordagem que oferece, entre outras coisas, as seguintes vantagens sobre outros métodos de pesquisa:

- a) Possibilita a agregação de informação confidencial muitas vezes difícil de se coletar através dos métodos de pesquisa por amostragem.
- b) Facilita o esclarecimento de problemas de natureza complexa, tratados diretamente com os especialistas de reconhecido valor.
- c) Oferece a oportunidade de uma franca avaliação dos assuntos, uma vez que as opiniões dos especialistas são tratadas anonimamente, ou seja, há extrema confidencialidade no manuseio dos resultados.
- d) Tem, em geral, um menor custo, em relação a outros métodos de pesquisa, pois se fundamenta em informações coletadas a partir de um reduzido número de entrevistados.

Entre as principais limitações estão a dificuldade de se selecionar e encontrar a população-alvo, ou seja, os especialistas a serem entrevistados e o grau de representatividade de suas opiniões em relação a matéria. Em suma, a seleção dos especialistas parece ser o ponto crítico do método, pois a partir da seleção do grupo de especialistas pode se avaliar a representatividade das opiniões expressas.

4.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para a pesquisa junto aos especialistas elaboramos um questionário, não identificando o entrevistado, e que foi estruturado em cinco blocos de perguntas.

No Bloco I - Perfil dos Especialistas, composto por 5 perguntas fechadas que abordavam questões sobre: formação profissional, tempo de vivência, fase de envolvimento, grau de envolvimento, nível de participação, órgão em que trabalhava, e funções desempenhadas.

No Bloco II - Avaliação dos Objetivos, buscamos avaliar os objetivos preconizados pelo Projeto CURA, em duas formas qualitativamente e quantitativamente.

No bloco III - Avaliação Setorial Espacial - um total de vinte e uma perguntas fechadas, medidas pela escala diferencial Semântica (CHURCHIL, 1979) e que são questões diretamente vinculadas às conseqüências dos objetivos do Projeto CURA.

No bloco IV - Aspectos Gerais, com seis perguntas, fechadas, medidas pela escala ordinal, adaptada de Likert (OSGOOD, 1957) são questões ligadas aos efeitos do Projeto CURA, como um todo, em João Pessoa.

E, no bloco V, Avaliação Geral, composto por três perguntas abertas, onde buscamos identificar os aspectos positivos e negativos e avaliação geral do Projeto CURA.

Foi pesquisado um total de vinte especialistas individualmente, que trabalharam no projeto CURA, distribuídos nos seguintes órgãos: URBAN, BNH, PMJP e CEF.

Quanto à apuração dos dados da pesquisa, definimos um total de sessenta e seis variáveis, correspondente as perguntas dos blocos I, II, III e IV, sendo que em algumas perguntas por serem subdivididas atribuiu-se a cada uma das subdivisões uma variável.

Os dados dessa pesquisa foram processados no computador do Núcleo de Processamento de Dados da Universidade Federal da Paraíba.

O tratamento estatístico foi realizado através do programa SPSS, (Nie et ali, 1976) que forneceu a frequência proporcional de cada resposta que compõe as variáveis.

A seguir apresentamos o instrumento utilizado para orientar as entrevistas pessoais, com perguntas estruturadas e semi-estruturadas para o grupo de especialistas.

PESQUISA DE AVALIAÇÃO COM ESPECIALISTAS**BLOCO I****QUESTIONARIO N.º _____****PERFIL DOS ESPECIALISTAS****1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

- | | | |
|-------------------|----------------------|------------------------|
| 1. Engenheiro () | 4. Administrador () | 7. Advogado () |
| 2. Arquiteto () | 5. Sociólogo () | 8. Estatístico () |
| 3. Economista () | 6. Contador () | 9. Outros (Espec.) () |

2. TEMPO DE VIVENCIA COM O PROJETO CURA

- | | | |
|------------------|-----------------|------------------|
| 1. Até 1 ano () | 3. De 2 - 3 () | 5. Mais de 5 () |
| 2. De 1 - 2 () | 4. De 3 - 5 () | |

3. FASE DE ENVOLVIMENTO COM O PROJETO

- | | |
|---------------------|---------------------------|
| 1. Negociação () | 4. Desenvolvimento () |
| 2. Planejamento () | 5. Controle/Avaliação () |
| 3. Implantação () | |

4. GRAU DE ENVOLVIMENTO

1. Total () 2. Parcial () 3. Eventual ()

5. NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO

1. Operacional () 2. Gerencial () 3. Estratégico ()

6. ÓRGÃO EM QUE TRABALHAVA NA ÉPOCA

- | | |
|-----------------|-----------------------------|
| 1. BNH () | 5. EMPREITEIRA () |
| 2. PMJP () | 6. CONSULTORA () |
| 3. URBAN () | 7. OUTROS (ESPECIFIQUE) () |
| 4. PARAIBAN () | |

7. FUNÇÃO DESEMPENHADA NA ÉPOCA

1. Secretário da PMJP ()
2. Direto ()
3. Gerente Técnico ()
4. Gerente Administrativo ()
5. Gerente Financeiro ()
6. Técnico de Elaboração ()
7. Técnico Operacional ()
8. Técnico Administrativo - Financeiro ()
9. Consultor ()
10. Outros (Especificar) ()

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS

BLOCO II

Às perguntas abaixo, responda:

1	2	3	4	5
Quase nada	Muito Pouco	Razoavelmente	Muito	Bastante
ou				
Nada				

Em termos gerais, até que ponto o Projeto CURA conseguiu...

1. “Melhoria do nível de conforto da população mediante aumento da eficiência dos serviços urbanos”

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

2. “Maximização dos resultados, em termos de benefícios prestados à população, dos investimentos urbanos públicos e privados feitos nas cidades, reduzindo assim a ociosidade existente”

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

3. “Aumento da Receita Fiscal das cidades, mas não das alíquotas vigentes, mediante taxaçoão que leve a utilização de terrenos beneficiados com investimentos da coletividade, coibindo dessa forma a especulaçoão”

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

4. “Criação de critérios impessoais e racionais a fim de estabelecer prioridades de atendimento das áreas carentes de investimentos públicos / privados”

1. () 2. () 3. () 4. () 5. ()

As perguntas abaixo, responda:

1. 1-10%	4. 41-50%	7. 71-80%
2. 11-20%	5. 51-60%	8. 81-90%
3. 31-40%	6. 61-70%	9. 91-100%

Em termos de alcance, que percentual dos objetivos preconizados pelo Projeto CURA foi atingido, na sua opinião?

5. “Melhoria do nível de conforto da população mediante aumento da eficiência dos serviços urbanos”

1. () 3. () 5. () 7. () 9. ()
2. () 4. () 6. () 8. () 10. ()

6. “Maximização dos resultados, em termos de benefícios prestados à população, dos investimentos urbanos públicos e privados feitos nas cidades, reduzindo assim a ociosidade existente”

1. () 3. () 5. () 7. () 9. ()
2. () 4. () 6. () 8. () 10. ()

7. "Aumento da Receita Fiscal das cidades, mas não das alíquotas vigentes, mediante taxaço que leve a utilizaço de terrenos beneficiados com investimentos da coletividade, coibindo dessa forma a especulaço"

1. () 3. () 5. () 7. () 9. ()

2. () 4. () 6. () 8. () 10. ()

8. "Criaço de critérios impessoais e racionais a fim de estabelecer prioridades de atendimento das áreas carentes de investimentos públicos e privados"

1. () 3. () 5. () 7. () 9. ()

2. () 4. () 6. () 8. () 10. ()

BLOCO III

Às perguntas a seguir, responda classificando dentro da seguinte escala:

1. Discordo totalmente
 2. Discordo muito
 3. Discordo pouco
 4. Neutro
 5. Concordo pouco
 6. Concordo muito
 7. Concordo totalmente
-

1. Com o Projeto CURA ampliaram-se os serviços urbanos no bairro de:

1.1. Manaíra 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

1.2. C. Branco 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

1.3. Tambaú 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

1.4. Cristo 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

2. Os serviços urbanos oferecidos a comunidade tornaram-se mais eficientes em:

2.1. Manaíra 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

2.2. C. Branco 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

2.3. Tambaú 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

2.4. Cristo 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

3. Outros bairros da cidade também se beneficiaram com melhores serviços urbanos

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

4. O Projeto CURA conseguiu diminuir consideravelmente o número de terrenos desocupados em

4.1. Manaíra 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

4.2. C. Branco 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

4.3. Tambaú 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

4.4. Cristo 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

5. O Projeto CURA reduziu a falta de habitação da cidade

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

6. Comparando-se entre as áreas beneficiadas pelo Projeto CURA, a valorização dos terrenos desocupados foi maior em:

6.1. Manaíra 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

6.2. C. Branco 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

6.3. Tambaú 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

6.4. Cristo 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

7. Nos bairros adjacentes as áreas curadas, também houve valorização.

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

8. Os bairros que não são adjacentes, também se valorizavam por conta do Projeto CURA.

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.

9. A implantação do Projeto CURA, os recursos gerados via IPTU de Manaíra, Cabo

Branco e Tambaú elevaram-se consideravelmente.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

10. E no Cristo

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

11. Os recursos gerados pelo IPTU de Manaíra, Cabo Branco e Tambaú, após a implantação do Projeto CURA foram suficientes para cobrir as obrigações assumidas com o BNH / CEF

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

12. E com o IPTU do Cristo

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

13. Os recursos arrecadados com o IPTU de Manaíra, Cabo Branco, Tambaú e Cristo foram canalizados para pagamento dos débitos assumidos com o BNH / CEF.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

14. Considerando o volume total de recursos do BNH / CEF aplicado no Projeto CURA, a PMJP tem condições de gerenciar a dívida assumida com esse órgão, através de recursos próprios.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

15. A especulação imobiliária, nos bairros que sofreram intervenção, foi contida após a implantação do Projeto CURA.

15.1. Manaíra 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

15.2. C. Branco 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

15.3. Tambaú 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

15.4. Cristo 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

16. Com a implantação do Projeto CURA em Manaíra, Cabo Branco, Tambaú e Cristo, a especulação imobiliária foi contida em bairros adjacentes.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

17. Um dos resultados positivos do Projeto CURA foi a elevação do nível de investimentos privados em

17.1. Manaíra 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

17.2. C. Branco 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

17.3. Tambaú 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

17.4. Cristo 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

18. Outra consequência positiva do Projeto CURA foi a elevação dos níveis de investimentos nos bairros adjacentes

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

19. Quando do planejamento do Projeto CURA, deveria ter sido usado o critério de

consulta a comunidade dos bairros eleitos, para levantar quais os serviços públicos prioritários a serem realizados.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

20. Os investimentos do PROJETO CURA, em João Pessoa, foram realmente utilizados de forma impessoal e racional.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

21. O estudo de viabilidade, que comprovava a exeqüibilidade do Projeto CURA traduzia a realidade.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

ASPECTOS GERAIS

BLOCO IV

As perguntas abaixo, responda classificando dentro da seguinte escala:

1. Discordo totalmente
 2. Discordo muito
 3. Discordo pouco
 4. Neutro
 5. Concordo pouco
 6. Concordo muito
 7. Concordo totalmente
-

1. O Projeto CURA, em João Pessoa, trouxe mais benefícios a classe

Alta 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

Média 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

Baixa 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

2. O Estado deveria continuar intervindo nos municípios brasileiros através de Programas semelhantes ao Projeto CURA

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

3. O Projeto CURA provocou uma reativação de alguns setores de atividade econômica da cidade de João Pessoa, com a geração de empregos diretos e indiretos.

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

4. Em nível de João Pessoa, o Projeto CURA trouxe benefícios a cidade como proposta de política urbana

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

5. O Projeto CURA provocou um deslocamento ordenado da mecha urbana da cidade de João Pessoa

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

6. O Projeto CURA provocou a migração dos residentes de baixa renda para outras áreas da cidade

1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. () 7. ()

AVALIAÇÃO GERAL

BLOCO V

- 1 Quais foram os aspectos positivos do Projeto CURA?
- 2 E os aspectos negativos?
- 3 Em suma, qual é a sua avaliação geral do Projeto CURA?

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DOS DADOS

Nesta parte, serão analisados os resultados da pesquisa de opinião feita com especialistas, que tiveram, atuação de uma forma ou de outra, no Projeto CURA, implantado em João Pessoa.

O questionário elaborado, que serviu como instrumento de pesquisa, foi dividido em 5 Blocos, cada um deles, subdividido em perguntas, abordando questões relativas ao projeto CURA, cuja perspectiva foi avaliar o projeto através da opinião dos especialistas.

O Bloco I do questionário revela o Perfil dos Especialistas, levantado através de sete perguntas, que passaremos a discutir.

Verificou-se, através do resultado da pesquisa que a maioria dos entrevistados possui Formação Profissional em Engenharia (60%), seguido dos Arquitetos com 20%. Além dessas, ainda, foram registradas as profissões de Administrador, Advogado e Estatístico, totalizando 20% dos entrevistados (Tabela 13).

TABELA 13 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CATEGORY LABEL	CODE	ABSOLUTE FREQ	RELATIVE FREQ (PCT)	ADJUSTED FREQ (PCT)	CUM FREQ (PCT)
ENGENHEIRO	1.	12	60,0	60,0	60,0
ARQUITETO	2.	4	20,0	20,0	80,0
ADMINISTRADOR	4.	1	5,0	5,0	85,0
ADVOGADO	7.	2	10,0	10,0	95,0
ESTATÍSTICO	8	1	5,0	5,0	100,0
TOTAL		20	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Estes resultados nos levam a crer que houve uma maior atuação de

profissionais da área de tecnologia, voltada para a construção civil, talvez porque como a natureza do projeto foi voltada para atuar com obras em infra-estrutura física, tenha requerido um maior número destes profissionais, em escala superior às outras.

Com relação ao tempo de vivência com o Projeto CURA, dos especialistas entrevistados, dois períodos "de 1 a 2 anos" e "mais de 5 anos" foram os mais expressivos, representando cada um deles 30% dos entrevistados, semelhantes entre eles, correspondendo a 15% dos entrevistados. (Tabela 14).

TABELA 14 – TEMPO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CATEGORY LABEL	CODE	ABSOLUTE FREQ	RELATIVE FREQ (PCT)	ADJUSTED FREQ (PCT)	CUM FREQ (PCT)
ATÉ 1 ANO	1.	2	10,0	10,0	10,0
1 A 2 ANOS	2.	6	30,0	30,0	40,0
2 A 3 ANOS	3.	3	15,0	15,0	55,0
3 A 5 ANOS	4.	3	15,0	15,0	70,0
MAIS DE 5 ANOS	5.	6	30,0	30,0	100,0
TOTAL		20	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Esses resultados indicam, dentre os especialistas entrevistados, que os períodos de maior vivência com o Projeto, localizando-os dentro de uma reta horizontal, estão em posições de certa forma, extremas. Contudo, a soma dos intervalos inferiores a mais de 5 anos atinge 70% dos entrevistados, o que se supõe que devido a transitoriedade dos períodos de governo da Prefeitura, que é de quatro anos, levando a mudanças no poder executivo municipal e, conseqüentemente, afetando aos seus auxiliares, devido aos interesses político-administrativos, levou à relativa curta atuação de alguns técnicos no Projeto CURA.

Procurou-se saber também qual a Fase de Envolvimento com o Projeto, em que os especialistas entrevistados participaram. Dentre as fases elencadas no

questionário, Desenvolvimento do Projeto, foi a que apresentara maior número de participantes com 20% dos entrevistados, seguida por Planejamento. E os que participaram de três fases (Planejamento, Implantação e Desenvolvimento) como uma única opção, correspondendo cada uma delas a 15% dos entrevistados (Tabela 15).

TABELA 15 – FASE DE ENVOLVIMENTO

CATEGORY LABEL	CODE	ABSOLUTE FREQ	RELATIVE FREQ (PCT)	ADJUSTED FREQ (PCT)	CUM FREQ (PCT)
PLANEJAMENTO	2.	3	15,0	15,0	15,0
IMPLANTAÇÃO	3.	2	10,0	10,0	25,0
DESENVOLVIMENTO	4.	4	20,0	20,0	45,0
TODAS OPC	6.	2	10,0	10	55,0
OPC 2 3 4	7.	3	15,0	15	70,0
OPC 1 2 3	8.	1	5,0	5,0	75,0
OPC 1 2 5	9.	1	5,0	5,0	80,0
OPC 1 3 5	10.	1	5,0	5,0	85,0
OPC 2 3 4 5	11.	1	5,0	5,0	90,0
OPC 1 2 3 4	12.	1	5,0	5,0	95,0
1 2	13.	1	5,0	5,0	100,0
TOTAL		20	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Torna-se interessante ressaltar que muito dos entrevistados por terem tido participação, no período em que vivenciaram o Projeto, conjuntamente com outras fases, houve casos dos que, até mesmo, se envolveram em todas elas. Assim, extraindo-se a cumulatividade e pontuando-se cada uma delas, o resultado se modifica. Passando a se destacar a fase de Planejamento, seguida das fases Implantação e Desenvolvimento, depois Negociação, finalizando por Controle/Avaliação.

Outra informação pesquisada, junto aos especialistas entrevistados, foi o grau

de Envolvimento de cada um deles com o Projeto CURA, isto é, quanto estava envolvido com o Projeto, se a atuação era total, Parcial ou em circunstâncias Eventuais. Das opiniões colhidas "Envolvimento Parcial" foi a que mais se destacou, representando 90% dos entrevistados, enquanto "Total" e "Eventual", tiveram, respectivamente, 35% e 13% (Tabela 16). Isto nos remete a pensar que talvez tenha sido consequência da demora em que era feita a tramitação dos documentos junto ao BNH, em sua agência no Recife, que em alguns casos dependia da sede do Banco no RJ, e que inclusive, dito por um dos entrevistados, "foi uma das razões de aqui ter sido implantada uma agência do BNH".

TABELA 16 – GRAU DE ENVOLVIMENTO

CATEGORY LABEL	CODE	ABSOLUTE FREQ	RELATIVE FREQ (PCT)	ADJUSTED FREQ (PCT)	CUM FREQ (PCT)
TOTAL	1.	7	35,0	35,0	35,0
PARCIAL	2.	10	50,0	50,0	85,0
EVENTUAL	3.	3	15,0	15,0	100,0
TOTAL		20	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo

O Nível de Participação figurou dentre uma das informações necessárias para complementar e aprofundar, com o conjunto de informações do Bloco I, o perfil dos especialistas que atuaram no Projeto CURA em João Pessoa. Do resultado encontrado, o nível gerencial foi o que teve dentre os demais, o de maior representatividade; 35% dos especialistas entrevistados, seguido pelas opções Operacional e Estratégico, com 20% para cada uma delas. Houve também respostas de especialistas que participaram das três opções apresentadas (Operacional, Gerencial e Estratégico) representando 10% e, ainda, os que tiveram participação nos níveis Operacional e Gerencial, correspondendo a 15% dos entrevistados (Tabela 17).

TABELA 17 – NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO

CATEGORY LABEL	CODE	ABSOLUTE FREQ	RELATIVE FREQ (PCT)	ADJUSTED FREQ (PCT)	CUM FREQ (PCT)
OPERACIONAL	1.	4	20,0	20,0	20,0
GERENCIAL	2.	7	35,0	35,0	55,0
ESTRATÉGICO	3.	4	20,0	20,0	75,0
TODAS OPC	4,	2	10,0	10,0	85,0
OPC 1 2	5.	3	15,0	15	100,0
TOTAL		20	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto ao Órgão em que trabalhavam na época do Projeto CURA, 45% dos especialistas entrevistados pertenciam a URBAN, 30% estavam ligados a PMJP e 10% ao extinto BNH. Mas houve casos de especialistas que trabalharam com o Projeto CURA por dois lugares – URBAN/Consultoria e PMJP/Empreiteira - – representando, dentre os entrevistados, 10% as duas opções (Tabela 18).

TABELA 18 – ÓRGÃO

CATEGORY LABEL	CODE	ABSOLUTE FREQ	RELATIVE FREQ (PCT)	ADJUSTED FREQ (PCT)	CUM FREQ (PCT)
BNH	1.	2	10,0	10,0	10,0
PMJP	2.	6	30,0	30,0	40,0
URBAN	3.	9	45,0	45,0	85,0
CEF	7.	1	5,0	5,0	90,0
OPC 3 6	8.	1	5,0	5,0	95,0
OPC 2 5	9,	1	5,0	5,0	100,0
TOTAL		20	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Finalmente, concluindo a análise no que concerne ao Bloco I, Perfil dos Especialistas, pesquisamos a função que os especialistas desempenharam na época em que atuaram junto ao Projeto CURA de João Pessoa. Do conjunto de

funções apresentadas, Secretaria da PMJP e técnico de elaboração, com 25% cada uma, corresponderam como as duas maiores funções, dentre os especialistas entrevistados, seguidas de técnico operacional com 20%, estes os mais representativos. (Tabela 19).

TABELA 19 – FUNÇÃO

CATEGORY LABEL	CODE	ABSOLUTE FREQ	RELATIVE FREQ (PCT)	ADJUSTED FREQ (PCT)	CUM FREQ (PCT)
SECRETÁRIO PMJP	1.	5	25,0	25,0	25,0
DIRETOR	2.	2	10,0	10,0	35,0
GER FINANCEIRO	5.	1	5,0	5,0	40,0
TEC ELABORAÇÃO	6.	5	25,0	25,0	65,0
TEC OPERACIONAL	7.	4	20,0	20,0	85,0
CONSULTOR	9.	1	5,0	5,0	90,0
OPC 1 7	10.	1	5,0	5,0	95,0
3 9	11.	1	5,0	5,0	100,0
TOTAL		20	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Nessa parte, analisaremos os resultados das questões do Bloco II, composto pelos objetivos a alcançar com a implantação do Projeto CURA. Isto é, avaliaram-se tais objetivos qualitativa e quantitativamente, através da opinião dos especialistas entrevistados. E ainda incluímos em nossa análise as questões do Bloco III, que funcionaram como um complemento de avaliação setorial desses objetivos.

O primeiro objetivo: "Melhoria do nível de conforto da população, mediante aumento da eficiência dos serviços urbanos". Pelo enfoque qualitativo, a opinião dos especialistas entrevistados concentrou-se nas respostas "Bastante" e "Razoavelmente", atingindo tanto uma como a outra 35% das opiniões, seguidas da opção "Muito", que representou 30%. (Tabela 20).

A avaliação feita, com parâmetros quantitativos segundo opiniões dos especialistas entrevistados, observa uma certa divergência quanto ao alcance atingido pelo primeiro objetivo. Conseqüência dos resultados a que se chegou, isto é, dentre as faixas de opções, quatro delas – 41 a 50%; 61 a 70%; 71 a 80% e 91 a 100% - destacaram-se das demais e obtiveram o mesmo resultado de 20%, seguidas pela opção 81 a 90%, que concentrou 10% das opiniões (Tabela 20).

Agregando-se os resultados, as opiniões positivas (considerando-se Muito e Bastante) representam 65% dos entrevistados. Da segunda, transformando-a em duas faixas: de 1 a 50% e de 51 a 100%, temos como resultado 25% e 75%, respectivamente, o que traduz, de certo modo, onde foram concentradas as opiniões dos especialistas entrevistados (Tabela 20).

TABELA 20 – MELHORIA DO NÍVEL DE CONFORTO DA POPULAÇÃO MEDIANTE AUMENTO DA EFICIÊNCIAS DOS SERVIÇOS URBANOS

VARIÁVEL AVALIAÇÃO QUALITATIVA V. 09	RESPOSTAS(%)										PREDOMINÂNCIAS		
	QN ou N		M'P		'R		'M		'B		-	+	+
	-		-		35		30		35		-	35	65
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA V. 13	1 – 10	11 – 20	21 – 30	31 – 40	41 – 50	51 – 60	61 – 70	71 – 80	81 – 90	91 - 100	1 – 50	51 – 100	
	-	-	-	5	20	5	20	20	10	20	25	75	

TABELA 20-A - IDEM

AVALIAÇÃO SETORIAL	DISCORDO	NEUTRO	CONCORDO	NÃO RESPONDEU
V17 - Serv. Urbanos - Manaíra	-	-	95	5
V18 - Sev. Urbanos – Cabo Branco	-	5	90	5
V19 – Serv. Urbanos – Tambaú	10	5	90	5
V20 – Serv Urbanos – Cristo	-	35	50	5
V21 - Eficientes – Manaíra	5	5	90	5
V22 – Eficientes – Cabo Branco	5	5	85	5
V23 – Eficientes Tambaú	5	5	85	5
V24 – Eficientes – Cristo	15	25	55	5
V25 - Bairros	45	10	45	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Analisando os dados pelo conjunto dos resultados, parece-nos que o grupo de especialistas entrevistados, com certa ressalva, concorda que dentro do contexto atual, comparado ao que existia anteriormente nas áreas de intervenção do Projeto, houve uma melhora. Entretanto, essa melhora não se deu nos níveis que eles, como técnicos que participaram do Projeto, esperavam. Como opinou um dos entrevistados: "Não era para hoje, depois do CURA, convivermos com quantidade de muriçocas que tem lá em Manaíra, à noite. Às vezes, não consigo nem dormir".

Entretanto, os resultados da avaliação setorial dessa tendência, nas opiniões dos especialistas, não se comportaram, são velados, com relação aos serviços urbanos. Quando questionados se eles se ampliaram nos bairros que sofreram intervenção do Projeto CURA, 95% dos entrevistados opinaram que concordam, em se tratando de Manaíra (Tabela 20-A), para o Cabo Branco e Tambaú o índice de concordância atingiu 90% (Tabelas 19 e 20-A) enquanto no Cristo, chegou-se a 50% (Tabela 20-A).

Quanto aos serviços urbanos oferecidos à comunidade dos bairros beneficiados pelo CURA, tornaram-se mais eficientes, as opiniões, também, em sua maioria foram concordando, como pode ser visto nas tabela 20. Manaira concentrou 90%, Cabo Branco e Tambaú 85%, para cada um deles e no Cristo 55% das opiniões.

Já para os outros bairros da cidade, segundo os especialistas entrevistados, se eles se beneficiaram com melhores serviços urbanos, as opiniões ficaram igualmente divididas tanto "Discordo" como "Concordo" concentrou 45% das respostas.

Nota-se, no conjunto dos resultados analisados, uma certa incongruência traduzida pelas opiniões dos especialistas entrevistados; concordam com ressalvas

quanto ao alcance atingido pelo primeiro objetivo, através da avaliação qualitativa e quantitativa; mas por outro lado, os resultados da avaliação setorial indicam uma homogeneidade nas opiniões, que os serviços urbanos sobre os quais sofreram intervenção do Projeto CURA. Ora, isso traduz o resultado de dois momentos, isto é, num primeiro nada existia nesses bairros, o que poderiam assinalar como momento pré-CURA, e um segundo, após as intervenções o cenário urbano houve uma transformação, consequência do Projeto. Mas em termos de alcance do objetivo, ele ficou a desejar, é claro que em parte. Acreditamos que seja pela qualidade das obras e que já nos idos dos anos oitenta, um jornal de expressiva importância denunciava tal fato, com relação ao CURA ORLA MARÍTIMA

Na maioria das ruas e avenidas não beneficiadas com serviços de pavimentação asfáltica, as condições de tráfego são as mais precárias ou impraticáveis, em face dos constantes alargamentos das vias públicas, mesmo quando não ocorreu chuvas muito intensas. O fato tem gerado inúmeras reclamações dos moradores da área, que há anos sofrem consequências dos serviços do Projeto CURA. (Jornal O Norte, [19-?])

Acreditavam os moradores de Tambaú que com as anunciadas obras de drenagem pluviométrica, o problema fosse solucionado em definitivo, mas os alagamentos voltaram a ocorrer com as primeiras chuvas da temporada invernal. As ruas que estão livres de alagamentos são as beneficiadas com serviços de pavimentação, enquanto que nas demais houve, ao contrário, maior acúmulo d'água que escoou das vias adjacentes que receberam pavimentação asfáltica, tendo reduzido sua área de permeabilidade. (JORNAL O NORTE, 1980)

O segundo objetivo: "Maximização dos resultados, em termos de benefícios prestados à população, dos investimentos urbanos públicos e privados feitos nas cidades, reduzindo assim a ociosidade existente". A avaliação qualitativa mostra que 45% dos especialistas entrevistados assinalaram a opção razoavelmente; 25% optaram por muito; bastante representou 20% e muito pouco 10%. (Tabela 21).

Considerando esses resultados, podemos notar que as opiniões dos especialistas entrevistados, em sua maioria, estão mais tendenciosas para o aspecto positivo, alcançado pelo Projeto CURA.

Pelos resultados da avaliação quantitativa, nota-se uma pulverização dentre as opiniões colhidas dos especialistas. A faixa que teve maior concentração de opiniões (61 a 70%) corresponde a 25% dos entrevistados, seguida pelas faixas de 21 a 30% e de 71 a 80%, ambas com 20% e ainda, para citar as mais representativas, três entrevistados assinalaram a faixa de 41 a 50%, que em termos percentuais, representa 15% das opiniões (Tabela 21).

Concentrando os resultados da tabela 21, em duas faixas: de 1 a 50% e de 51 a 100%; a maioria das opiniões situa-se na faixa superior (51 a 100%), correspondendo a 55% dos especialistas entrevistados, enquanto 45% representam a faixa de 1 a 50%. Esses dados parecem sugerir uma estreita relação entre a avaliação qualitativa com a avaliação quantitativa, o que nos leva a pensar, pelas opiniões, que esse objetivo foi alcançado, contudo com fortes restrições dos especialistas entrevistados, como pode ser constatado pela fala de um dos especialistas.

É claro que o CURA modificou os bairros que sofreram intervenção, principalmente Manaira e o Cristo, que quase nada tinham. Mas esperava-se muito mais, pelo volume de recursos gastos. Ainda tem muitos terrenos desocupados e o comércio nesses locais ainda é bastante fraco. Só ultimamente é que apareceram mais lojas comerciais.

Houve, também especialistas que atribuíram à culpa à Prefeitura, que não colocou as alíquotas progressivas, como rezava o convênio e muitos proprietários de terrenos que têm condições financeiras bastante privilegiadas, mantiveram seus terrenos desocupados, pagando imposto aquém do previsto no Projeto, a título de especularem no futuro.

TABELA 21 – MAXIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS, EM TERMOS DE BENEFÍCIOS PRESTADOS À POPULAÇÃO, DOS INVESTIMENTOS URBANOS PÚBLICOS E PRIVADOS FEITOS NAS CIDADES, REDUZINDO ASSIM A OCIOSIDADE EXISTENTE

VARIÁVEL AVALIAÇÃO QUALITATIVA V. 10	RESPOSTAS(%)										PREDOMINÂNCIAS		
	QN ou N		M'P		'R		'M		'B		-	+	+
	-		10		45		25		20		10	45	45
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA V. 14	1 - 10	11 - 20	21 - 30	31 - 40	41 - 50	51 - 60	61 - 70	71 - 80	81 - 90	91 - 100	1 - 50	51 - 100	
	-	-	20	10	15	-	25	20	5	5	45	55	

TABELA 21-A - IDEM

AVALIAÇÃO SETORIAL	DISCORDO	NEUTRO	CONCORDO	NÃO RESPONDEU
V26 - Terrenos - Manaíra	10	5	80	5
V27 - Terrenos – Cabo Branco	20	5	70	5
V28 – Terrenos – Tambaú	15	10	70	5
V29 – Terrenos – Cristo	30	25	40	5
V30 - Habitação	65	10	25	-
V48 – Inv. Privados - Manaíra	-	-	95	5
V49 – Inv. Privados – Cabo Branco	5	5	85	5
V50 – Inv. Privados - Tambaú	-	5	90	5
V51 – Inv. Privados - Cristo	10	20	70	-
V52 – Inv. Adjacentes	15	40	45	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Na avaliação setorial, associamos a este segundo objetivo, quatro questões, objetivando identificar, através da opinião dos especialistas entrevistados, outros fatores que estavam intrínsecos a ele.

Seqüencialmente, questionamos se "o Projeto CURA conseguiu diminuir consideravelmente o número de terrenos desocupados". Pelo resultado encontrado, as opiniões concordes foram mais expressivas, ou seja: no bairro de Manaíra configurou-se 80% das opiniões dos especialistas entrevistados; os bairros do Cabo Branco e Manaíra atingiram, cada um deles, 70%. No entanto, com relação ao bairro do Cristo, apesar de 40% das opiniões terem concordância, a opção *discordo* representou 30% e tiveram, ainda, 25% dos especialistas que optaram por neutro. (Tabela 21-A).

Segundo o Estudo de Viabilidade do Projeto CURA - ORLA MARÍTIMA, elaborado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, previa-se que no período de 1978-1984, que a área que sofreria intervenção do programa estaria toda ocupada, num processo que se daria "na seguinte proporção: 1978, 3%; 1979, 3%; 1980, 12%; 1981, 18%; 1982, 20%; 1983, 20% e 1984, 20%". (PMJP, 1977)

Já para a área do Projeto CURA CRISTO-MANGABEIRA, no Estudo de Viabilidade elaborado pela URBAN, ela foi dividida, para efeito de projetar a ocupação do solo, em duas: Área Cristo e Área Mangabeira. A primeira previa-se que pelo período de 1984-1988, todos os terrenos estariam ocupados, evoluindo através de tais índices de ocupação: 1984, 0,1652; 1985, 0,2042; 1986, 0,3071; 1987, 0,4826; enquanto em Mangabeira, a ocupação total da área se daria pelo período 1984-1998, segundo os seguintes "índices de ocupação: 1984 - 0,0264; 1985 - 0,0199; 1986 - 0,0383; 1987 - 0,0422; 1988 - 0,0477; 1989 - 0,0527, 1990 - 0,0597, 1991 - 0,0953, 1992 - 0,0830, 1993 - 0,1253, 1994 - 0,1592, 1995 -

0,1942,1996 - 0,2586,1997 - 0,4599,1998 - 1,0000. (PMJP, 1983).

Essas previsões foram feitas tomando por base o número de imóveis localizados nas áreas de abrangência, delimitadas para intervenção do Projeto CURA, muito embora a cidade de João Pessoa seja dividida por setores cadastrais, que no conjunto formam o Cadastro Físico Imobiliário da PMJP, e que serve de parâmetro para cobrança do IPTU.

Para efeito de nossa análise, buscamos os dados do referido Cadastro, mesmo porque é impossível atualmente desagregar esses dados, por uma forte razão, a URBAN, Empresa Municipal, que administrava este cadastro além de ter sido desativada, há muito vinha fazendo essa atividade, a título precário, num computador que se tornou obsoleto pelo tempo. E a Prefeitura que assumiu esse encargo, ainda não tem um computador próprio, utiliza-se dos serviços de uma empresa particular que lhe presta serviços de processamento de dados.

Os setores cadastrais 21 e 22 abrangem toda a área do Projeto CURA-ORLA MARÍTIMA, isto é: o setor 21 corresponde aos bairros de Tambaú, Manaíra e Bessa. O setor 22 aos bairros do Cabo Branco e Altiplano Cabo Branco. Da mesma forma que os setores 6, 7 e 24 englobam a área do Projeto CURA Cristo Mangabeira, correspondendo, respectivamente, aos bairros do Rangel, Cristo Redentor e Bancários, Professores e Anatólia.

A tabela 22, Evolução do Número de Terrenos, por setor cadastral, de 1976 a 1990, através dela aprende-se que apesar de as previsões feitas nos estudos de viabilidade indicarem que nas áreas da Orla Marítima (setores 21 e 22) e na área do Cristo (setores 6 e 7), a ocupação se daria totalmente até 1984, com relação a primeira e até 1988, para a segunda, tal fato ainda não aconteceu em 1990.

TABELA 22 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TERRENOS, POR SETOR CADASTRAL, DE 1976 A 1990

SETOR	ANOS														
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
01	42	41	37	40	37	35	32	30	30	30	30	26		24	30
02	237	238	184	185	176	175	167	159	149	152	146	144		122	116
03	210	205	181	176	169	158	161	134	124	121	128	122		120	117
04	108	98	87	85	78	86	85	77	74	75	73	74		52	43
05	291	281	208	208	228	238	208	175	177	175	169	147		163	172
**06	685	728	532	533	497	554	531	461	479	471	451	451		453	440
*07	4.888	4.775	6.345	4.751	5.107	5.182	6.621	6.806	6.606	6.079	5371	5.232		5.190	5.072
08	1.060	1.041	869	871	857	980	1.064	891	892	893	873	839		841	858
09	2.928	2.923	2.629	2.869	2.863	2.936	2.857	2.638	2.640	2.348	2.373	2.328		2.290	2.336
10	292	285	416	954	1.961	2.021	2.026	1.403	1.436	1.435	1.452	1.394		1.442	1.438
11	83	85	85	82	81	81	83	61	73	103	99	84		95	110
12	42	56	36	38	39	39	39	32	34	31	32	32		31	35
13	223	223	187	200	213	261	251	187	188	189	195	185		445	443
14	134	129	120	106	97	124	131	943	105	96	933	81		79	88
15	109	109	99	100	83	82	80	67	57	54	55	33		69	57
16	331	329	322	330	340	359	361	277	295	257	273	336		340	343
17	1.568	1.518	1.375	1.416	1.172	1.174	1.094	1.019	1.139	1.196	1.257	1.223		1.211	1.263
18	1.403	1.313	1.295	1.281	1.157	1.081	985	812	775	738	748	683		364	538
19	1.015	951	729	715	749	695	677	540	523	493	487	461		362	343

Continuação da Tabela 22

SETOR	ANOS														
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
20	1.071	1.064	641	671	583	642	617	531	536	516	511	518		413	414
*21	6.386	6.309	6.131	7.876	7.889	8.436	8.427	7.181	6.944	6.720	6.484	6.253		5.641	5.419
*22	4.569	4.548	4.448	4.817	4.380	4.305	4.300	4.103	4.123	4.100	4.167	2.993		4.044	4.044
23	43	42	163	49	37	43	42	42	56	59	66	50		53	903
**24	3.838	3.833	4.706	4.987	5.041	5.270	5.639	6.018	6.076	6.102	6.068	5.760		6.023	5.672
25	-	-	1.061	1.064	1.953	1.958	2.294	2.967	2.985	3.002	2.995	2.983		3.033	3.034
26	-	-	-	-	-	-	-	-	34	56	129	141		163	178
TOTAL	31.556	31.104	32.889	34.404	35.850	36.915	38.772	36.705	36.550	35.521	34.727	32.573		33.263	32.693

Fonte: PMJP

Nota-se, também, que no setor 21 entre os anos de 1978 e 1979, quando se previa uma diminuição, ocorreu o inverso, uma elevação de 6131 para 7876 em 1979 e permaneceu tal processo até 1981, quando atingiu 8436 o número de terrenos desocupados, presume-se que talvez seja o efeito da implantação de novos loteamentos. No setor 22, idêntico fato também ocorreu entre o período 1978 e 1979, passando de 4448 para 4817, respectivamente, e posteriormente entre 1987 e 1989 quando aumentou de 2993 para 4044.

Os setores de abrangência da área Cristo-Mangabeira, somente o setor 24, após 1984, apresentou aumento no número de terrenos desocupados, entre 1984 e 1985 e no período 1987-1989, respectivamente, 6076 para 6102 e 5760 para 6023, enquanto nos setores 6 e 7, a partir de 1984, ambos apresentaram declínio até 1990.

No conjunto, esses dados demonstram que o processo de ocupação das áreas CURA vem ocorrendo gradativamente, mas a níveis mais lentos do que se previa nos estudos de viabilidade, até mesmo propiciando o surgimento de novos loteamentos.

Ainda pela avaliação setorial, questionamos aos especialistas se "O Projeto CURA reduziu a falta de habitação da cidade"; a grande maioria das respostas voltou-se para a opção *discordo* (65%), 25% concordaram e 10% posicionaram-se neutros.

Esses resultados nos levam a supor que, por ter sido implantado em áreas específicas, representando aproximadamente 20%, em termos do total de setores cadastrais que são 26, constatou-se que em torno de 65% dos terrenos desocupados (Tabela 21-A), nos anos pesquisados no cadastro da URBAN, não geraram indução ou mesmo de incentivo para a que se construísse em outras áreas,

visando diminuir a falta de habitações que ainda hoje perdura na cidade.

É claro que dentro deste contexto, outros fatores também tiveram sua parcela de contribuição, como o processo migratório ocorrido nos primeiros anos da década de oitenta, aparentemente conseqüência da seca, levando a população urbana de João Pessoa a evoluir de 326.000 habitantes em 1980, para 339.360 e 352.570 habitantes, nos anos de 1981 e 1982, respectivamente. (FARIAS, 1990, p. 106).

Segundo Farias,

O processo migratório campo-cidade consubstanciou o crescimento da população e João Pessoa não tinha capacidade de absorver essa população, seja a nível de equipamentos e serviços públicos, seja no que diz respeito à absorção dessa mão-de-obra, em sua maioria desqualificado para o trabalho urbano.

Nesta perspectiva, essa população agora residente em um centro urbano, e na maioria desempregada ou subempregada, sem condições econômicas para assumir gastos com o aluguel ou a aquisição de uma casa, e tendo que resolver o problema de moradia, viu-se obrigada a morar em favelas. (FARIAS, 1990).

Outro fator que supomos que deva ser considerado é a diminuição no número de financiamentos feitos pelo BNH para construção de casas, voltando este órgão, a partir de 1979, a empreender uma maior atuação em "programas de urbanização dos assentamentos populares, garantindo a permanência dos moradores nas áreas e concedendo aos mesmos a posse da terra" (FARIAS, 1990). Tudo isso com o intuito de se legitimar junto a essas camadas da população, em nível nacional.

Outro ponto tratado, com a avaliação setorial junto aos especialistas, ainda pertinente ao segundo objetivo, se "Um dos resultados positivos do Projeto CURA foi a elevação do nível de investimentos privados" nos bairros de intervenção. Os resultados encontrados indicam que a grande maioria das opiniões dos especialistas entrevistados "Concorda" com o que lhes foi questionado, ficando Manaíra com 95%, Tambaú com 90%, Cabo Branco com 85% e o Cristo com 70% (Tabela 21-A).

Esses dados sugerem que o Projeto CURA funcionou como forte indutor na canalização dos investimentos privados nas áreas eleitas para intervenção, enquanto nos bairros adjacentes, tal fenômeno não foi tão marcante, é o que mostra os resultados alcançados com relação ao questionamento feito aos especialistas: se "Outra consequência positiva do Projeto CURA foi a elevação nos níveis de investimentos nos bairros adjacentes", tendo em vista que a opção "Concordo" representou 45%, próximo da opção "Neutro" com 40%, havendo ainda, os que optaram por "Discordo" com 15% (Tabela 21-A).

O terceiro objetivo do Projeto CURA, "Aumento da Receita Fiscal das cidades, mas não das alíquotas vigentes, mediante taxaço que leve à utilização de terrenos beneficiados com investimentos da coletividade, coibindo dessa forma a especulação", avalia qualitativamente até que ponto o Projeto CURA conseguiu alcançar esse objetivo. A maior concentração das opiniões (65%) recaiu no aspecto negativo, isto é, dentre os entrevistados, 45% deles responderam "Muito Pouco" e 25% por "Quase Nada" ou "Nada". A opção "Razoavelmente" representou 25% das opiniões, enquanto as opções que traduzem o aspecto positivo, "Muito" e "Bastante", atingiu cada uma delas somente, 5% das respostas dos especialistas. (Tabela 23).

Na avaliação quantitativa, não houve modificação das opiniões, comparando-se com a anterior. Nota-se, pelo resultado da tabela 23, que esse objetivo teve um alcance muito aquém, haja vista 80% dos especialistas entrevistados terem optado pelas respostas, cujos intervalos estão abaixo de 50%, registrando o maior número das respostas as opções 1 a 10%, com 29% e de 11 a 20%, com 20%. As opções com intervalos superiores restringiram-se num total de 20% das opiniões dos especialistas.

TABELA 23 – OBJETIVO III: AUMENTO DA RECEITA FISCAL DAS CIDADES, MAS NÃO DAS ALÍQUOTAS VIGENTES, MEDIANTE TAXAÇÃO QUE LEVE À UTILIZAÇÃO DE TERRENOS BENEFICIADOS COM INVESTIMENTOS DA COLETIVIDADE, COIBINDO DESSA FORMA A ESPECULAÇÃO

VARIÁVEL AVALIAÇÃO QUALITATIVA V. 11	RESPOSTAS(%)										PREDOMINÂNCIAS		
	QN ou N		M'P		'R		'M		'B		-	+	+
	20		45		25		5		5		65	325	10
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA V. 15	1 - 10	11 - 20	21 - 30	31 - 40	41 - 50	51 - 60	61 - 70	71 - 80	81 - 90	91 - 100	1 - 50	51 - 100	
	25	20	5	15	15	5	5	5	5	-	80	20	

TABELA 23-A - IDEM

AVALIAÇÃO SETORIAL	DISCORDO	NEUTRO	CONCORDO	NÃO RESPONDEU
V31 - Valorização - Manaíra	-	-	95	5
V32 - Valorização – Cabo Branco	5	5	85	5
V33 – Valorização – Tambaú	5	-	90	5
V34 – Valorização – Cristo	20	25	50	4
V35 - Adjacentes	10	15	75	-
V36 – No. Adjacentes	65	10	25	-
V37 – IPTU (M, CB e T)	35	5	55	5
V38 – IPTU (C)	35	30	30	5
V39 – Recursos Gerados (M, CB e T)	75	20	-	5
V40 – Recursos Gerados (C)	75	20	-	5

Continuação da Tabela 23-A

AVALIAÇÃO SETORIAL	DISCORDO	NEUTRO	CONCORDO	NÃO RESPONDEU
V41 – Recursos Arrecadados	50	25	20	5
V42 – Dívida	40	30	25	5
V43 – Esp. Imobiliária – Manaíra	85	-	10	5
V44 - Esp. Imobiliária – C. Branco	85	-	10	5
V45 - Esp. Imobiliária – Tambaú	85	-	10	5
V46 - Esp. Imobiliária – Cristo	85	5	5	5
V47 - Esp. Imobiliária – Bairros Adjacentes	85	10	85	5

Fonte: Pesquisa de Campo

Um dos fatores que de certa forma levam a admitir que as opiniões sobre o terceiro objetivo não foram satisfatórias, nos parece pelo relato de um dos especialistas. Segundo o depoimento desse especialista, o que mais concorreu foi que "apesar dos contratos entre a PMJP e o BNH, de aumentar as alíquotas progressivamente, tal fato diversas vezes não ocorreu por motivos políticos eleitorais, como também por pressão dos proprietários de terras junto ao poder municipal". Um outro aspecto e que fora detectado pelos técnicos que elaboraram o Perfil do Aglomerado Urbano de João Pessoa é que

os parâmetros utilizados para atualização dos valores venais se comportaram, sendo influenciada pela aplicação progressiva da alíquota nas áreas do Projeto CURA.

Relacionando a evolução das alíquotas do IPTU, praticadas pela Edilidade pessoense, as áreas beneficiadas pelo Projeto CURA não acompanharam os valores projetados, reduzindo substancialmente o retorno dos investimentos, gravando socialmente as regiões não contempladas pelo Programa. (PMJP, 184).

Tal comportamento não condizia com o que fora previsto no documento O PROJETO CURA, elaborado pela Secretaria de Divulgação do BNH, onde se previa,

a elevação progressiva do imposto territorial, a partir do ano seguinte ao término das obras e no prazo de cerca de 5 anos, até que atingisse o valor de 1% ao ano sobre o valor médio de mercado do imóvel construído no bairro (cerca de 10% do valor do terreno); e cobrança do imposto predial pela aplicação de alíquota de 1% sobre o valor de mercado do imóvel a ser lançado, também, tão logo terminem as obras. (PENNA).

Com relação a este objetivo, identificamos 11 questões que fazem parte da avaliação setorial e que estão intrinsecamente ligadas às conseqüências que se propunham a alcançar com o terceiro objetivo.

Inicialmente, questionamos os especialistas: "Comparando-se entre as áreas beneficiadas pelo Projeto CURA, que a valorização dos terrenos desocupados foi maior em". Conforme os dados encontrados das quatro áreas, houve uma valorização dos terrenos desocupados. Em Manaíra atingiu a 95% das opiniões

"concordo", seguida bem próxima de Tambaú, com 90% e Cabo Branco com 85%, quanto ao Cristo, 50% dos especialistas entrevistados assinalaram também, "concordo", no entanto houve 20% "discordo" e 25% posicionaram-se "neutros". (Tabela 23-A).

Segundo Singer,

O Estado, como responsável pelo provimento de uma parte dos serviços urbanos, essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano, e, portanto, do seu preço. Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público – água encanada, escola pública ou linha de ônibus p. ex. – ele desvia para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. Estas novas demandas, deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em terreno de compra ou aluguel, em preço maior do que as demandas que se dirigem à mesma zona quando esta ainda não dispunha do serviço. Daí a valorização do solo nesta zona, em relação às demais. (SINGER).

As palavras de Singer retratam muito claramente, os reflexos da ação do Estado, via investimento público, na valorização do solo, no entanto, devemos destacar que, de certa forma, nos leva a crer pelas opiniões dos especialistas entrevistados, que a localização dessas áreas beneficiadas é um fator determinante dentro do processo de valorização, haja vista terem sido muito acima os resultados encontrados na pesquisa, para áreas de Manaíra, Cabo Branco e Tambaú comparadas à área do Cristo, isto é, as 3 primeiras estão situadas na região das praias, enquanto a última, numa área mais central, a oeste da cidade João Pessoa.

No que tange à valorização nos bairros adjacentes, às áreas que sofreram intervenção através do Projeto CURA, as opiniões dos especialistas entrevistados, em sua maioria, também foram favoráveis. Como pode ser observado pelo resultado da tabela 23, onde 75% deles assinalaram por "Concordo", 15% respondeu a opção "Neutro" e 10% posicionaram-se por "Discordo".

No entanto, nos bairros não adjacentes, tal benefício não se estendeu, isto é,

não tiveram valorização por conta do Projeto CURA. Isso traduz os resultados encontrados das opiniões dos especialistas entrevistados, que optaram em maior número por "Discordo" (65%), ao passo que, 25% assinalaram "Concordo", enquanto por "Neutro", somente 10%. (Tabela 23-A).

Esse resultado nos sugere que por força de terem sido implantados serviços, através do Projeto CURA, em áreas localizadas nas partes extremas da cidade (orla marítima e lado oeste), os bairros mais próximos (adjacentes) por sua posição intermediária, a eles, alguns desses serviços consolidaram-se ou então tornaram-se regulares, o que nos parece, em certa medida, um processo de valorização, via beneficiamento indireto.

Um aspecto que nos parece bastante concernente ao terceiro objetivo do Projeto CURA, é com relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, por isto, algumas questões foram apresentadas aos especialistas para avaliação.

A primeira delas é "A implantação do Projeto CURA, os recursos gerados via IPTU de Manaíra, Cabo Branco e Tambaú se elevaram consideravelmente", dos resultados observa-se que 55% dos especialistas responderam "Concordo", 35% optaram por "Discordo" (Tabela 23). O mesmo questionamento foi feito em relação ao Cristo, que apresentou uma certa homogeneidade nos resultados, 35% "Discordo", 30% "Neutro", e 30% "Concordo". (Tabela 23-A).

Uma segunda questão apresentada foi: "Os recursos gerados pelo IPTU de Manaíra, Cabo Branco e Tambaú, após a implantação do Projeto CURA foram suficientes para cobrir as obrigações assumidas com o BNH/CEF?", os dados encontrados com a pesquisa nos dão conta de que os recursos gerados são insuficientes, pois a maioria dos especialistas entrevistados (75%) respondeu "Discordo", 20% optaram por "Neutro" e 5% "Não Responderam". (Tabela 23-A).

Para o Cristo, os resultados foram idênticos, conforme pode ser observado na tabela 23-A. (75% "Discordo", 20% "Neutro" e 5% "Não Responderam").

Ademais, merece ser destacado que não houve, dentre os especialistas entrevistados, nenhum sequer que assinalasse a opção concordo, o que nos leva a supor que as medidas necessárias – aumento da alíquota progressivo do imposto territorial e cobrança do imposto predial sobre o valor de mercado – ou não foram adotadas pela PMJP como se previa, o que foi colocado por um dos especialistas entrevistados, ou então, se adotadas, não expressava a realidade, muito embora nos estudos de viabilidade se mostrassem satisfatoriamente; ou ainda, pela não ocupação dos terrenos vazios pelas taxas previstas, como foi visto anteriormente.

Outra questão apresentada aos especialistas é se "Os recursos arrecadados com o IPTU de Manaíra, Cabo Branco, Tambaú e Cristo foram canalizados para pagamentos dos débitos assumidos com o BNH/CEF". Observando a tabela 23, depreende-se pelos resultados – 50% "Discordo", 25% "Neutro", 20% "Concordo" e 5% "Não Respondeu" – que espelha as opiniões dos especialistas entrevistados, que a maioria deles tem posição contrária ao que lhes fora questionado, inclusive alguns deles destacaram que "por conta do inchamento no número de servidores municipais que se processou durante este período, com fins eleitoreiros, essa teria sido uma das conseqüências" dos desvios de recursos, voltando-se a PMJP a atender tais encargos.

Para finalizar, com relação ao IPTU questionou-se: "Considerando o volume total de recursos do BNH/CEF, aplicado no Projeto CURA, a PMJP tem condições de gerenciar a dívida assumida com esse órgão, através de recursos próprios". Os resultados encontrados dão conta de que 40% das opiniões dos especialistas entrevistados foram "Discordo".

Próxima das opiniões que recaíram na opção "Neutro" com 30% e, também, concordo, com 25%. De certa forma esses resultados, como já foi dito, estão próximos, mas que nos sugere uma tendência maior para o lado negativo.

Para uma melhor identificação dessas questões abordadas anteriormente, levantamos algumas informações adicionais dos Balanços Anuais da PMJP, no período de 1977 a 1990, sobre Receita e o Montante da Dívida com o Projeto CURA.

Na tabela 24, estão relacionadas: a Receita Total, Receita Corrente, Receita de Capital, Receita Tributária e as Receitas provenientes da arrecadação do IPTU, no período 1977 a 1990, inflacionadas para o ano de 1990.

Numa primeira observação, nota-se que não houve uma elevação significativa, em se comparando os anos de 1977 (ano base) e 1990 da Receita Total, o que de certa forma deveria se apresentar como consequência do processo de crescimento natural a que vem passando o município de João Pessoa (aumento populacional, aumento nos serviços prestados, expansão da área urbana, e alguns outros mais). Verifica-se, ainda, que a Receita Total vem tendo um forte movimento oscilatório ano a ano, isto é, alterando períodos de crescimento com outros em que se reduz o montante da receita. Destaca-se, todavia, 1988 e 1989, que apresentaram os menores números do período, correspondendo aos anos em que a inflação foram as mais altas, 1037,6% e 1792,9%, respectivamente.

TABELA 24 – EVOLUÇÃO DA RECEITA, DE 1977 A 1990 (EM CR\$ 1,00 PREÇOS CONSTANTES DE 1990)

ANOS	RECEITA TOTAL (1)	RECEITA CORRENTE (2)	RECEITA DE CAPITAL (3)	RECEITA TRIBUTÁRIA (4)	IPTU (5)	RELAÇÃO			
						2/1	3/1	4/2	5/4
1977	3.481.347.713	2.113.704.597	1.367.643.116	833.953.656	178.032.753	60,72	39,28	39,45	21,35
1978	4.178.739.231	2.369.476.864	1.809.262.467	1.710.401.691	217.465.772	56,70	43,30	72,18	12,71
1979	5.321.015.658	2.479.945.573	2.841.040.085	1.781.946.290	226.685.417	46,61	53,39	71,85	12,72
1980	3.086.522.626	2.245.137.018	841.385.608	1.671.468.556	175.230.206	72,74	27,26	74,44	10,48
1981	4.070.479.091	2.578.279.572	1.492.199.519	606.004.517	183.871.885	63,34	36,66	23,50	30,34
1982	3.290.130.188	2.362.850.782	927.279.406	698.948.950	223.591.276	71,82	28,18	29,58	31,99
1983	2.572.226.546	1.891.723.822	680.502.724	559.575.113	158.811.723	73,54	26,46	29,58	28,38
1984	3.199.612.895	1.946.267.264	1.253.345.631	493.781.268	139.543.781	60,83	39,17	25,37	28,26
1985	4.589.848.894	2.732.862.906	1.856.985.988	551.506.971	135.495.972	59,54	40,46	20,18	24,57
1986	5.619.432.365	4.811.062.843	808.369.522	925.185.614	182.008.436	85,61	14,39	19,23	19,67
1987	3.262.618.443	2.563.202.940	699.415.475	438.345.345	74.876.102	78,56	21,44	17,10	17,08
1988	1.897.842.968	1.507.889.391	389.953.577	220.577.378	24.467.334	79,45	20,55	14,63	11,09
1989	1.519.086.972	1.409.762.690	109.324.282	236.757.675	37.283.752	92,80	7,2	16,79	15,75
1990	3.673.373.360	3.357.290.189	316.083.171	624.269.272	114.405.884	91,40	8,6	18,59	18,33

Fonte: Balanços Anuais da PMJP
Valores corrigidos segundo IGP-DI da FGV para 1990.

Com base na Tabela 24, percebe-se que as receitas: Receita Corrente e Receita de Capital, ambas somadas constituem a Receita Total, também apresentaram um forte movimento oscilatório. A primeira, que é composta por "Receitas Tributárias, Industriais, Patrimoniais e Diversas, além de Transferências Correntes" (LIMA), apesar das diversas oscilações, comparando-se 1977 (ano base) e 1990, apresentou uma elevação, muito embora durante o período tenha alternado anos em que se elevou substancialmente, como em 1986, com anos de quedas bruscas, como em 1988 e 1989. Enquanto a Receita de Capital, "constituída de Operações de Crédito, Alienação de Bens, Transferências de Capital, Amortização Empréstimos concedidos e Outras" (LIMA), reduziu-se drasticamente, se observarmos comparativamente os anos de 1977 (ano base) e 1990.

Ressalta-se, ainda, que os anos onde a Receita de Capital apresentou as maiores elevações (1978, 1979, 1981, 1984 e 1985), foi quando ocorreram, em maior quantidade, liberações de recursos para o Projeto CURA, através de Empréstimo, via Operações de Crédito (Vide Anexo A).

Quanto a Receita Corrente, na grande maioria do período – 1977 a 1990 – ela situou-se acima da Receita de Capital, em alguns anos da série, contribuiu com mais de 70% na composição da Receita Total.

"As Receitas Tributárias compõem-se de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria" (LIMA, 1977). Os impostos dividem-se em: "os que incidem sobre a propriedade territorial e predial urbana (IPTU), e sobre serviço de qualquer natureza (ISS)" (LIMA, 1977), e competem aos municípios cobrá-los. Tal como as receitas anteriores, também, apresentaram fortes oscilações de crescimento e redução durante o período, tomando-se como ano base 1977.

A participação dessa receita na composição da Receita Corrente somente nos anos de 1978, 1979 e 1980 foram superiores a 70%, daí em diante (isto é a partir de 1980), quando se esperava aumentar, por conta no incremento nas alíquotas das áreas beneficiadas pelo Projeto CURA, não aconteceu, muito pelo contrário, na medida que os anos foram se sucedendo a tendência foi se reduzirem, até atingir 14,63% na participação da formação da Receita Corrente, em 1988.

O IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano – também, não deixou de apresentar fortes oscilações no período 1977 (ano base) a 1990. Comparando-se os montantes arrecadados no início (1977) com o último ano da série, observa-se que houve uma redução quando se esperava, pelas razões já expostas (crescimento populacional; aumento no número de imóveis, induzido tanto pelo Projeto CURA como pelo processo natural, por conta da amplitude de anos levantado na série, etc.) que houvesse pelo menos um leve crescimento. Devemos ressaltar, também, que um outro fator deve ser considerado pelo fraco desempenho no volume de arrecadação do IPTU, ou seja, a inadimplência no pagamento deste imposto, que segundo técnicos da PMJP é lançado o débito na ficha do contribuinte, mas infelizmente não dispõem do volume total anual contabilizado dessas informações, ela é pesquisada somente quando se faz necessário fornecer ao contribuinte uma certidão negativa dos débitos.

A participação desse imposto na formação da Receita Tributária esteve abaixo dos 30%, exceto nos anos de 1981 e 1982, quando atingiu, 30,34% e 31,99%, respectivamente. Inclusive, após estes anos, esses percentuais comportaram-se em sucessivos declínios até atingir 11,09%, em 1988, recuperando-se, então, levemente nos dois anos posteriores.

Segundo Rianni,

essas duas fontes de impostos (IPTU e ISS) não produziram um índice capaz de acompanhar o índice de crescimento da renda nacional ou mesmo de seguir os índices inflacionários. Salienta-se que na maioria dos casos isto se refere às ineficiências administrativas e razões políticas e ao próprio potencial de arrecadação dos impostos locais.

Ineficiências administrativas e razões políticas ocorrem nos municípios mais desenvolvidos. Na grande maioria desses municípios não existe um cadastro técnico adequado que permita uma apuração mais eficiente da real base tributária e o acompanhamento nos níveis de arrecadação. Esta inadequação administrativa pode ser até mesmo o resultado de problemas políticos. Devido à perda política que resulta de qualquer alteração que traga aumento nos impostos locais, os prefeitos preferem manter os baixos níveis de arrecadação própria local. Com isto há uma sub-utilização do verdadeiro potencial da receita municipal via IPTU e ISS. Este processo de sub-utilização não é recente e é aí que o problema se torna mais grave. Há anos que não se corrigem adequadamente os valores venais dos imóveis urbanos. Com isso, o nível de arrecadação do IPTU torna-se cada vez mais deteriorado e qualquer mudança que se queira fazer atualmente, no sentido de se corrigirem os valores dos imóveis registrados nas prefeituras, acarretará aumentos significativos na carga tributária local, gerando, como consequência, desgastes políticos para os prefeitos. Isso ocorre principalmente pelo fato de que a população não acredita nas administrações locais, não crê que o aumento nos impostos lhe trará qualquer benefício imediato no que se refere às prestações dos serviços públicos municipais. Assim esta sub-utilização do verdadeiro potencial do IPTU e do ISS tem contribuído para que haja uma dependência cada vez maior das transferências federais e estaduais. (RIANNI, 1986).

Os dados apresentados levam a crer, que a situação financeira da PMJP não é muito favorável, sobretudo pelo desempenho histórico apresentado pelo IPTU, que pelas observações de Rianni, poderia ser uma das fontes de recursos melhor exploradas, através da cobrança do imposto em bases reais.

Acreditamos que deverá haver nos próximos anos uma recuperação, pois a atual administração da PMJP está imprimindo uma nova mentalidade na cobrança desse imposto, traduzida pela recuperação que ocorreu em 1990.

Com relação à dívida da PMJP, por conta do Projeto CURA, na tabela 25 está demonstrada a sua evolução, por contrato, no período de 1978 a 1990. Seus valores foram corrigidos para 1990.

Como se pode observar, a dívida é proveniente de dez contratos firmados entre a PMJP e o extinto BNH e, atualmente, vem sendo administrada pela CEF. A coluna "Valor de Empréstimo" significa o valor firmado na época do contrato e contabilizado na PMJP.

TABELA 25 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DA PMJP, COM O PROJETO CURA, POR CONTRATO, DE 1978-1990

N.º DO CONTRATO	LEI	VALOR DO EMPRÉSTIMO	OBJETIVO	DATA	SALDO DA DÍVIDA NO FINAL DO EXERCÍCIO				
					1978	1979	1980	1981	1982
04.78	2205	4.291.666,56	CURA I	17/08/77	79.263.225	58.008.757	38.039.297	31.926.500	26.995.324
05.78	2205	23.446.398,24	CURA II	17/08/77	433.189.496	338.431.342	236.420.469	214.041.330	196.615.948
15.78	2205	102.113.292,80	CURA III	17/08/77	445.579.353	1.885.563.937	938.510.535	852.751.043	726.173.844
21.78	2205	152.920.031,16	CURA IV	17/08/77	-	1.445.317.293	1.303.976.304	1.190.525.035	1.098.309.788
01.78	2205	5.845.899,84	CARTOGRAFIA BÁSICA	14/11/79	98.280.592	78.172.747	47.432.197	59.953.050	35.874.133
04.81	2700	2.441.481,00	CURA MANAÍRA	14/11/79				7.966.650	6.998.787
09.81	2700	49.128.879,06	CURA MANAÍRA	14/11/79				89.390.208	112.690.483
10.81	2700	565.254.472,36	CURA MANAÍRA	14/11/79				698.010.342	1.226.607.566
17.81	2700	6.537.000,00	CURA DESAPROPRIAÇÃO	14/11/79				15.474.070	14.867.425
21.83	2700	-	CRISTO/ MANGABEIRA	14/11/79				-	
TOTAL		911.979.121,02	-	-	1.056.312.666	3.804.494.076	2.564.378.802	3.161.038.228	3.445.133.298

Fonte: PMJP

Continuação da Tabela 25 (Considerar as cinco primeiras colunas da Tabela 25 acima)

N.º DO CONTRATO	SALDO DA DÍVIDA NO FINAL DO EXERCÍCIO							
	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
04.78	18.816.338	13.094.509	10.866.441	7.489.586	6.155.260	7.394.952	6.531.774	-
05.78	149.552.877	129.023.572	122.282.818	110.121.502	94.091.927	112.384.429	99.146.843	51.486.221
15.78	580.683.998	519.503.176	403.803.480	446.675.802	381.882.746	456.025.287	402.362.918	211.331.070
21.78	838.690.461	726.683.622	691.108.001	625.658.756	534.959.562	638.293.961	563.638.242	295.851.738
01.78	23.864.034	16.638.771	13.923.634	9.768.844	8.108.752	9.670.277	8.532.463	-
04.81	5.105.225	3.877.500	3.438.847	2.763.501	2.344.521	2.784.620	2.454.842	591.753
09.81	86.763.108	75.514.944	72.073.524	65.605.344	5.134.079	67.032.950	59.136.922	31.423.959
10.81	1.032.682.887	948.040.156	859.920.425	784.008.376	670.960.595	803.847.198	709.131.885	378.108.951
17.81	11.393.525	9.912.377	9.456.977	8.602.651	7.360.193	8.789.327	7.754.009	4.114.609
21.83	-	318.645.578	869.879.797	891.513.044	723.903.625	860.656.667	747.378.852	406.592.132
TOTAL	2.747.552.453	2.760.934.205	8.874.442.093	2.952.207.406	2.434.901.260	2.966.879.668	2.606.068.750	1.379.500.433

Fonte: PMJP

Nota-se, inicialmente, que a liberações dos recursos ocorreu gradativamente, o que provocou oscilações crescentes e decrescentes no total, entretanto a elevação no ano de 1988 e, praticamente, mantendo-se nos mesmos níveis em 1989, foi conseqüência do não pagamento do resgate nesses anos por parte da PMJP. Tal fato transparece quando examinamos os saldos por Contrato Horizontalmente, onde se constata que eles vêm se reduzindo ano após ano, exceto em 1988 e 1989, pelas razões acima mencionadas.

Vale sublinhar, que os contratos 04.78 e 01.78, respectivamente, CURA I e CARTOGRAFIA BÁSICA foram pagos em 1988, pois o prazo era de 120 meses, como pode ser observado no Anexo II onde estão registrados os prazos de cada contrato.

Na tabela 26, estão as seguintes relações: Dívida/Receita Total (C/A), Dívida/Receita de IPTU (C/B), Resgate/Receita Total (D/A) e Resgate/Receita de IPTU (D/B), no período de 1978 até 1990. A nossa intenção é observar o impacto ou a representatividade da Dívida e do Resgate em cada ano da série, sobre as Receitas.

A relação C/A, volume da Dívida sobre a Receita Total, apresenta-se inicialmente, de forma evolutiva até 1983, por conta das liberações de recursos para execução do Projeto; reduz no período 1984-1986, apesar das liberações de recursos para a área Cristo-Mangabeira que se iniciava, e no período 1987-1989 retorna a crescer pela falta de pagamento da PMJP nos dois últimos anos.

Cabe ser ressaltado o ano de 1987, que mesmo tendo sido feito resgate da dívida, comparativamente ao período que lhe antecede, a relação C/A se elevou, conseqüência da retração da Receita Total superior à redução da Dívida.

TABELA 26 – COMPARAÇÃO EVOLUTIVA DA RELAÇÃO DÍVIDA E RESGATE DO PROJETO CURA, SOBRE A RECEITA TOTAL DE IPTU, NO PERÍODO 1978-1990

RELAÇÃO	ANOS												
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
C/A (%)	25,85	60,12	83,08	77,14	106,47	106,82	86,28	68,55	54,53	76,19	156,36	171,55	37,55
C/B (%)	496,77	1411,42	1463,43	1707,73	1566,78	1730,13	1978,54	2322,39	1622,01	3320,01	12128,58	6989,82	1205,79
D/A (%)	-	0,31	0,90	2,43	2,69	1,96	2,01	0,50	1,54	0,06	-	-	1,39
D/B (%)	-	7,22	15,92	53,96	39,63	31,81	46,17	17,02	47,59	2,64	-	-	44,87

Fonte: Balanços Anuais da PMJP

* Não Houve resgate da dívida, por conta do prazo de carência.

INTERPRETAÇÃO:

A = Receita Total

B = Receita de IPTU

C = Dívida do Projeto CURA

D = Resgate

Fato oposto ocorrera em 1990, como se observa na relação C/A, que se reduziu para 37,55%, bem inferior ao que vinha se comportando historicamente, reflexo da nova política implantada pelo atual Prefeito de João Pessoa, que passou a cobrar os impostos a valores mais próximos da realidade, afastando-se um pouco das ações clientelistas de outrora.

Isso se evidencia quando observamos os números da relação C/BB (Dívida do Projeto CURA/Receita do IPTU), de certa forma o comportamento nos números da série parecem semelhantes ao que foi analisado anteriormente, com uma elevação abrupta em 1987 e, posteriormente, se reduzindo em 1990.

A relação D/A (Resgate/Receita Total), como pode ser observado na tabela, é bastante baixa. Na série estudada o ano que apresentou o maior comportamento da Receita Total, atingiu 2,6%, enquanto os demais estiveram abaixo deste. Esses dados mostram que a participação da Receita Total no pagamento dos Resgates anuais é muito pouco.

Já a relação D/B (Resgate/Receita de IPTU) não se comportou da mesma forma, isto é, em níveis reduzidos como a anterior, de um ano para outro ela tem oscilado. Destaca-se na série o ano de 1981, em que mais da metade da Receita teria sido comprometida no resgate da Dívida, seguida pelos anos de 1984, 1986 e 1990 cujas relações posicionaram-se em 46,17%, 47,59% e 44,87%, respectivamente, próximas ao ano de destaque.

Pelos resultados da pesquisa feita e das informações colhidas nos Balanços Anuais da PMJP parecem-nos pertinentes agora, algumas reflexões sobre alguns pontos.

Abordaremos, inicialmente, com relação aos recursos gerados via IPTU nos bairros que sofreram intervenção do Projeto CURA. As informações colhidas dos

Balanços representam a arrecadação desse imposto em sua totalidade, não identificando o volume por área, como seria conveniente analisar. Mas os números apresentados na tabela Evolução da Receita nos dão conta de que não houve um aumento na Receita arrecadada, através do IPTU, o que nos sugere que não houve uma elevação considerável como mostra a tendência das opiniões dos especialistas entrevistados, em se tratando para os bairros de Manaíra, Cabo Branco e Tambaú.

Aparentemente, traduz-se numa divergência em ter a avaliação dos especialistas e os números levantados. Todavia, se levarmos em consideração não só a inadimplência no pagamento, como também as ingerências políticas que influenciaram na elevação real desse imposto, melhor dizendo, a maioria dos Prefeitos que tiveram mandato durante o período 1978-1990, deixou de aplicar um único índice de reajuste sobre o valor venal dos imóveis do município de João Pessoa. Reduziam-no para as áreas beneficiadas pelo Projeto por conta das alíquotas progressivas que a elas estavam obrigados a cobrar.

Tal postura, que poderíamos chamar clientelista, foi muito usada neste período não só aqui, mas disseminou-se em todo o país, para que o autoritarismo implantado não sofresse arranhões, sobre pena de inviabilizar o processo político pretendido. Assim, o que se pode concluir, é que pelo menos num passado não tão remoto, o político sobrepunha o técnico, mesmo que isso acarretasse prejuízos.

Com relação aos recursos gerados pelo IPTU, das áreas beneficiadas pelo Projeto CURA foram suficientes para cobrir as obrigações assumidas com o BNH/CEF. De certo modo, nos sugere que os números ratificam as tendências encontradas nas opiniões dos especialistas entrevistados, que em sua maioria (75%) optaram por "Discordo", visto que, observando a tabela 23, através da relação D/B, a maioria dos anos que compõem a série, apresentaram um comprometimento

superior a 30% da arrecadação total de IPTU. Isso sem levarmos em consideração que nos anos de 1988 e 1989 a PMJP deixou de cumprir com o pagamento da dívida.

No tocante as questões sobre recursos canalizados e gerenciamento da dívida, nota-se que em ambos os casos as tendências das opiniões dos especialistas entrevistados inclinaram-se por "Discordo", enquanto os números nos sugerem uma posição contrária.

Aqui, abrimos um parêntese para incluir dois aspectos que nos parecem importantes, e que supomos, dada a relevância, contribuíram no posicionamento dos especialistas também.

O primeiro deles estaria ligado aos efeitos da reforma tributária iniciada em 1965, centralizando a maioria dos recursos arrecadados, com impostos, nos cofres da União, o que produziu sérios problemas financeiros para os Municípios. Além da recessão econômica por que passa o País e que vem se arrastando por muitos anos, gerando, conseqüentemente, uma retração significativa nas transferências, mecanismo usado para aumentar os recursos tanto dos Estados como dos Municípios, depois da reforma tributária.

No segundo aspecto, alguns pontos discutidos seriam os movimentos reivindicatórios, que surgiram no município de João Pessoa, os chamados "Movimentos Sociais Urbanos".

"Estes movimentos sociais urbanos, via de regra, são dirigidos ao principal interlocutor, que é o Estado, e suas agências nas diversas instâncias de poder (federal, estadual ou municipal)". (FARIAS, 1990)

Segundo Farias,

[...] os movimentos sociais que eclodiram no urbano na realidade tem caráter reivindicatório, que na maioria dos casos, trava-se entre moradores

urbanos, isto é, usuários da cidade e Estado, no sentido de serem supridas as carências [...]. (FARIAS, 1990).

Na grande maioria das vezes, as carências a que se refere a autora, são provenientes da precária atuação por parte do Estado, a nível de município, nas suas funções que lhe são pertinentes, isto é, melhorar a condição de vida da municipalidade com ações efetivas nas áreas de pavimentação, limpeza urbana, saúde, educação, recreação, etc.

Dos levantamentos realizados pela "Pesquisa de Movimentos Sociais Urbanos e Estado no Nordeste" (NDHIR/MCS-UFPB-1991), unidade de João Pessoa as reivindicações pela melhoria de limpeza urbana e pavimentação, aparecem, respectivamente, em segundo e terceiro lugar, dentro o elenco pesquisado.

Assim, a magnitude das carências e a falta de atendimento dos serviços urbanos para a população, noticiada constantemente pelos Jornais, tornaram uma realidade os movimentos sociais urbanos em João Pessoa, por conta da reduzida aplicação de recursos pela PMJP.

Para concluir, destacamos, ainda, duas perguntas relacionadas ao terceiro objetivo do Projeto CURA. Uma delas se prende a especulação imobiliária, ou seja, "se nos bairros que sofreram intervenção, a especulação imobiliária foi contida após a implantação do Projeto CURA". As opiniões dos especialistas entrevistados recaíram, em sua maioria, por "Discordo" representando 85% das respostas nos quatro bairros, enquanto "Concordo", ficou muito aquém, traduzindo a opção de 10% para os bairros de Manaíra, Cabo Branco e Tambaú, e 5% para o Cristo.

Esses dados evidenciam uma forte negação ao que lhes fora questionado e, por extensão ao propósito maior a ser alcançado pelo terceiro objetivo. Cabe-nos lembrar, a interação existente entre a taxaçoão do IPTU nas áreas beneficiadas com a contenção da especulação imobiliária. Como foi retratada anteriormente, a política

fiscal a ser adotada pela edilidade Pessoaense teve seu viés, conseqüentemente não houve meios de se conter a especulação imobiliária.

Idêntico resultado foi encontrado nas respostas dos especialistas, quando indagados se "com a implantação do Projeto CURA em Manaíra, Cabo Branco, Tambaú e Cristo, a especulação imobiliária foi contida em bairros adjacentes". Ou seja, 85% dos entrevistados escolheram por "Discordo", 10% por "Neutro" e, ainda, houve 5% que "Não Responderam". Apesar de não terem sido diretamente beneficiados com as ações do Projeto CURA, nos parece conseqüência da contigüidade que por força do próprio mercado imobiliário em constante expansão se estendeu.

"Criação de critérios impessoais e racionais a fim de estabelecer prioridades de atendimento das áreas carentes de investimentos públicos/privados" é o quarto e último objetivo que visava ser alcançado pelo Projeto CURA. Tais como as anteriores, foram feitas avaliações qualitativas e quantitativas, através da consulta aos especialistas entrevistados.

Pela tabela 27, resultante da avaliação qualitativa, observa-se que as opções "Quase Nada" ou "Nada" e "Muito Pouco" foram as que concentraram o maior número de respostas, cada uma delas representou 35% dos especialistas entrevistados, seguidas por "Razoavelmente", com 20% e "Muito", com 10%.

Na avaliação quantitativa, tabela 27, a maioria das respostas foi nas opções inferiores a 50%, inclusive as que se destacaram das demais – 11.20% e 1.10% – cujos resultados foram, respectivamente, 30% e 25%, representando mais da metade dos especialistas entrevistados. Na posição inferior, ainda, encontramos 15% no intervalo 21-30%, 10% correspondendo 41-50% e 5% para 31-40%.

TABELA 27 – MELHORIA DO NÍVEL DE CONFORTO DA POPULAÇÃO MEDIANTE AUMENTO DA EFICIÊNCIAS DOS SERVIÇOS URBANOS

VARIÁVEL AVALIAÇÃO QUALITATIVA V. 12	RESPOSTAS(%)										PREDOMINÂNCIAS		
	QN ou N		M'P		'R		'M		'B		-	+	+
	35		35		20		10		-		70	320	10
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA V. 13	1 - 10	11 - 20	21 - 30	31 - 40	41 - 50	51 - 60	61 - 70	71 - 80	81 - 90	91 - 100	1 - 50	51 - 100	
	25	30	15	5	10	10	5	-	-	-	85	15	

TABELA 27-A - IDEM

AVALIAÇÃO SETORIAL	DISCORDO	NEUTRO	CONCORDO	NÃO RESPONDEU
V53 – Consulta	10	5	85	-
V54 – Racional	40	15	45	-
V55 – Est. De Viabilidade	25	-	75	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto aos outros resultados, somente os intervalos 51-60%, com 10% e 61-70%, 5%, traduziram como opção acima de 50%.

Examinando os dados – avaliação qualitativa e quantitativa – notamos uma certa coerência das respostas, tanto mais por não terem sido assinaladas as opções "Bastante" na avaliação qualitativa e os intervalos superiores a 70%, na avaliação quantitativa, que de certa forma seriam correspondentes. Ademais, a conjunção desses resultados nos transparece que os especialistas entrevistados, em sua grande maioria, compactuam que esse objetivo conseguiu, em termos de alcance, ter um comportamento muito reduzido aquém do que se pretendia.

Cabe ressaltar, que esse objetivo, parece mais como uma proposta de ação, e, conseqüentemente, pelos resultados encontrados, nos leva a admitir, também, que o que fora proposto não foi executado, e mais, que a escolha ou a definição da área CURA-Orla Marítima, foi resultado de injunções políticas. Tudo isso fica claro pelas palavras de RODRIGUEZ em sua dissertação de Mestrado, em 1980,

[...] o projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) está promovendo uma urbanização das praias com derrubadas e reconstrução de obras ali já existentes (calçadinhas, avenida asfaltada, iluminação, etc.) ao invés de destinar verbas a serviços básicos, de outras áreas, essenciais a maioria da população[...] Isso acontece porque é, na orla marítima da cidade de João Pessoa, que reside a população de mais alta renda. (RODRIGUEZ, 1980)

Ao quarto objetivo foram relacionadas três questões que fazem parte das perguntas do Bloco III - Avaliação Setorial e que passaremos a analisar. (Tabela 27-A).

A primeira refere-se à consulta a comunidade. Questionamos aos especialistas se "Quando do planejamento do Projeto CURA, deveria ter sido usado o critério de consulta a comunidade dos bairros eleitos, para levantar quais os serviços Públicos prioritários a serem realizados". A maioria das opiniões recaiu por "Concordo", 85%, e somente 10% dos especialistas entrevistados respondeu "Discordo".

Os resultados encontrados, eles por si só traduzem a importância da consulta a comunidade, e que de uns tempos para cá, chamado de Planejamento Participativo, esteve muito em voga. Surgiu do Estado burocrático-autoritário, implantado a partir de 64, quando se viu, compulsoriamente, para manter-se no poder, tendo que se voltar a ações populares. Estimulando a participação da comunidade em programas sociais, mas que não se estenderam além do discurso, e, assim, conseguiu uma aproximação junto às massas, na busca de se legitimar.

Anterior a esse período sobreviveu o Planejamento Tecnocrático, onde o tecnocrata, com seus planos desenvolvimentistas, que centralizava todas as decisões, respaldado pela força militar. Segundo SANTOS, "A maior parte dos famosos 'planos' foram 'para a gaveta' não cumprindo nem mesmo a função de atenuadores de tensões sociais e, conseqüentemente, de instrumentos mantenedores do sistema e do regime". (SANTOS, 1981)

O Projeto CURA, dentro desse contexto, estaria situado numa fase em que poderíamos chamar de transição, isto é, reduzia-se gradativamente o espaço ocupado pelo planejamento tecnocrático, para, ainda de forma embrionária, surgir o planejamento participativo. Devemos destacar, mais uma vez, que esse processo ficou caracterizado no plano das idéias e do discurso não chegando a acontecer, efetivamente, nas ações, pois até hoje ela se mantém no discurso.

Muito embora, os especialistas entrevistados, pareçam admitir que deveria ter sido usado o critério de consulta à comunidade, sugerem que esse pensamento, passados anos depois de implantado o Projeto CURA, seria uma forma de dividir responsabilidades ou mesmo passá-la integralmente aos ombros da comunidade, como foi dito anteriormente, pela importância dos movimentos sociais urbanos.

A segunda questão apresentada pertinente ao quarto objetivo foi: "Os investimentos do Projeto CURA, em João Pessoa, foram realmente utilizados de forma impessoal e racional". De acordo com os dados demonstrados na tabela 27-A, podemos verificar uma leve superioridade pela opção "Concordo" (45%) sobre "Discordo", com 40%, enquanto "Neutro" concentrou somente 15% das respostas dos especialistas entrevistados.

A reduzida diferença entre as duas maiores respostas nos remete a algumas questões anteriormente analisadas onde destacamos o aspecto político interferindo nas ações técnicas. Contudo, nos parece, que mesmo fazendo parte deste cenário, alguns que participaram do Projeto CURA tiveram atuações essencialmente técnicas não se comprometendo com as injunções políticas. Isso nos levou a concluir, destarte, observações de um dos especialistas entrevistados – "O Projeto transferia o calçamento de uma rua para outra, bastava só que na outra morasse um correligionário político. Muitas vezes isso era feito em cima da hora".

Finalmente, a última questão relativa ao quarto objetivou "O estudo de viabilidade, que comprovava a exeqüibilidade do Projeto CURA traduzia a realidade". Na tabela 27-A estão os dados conforme a opinião dos especialistas entrevistados, onde verificamos que a opção: "Discordo", com 25%, ficou muito abaixo de "Concordo", com 75%.

Considerando os resultados, parece-nos que tanto o Estudo de Viabilidade elaborado para o Projeto CURA-Orla Marítima como o para o Projeto CURA Cristo-Mangabeira, não só mostravam que eram exeqüíveis. Mas também que, dentro da realidade das áreas propostas para intervenção, sem distorções nos números como já foi ou, talvez, ainda seja uma prática costumeira, onde os cálculos eram feitos em função de um resultado pré-determinado tornando, muitos projetos, catastróficos.

Merece ser destacado que o estudo de viabilidade, largamente utilizado no setor público e no setor privado, é talvez uma das partes mais importantes de todo e qualquer Projeto. Através dele quase todos os órgãos governamentais baseando-se nos cálculos que lhe são apresentados, tomam suas decisões, contrárias ou não, quanto à viabilidade das propostas encaminhadas.

Assim, leva-nos a crer que as distorções que ocorreram posteriormente tenham sido por conta das alterações realizadas em conseqüências de injunções políticas e, também, por efeitos exógenos que na época não se tinha condições de prever.

Terminada a análise das avaliações feitas pelos especialistas sobre os quatro objetivos do Projeto CURA, em conjunto com as questões pertinente a cada um deles, do Bloco III, passaremos agora ao Bloco IV, Aspectos Gerais.

Pelos dados apresentados na tabela 28, podemos verificar que 85% dos especialistas entrevistados acreditam que as classes sociais mais beneficiadas pelo Projeto Cura foram: a Alta e a Média, enquanto a classe Baixa, muito pelo contrário, com 50% dos entrevistados, assinalando a opção "Discordo", não se beneficiou com o programa.

TABELA 28 – BLOCO IV - ASPECTOS GERAIS

VARIÁVEL	RESPOSTAS (%)			
	DISCORDO	NEUTRO	CONCORDO	NÃO RESPONDEU
V56. Benefícios alta	5	-	85	10
V57. Benefícios média	5	-	85	10
V58. Benefícios baixa	50	10	30	10
V59. Intervindo	10	5	85	-
V60. Reativo	-	5	95	-
V61. Pol. Urbana	5	5	90	-
V62. Deslocamento	20	-	80	-
V63. Migração	30	10	60	-

Esses resultados ficam reforçados quando observamos a tabela 29, onde estão

classificados os bairros de João Pessoa, segundo a Renda Familiar Per Capta. Nota-se, imediatamente, que na primeira classificação estão os bairros que sofreram intervenção através do CURA-Orla Marítima, e na quinta colocação, numa posição intermediária dentro do conjunto, o bairro do Cristo Redentor, o que de certa forma ratifica a opinião dos especialistas entrevistados.

TABELA 29 – CLASSIFICAÇÃO DOS BAIRROS DE JOÃO PESSOA, SEGUNDO A RENDA FAMILIAR PER CAPITA

BAIRROS	CLASSIFICAÇÃO (POR RENDA FAMILIAR PER CAPITA)
Manaíra, Bessa, Cabo Branco, Tambaú	1'
Ips, dos Estados, Tambauzinho, Expedicionários, Miramar, Jardim Luna	2'
Centro, Jaguaribe, Tambi	3'
Torre, Varadouro	4'
Cristo Redentor	5'
13 de Maio, Bancários, Professores, Anatólia	6'
Cordo Encarnado	7'
Mandacaru	8'
Castelo Branco, Praia do Sol, Valentina Figueiredo	9'
Mangabeira	10'
Roger	11'
Cruz das Armas, Oitizeiro	12'
Novais	13'
Ilha do Bispo, Alto do Mateus	14'

Fonte: Programa Cidades de Porte Médio – COM – Pesquisa Domiciliar sobre população de Baixa Renda – 1984.

A segunda questão desse Bloco é: se "O Estado deveria continuar intervindo nos municípios brasileiros através de Programas semelhantes ao Projeto CURA". Os resultados encontrados, como poder ser observado na tabela 28, sugere-nos que a grande maioria dos especialistas entrevistados é favorável a tais ações por parte do Governo Federal, visto que 85% assinalaram "Concordo", enquanto, somente, 10% escolheram "Discordo", nos parece que seria uma das formas de amenizar as deficiências ao que concerne a infra-estrutura dos municípios brasileiros.

A terceira questão se refere a se "O Projeto CURA provocou uma reativação de alguns setores de atividade econômica da cidade de João Pessoa, com a geração de empregos diretos e indiretos", Na tabela 28, encontram-se os dados encontrados pela pesquisa, observa-se que quase todos os especialistas entrevistados opinaram por "Concordo" (95%), não havendo sequer um que escolhesse a opção "Discordo".

Conforme esses resultados nos parece ter havido uma homogeneidade bastante significativa nas opiniões dos especialistas entrevistados, que de certa forma corroboram com o depoimento de um empreiteiro que atuou prestando serviços em obras de calçamento e pavimentação, quando era executado o Projeto CURA:

Naquela época não faltava dinheiro nem emprego a quem quisesse trabalhar. Depois que era feita a medição, logo era liberado os recursos, que dava para pagar os empregados e sobrava uns bens trocados para gente. Deu para comprar até um carro!.

Ainda neste bloco, questionamos aos especialistas entrevistados se "Em nível de João Pessoa, o Projeto CURA trouxe benefícios à cidade como proposta de Política Urbana". Tal como a anterior houve uma supremacia das respostas "Concordo" (90%) sobre as demais – "Discordo" e "Neutro" – representando cada uma delas 5% das opiniões.

Correlacionando-se essa questão com a primeira apresentada neste bloco, nos sugere então que o Projeto CURA foi uma política urbana voltada para atender as classes Alta e Média em João Pessoa, segundo as respostas dos especialistas. Da mesma forma é o que nos assesta, considerando-se os resultados encontrados na questão se "O Projeto CURA provocou a migração dos residentes de baixa renda para outras áreas da cidade", haja vista 60% dos especialistas entrevistados optaram por "Concordo" enquanto "Discordo" teve 30% das opiniões (Tabela 28).

As palavras de Farias muito bem traduzem as opiniões dos especialistas, com relação às questões anteriormente abordadas. Outro elemento que também contribuiu para o adensamento habitacional na orla marítima foi a atuação do Banco em política urbana, a nível nacional, sendo um dos Projetos o CURA, que, no início da década de 70 beneficiou fortemente essa área da cidade, promovendo obras de pavimentação, saneamento básico, implantação de lazer e outras melhorias em bairros como Manaíra e Cabo Branco.

Os benefícios desse projeto também foram levados a outros bairros fora da orla, como o bairro do Cristo Redentor. Esse bairro, inicialmente de baixa renda, após a intervenção do Projeto CURA transformou-se em um bairro de classe média, contribuindo não só com a expansão do espaço urbano, como também com a seletividade deste espaço. (FARIAS, 1990).

Finalizando as questões do Bloco IV, temos: se "O Projeto CURA provocou um deslocamento ordenado da mecha urbana da cidade de João Pessoa". Pelos resultados da tabela 28, segundo a opinião dos especialistas entrevistados, nos dão conta que sim, tendo em vista 80% ter assinalado por "Concordo" e 20% por "Discordo".

Nesta parte, analisaremos o Bloco V - Avaliação Geral cujas questões são em número de três, onde buscamos identificar nas opiniões individuais, os aspectos positivos e negativos e a avaliação geral do Projeto CURA.

Em linhas gerais, um dos pontos que os especialistas entrevistados apontaram como aspectos positivos do Projeto CURA, foram as ações voltadas para infraestrutura, isto é, saneamento, esgoto, pavimentação, rede de abastecimento d'água, e ainda, saúde e lazer. Como pode ser observado nas palavras de alguns deles:

Associação de Programas e Projetos de Infra-Estrutura nos diversos setores sociais (saúde, lazer p/ex.); e econômicos (sist. viário; drenagem; esg. sanitário).

Execução de algumas obras de infra-estrutura que dificilmente as Prefeituras teriam condições, técnicas e financeira de executá-las.

Entre os aspectos positivos proporcionados pelo CURA, destacamos os investimentos em saneamentos básicos das áreas onde ele atuou.

Dotar de infra-estrutura básica alguns bairros da cidade.

Dotar as áreas escolhidas de uma infra-estrutura adequada, nas áreas de saneamento básicos e de transporte, com a implantação de rede de drenagem pluvial superficial e profundo, rede de abastecimento d'água, rede de esgotos sanitários e pavimentação de ruas nos bairros beneficiados, em quase sua totalidade.

Construções de equipamentos de lazer, cultura e assistência médica etc..

Outro ponto, que também mereceu atenção pelos especialistas foi a "melhoria da qualidade de vida" ou "melhoria do nível de conforto para a população beneficiada". Destacou-se, ainda, como aspecto positivo a organização do espaço urbano, como colocou alguns especialistas:

Demonstrar que embora complexa do ponto de vista político-social, a organização do espaço urbano pode ser trabalhado com resultados sociais positivos.

Obrigar a utilização de espaços vazios.

Racionalizar o crescimento urbanístico.

Crescimento ordenado da cidade.

Permite planejar/orientar o crescimento da malha urbana.

Induzir o crescimento e a ocupação urbana para uma área pré-determinada.

Provocou um crescimento ordenado da mecha urbana.

Notamos, ademais, que alguns tópicos foram relacionados mas que não tiveram a mesma freqüência que os anteriores, como por exemplo:

Geração de emprego.

Reativação de vários setores de atividade econômica.

Geração de Empregos diretos e indiretos.

Incentivo à construção (adensamento) destas áreas.

A experiência de planejamento local com possibilidade de concretização dos objetivos a curto ou médio prazo.

Possibilidade de aperfeiçoamento da experiência a partir de uma avaliação completa.

Facilitar a implantação de serviços através do setor público e privado.

Possibilitou os investimentos do setor privado.

Contudo, merece ser destacado uma das respostas apresentadas, que só foi abordada por um dos especialistas entrevistados, mas que nos parece bastante significativa:

[...] e se tivesse sido aplicado todo o seu conteúdo político, no tocante a especulação, qual seja a revisão periódica das alíquotas, teríamos assistido a uma verdadeira reforma urbana naquelas áreas onde o projeto foi implantado.

Quanto aos aspectos negativos do Projeto CURA, genericamente, as opiniões dos especialistas entrevistados parecem ter sido pulverizadas nos mais diferentes aspectos, muito embora em alguns casos coincidissem em pontos comuns. Um

deles está voltado para a "Política Fiscal" como podemos observar, a seguir:

Falta de continuidade na Política Fiscal.

Não cumprimento da lei de alíquotas progressivas.

A falta de uma revisão das alíquotas deixou o projeto na sua essência capenga, inviabilizando sua extensão a outros bairros da cidade, e desvirtuando todo seu conteúdo sócio-econômico.

Nas áreas curadas, não se aplicam as alíquotas previstas para o IPTU.

Outro aspecto negativo elencado, mas que de certa forma ainda estaria ligado ao anterior, é sobre o IPTU, como se pode constatar pelas palavras dos especialistas:

Não haver conseguido o retorno do investimento através do imposto predial para ser aplicado em outras áreas da cidade, mais carentes.

A arrecadação do IPTU não cobre as despesas de pagamento do empréstimo.

Por outro lado, verificamos ainda, que os especialistas entrevistados destacaram a interferência política como um fator que repercutiu de forma negativa no Projeto CURA, como se pode ver a seguir:

O retorno dos investimentos não foi eficaz por razões de natureza política e administrativa (inclusive mudança de executivo).

Imaturidade política do Estado, sobretudo do segmento do poder local para uma intervenção dessa monta no espaço urbano, em consequência, as distorções na operacionalização e no gerenciamento.

Interferências políticas.

Digressão das ações planejadas pelo fato de que a política de estratégia táctica a cargo do Projeto, muitas vezes intervindo de maneira a conturbar o planejamento.

Verificamos, também, que alguns especialistas acham que a participação da comunidade se faz necessária num projeto da envergadura do CURA, haja vista

terem incluído como um aspecto negativo a ausência de tal processo, como enfatizou um deles fazendo referência ao que mencionamos "O caráter autoritário e concentrador". A seguir algumas opiniões que destacamos:

A não participação da população atingida, pelo projeto, principalmente para discutir as prioridades de necessidades desta população. E mostrar que este tipo de projeto é financiado por eles. E não como obra política, como foram usados os projetos CURA, realizados até hoje em João Pessoa.

Trabalho isolado da equipe, sem consulta a outros órgãos governamentais e principalmente a própria comunidade.

Outro ponto negativo apresentado é com relação a seletividade do projeto no atendimento as classes sociais, como podemos observar através da opinião de alguns especialistas:

Um dos aspectos negativos que podemos citar diz respeito a um benefício aplicado numa área, que não chega a atingir todas as classes sociais, principalmente as mais humildes. Para isso o programa teria que ser mais abrangente, envolvendo outras áreas, como Educação, Saúde e Lazer.

Captar os benefícios pelas classes do tipo e ônus para as classes de base.

Não atuar em área de baixa renda.

Para finalizar, destacamos alguns aspectos negativos relacionados, e que nos parecem serem destacados em função das suas singularidades:

O nível exagerado de investimentos efetuados na orla marítima comprometeu sobremaneira a capacidade de endividamento da Prefeitura de João Pessoa por vários anos.

No Cristo, em razão da população se incluir na faixa de classe média-baixa, o projeto não deu resultado, sob o ponto de vista econômico. Não houve ocupação das áreas beneficiadas. Lá existem obras – calçamento – propriamente dentro do mato. a valorização, inicialmente artificial não resistiu e os preços voltaram ao normal.

Gerou uma maior especulação imobiliária nos bairros beneficiados e adjacências.

Com relação a avaliação geral do Projeto CURA destacamos, inicialmente, a opinião dos especialistas classificada como um bom projeto:

Boa. Contribuiu sensivelmente para o desenvolvimento das áreas beneficiadas.

Um bom programa, que deveria ser mantido, melhorando-se o controle e o acompanhamento do projeto.

Se nos detivermos a uma análise mais profunda, envolvendo a relação custos x benefícios, o surgimento de habitações com tipologia mais moderna, a elevação da qualidade de vida da comunidade, as condições do financiamento (juros de 3,5%), a inversão de recursos próprios de forma reflexas (CURA para AGLURB e vice-versa), as características da área antes e depois da implantação do projeto, é crucial afirmarmos que o Projeto CURA Cristo cumpriu seus objetivos principais elencados na proposta inicial.

Houve ainda, um grupo de especialistas que apesar de terem classificado-o como um projeto bom, o fizeram com restrições:

Na formulação original tem a sua coerência, no entanto, a sua aplicação face a própria ineficiência do poder público municipal, fica comprometido com as mudanças de objetivos dos executivos que se sucederam.

A idéia do CURA, no geral, é boa. Claro que falta muito para seu aperfeiçoamento, desde uma maior maturidade política da sociedade, dos dirigentes e dos técnicos a um maior conhecimento da realidade urbana como um todo. Com a exaustão das fontes externas de financiamento não há outras alternativas para solução dos problemas urbanos brasileiros que não seja com o equacionamento a partir de um esforço financeiro local, embasado em critérios sérios de quem pode e deve pagar a conta.

A proposta inicial e a forma como era encarado o projeto, dentro dos padrões e critérios sócio-econômicos poderia ter se chegado a algo melhor. Porém com as transformações dos projetos físicos, inversões de obras (calçamento sem esgoto), não cumprimento das alíquotas progressivas, áreas inadequadas, etc, chegou-se a um ponto de satisfação baixo. Embora com suas calçadas fornece melhoria econômica (melhoria visual e não real).

É positivo sim. Mas os aspectos políticos prejudicaram consideravelmente a 'eficiência' financeira do projeto. A PMJP, não implantou o incremento das alíquotas do IPTU, como previa o Projeto. Resultado: ficou inadimplente.

O projeto CURA/SEMELHANTES é fundamental mas deve prevalecer os conceitos técnicos. Na questão remoção ainda deixa a desejar, as indenizações são feitas por aquisição (pagamento). A área de atuação do projeto deve ser bem analisada, levando em conta outros projetos governamentais.

Fazendo-se uma avaliação geral, o projeto CURA trouxe alguns benefícios em termo de melhoria das populações dos bairros onde ele atuou, mas deixou muito a desejar pela falta de continuidade, demora na sua execução e em muitas áreas a sua própria conclusão.

Muito bom, desde que implantado em áreas que possam absorvê-lo, principalmente em relação a ocupação dos espaços vazios.

Bastante positivo, excetuando-se nossa análise sobre pontos que desconhecemos, ligados a liberação dos recursos financeiros muitas vezes bloqueados em função de dependências entre a PMJP e o Agente Financeiro.

O Projeto CURA é válido como aplicação de metas para o desenvolvimento da cidade, em determinados bairros. Ele não é um programa abrangente, pois se limita a setores de nível de renda compatível com a capacidade de pagamento, através da aplicação do IPTU cobrado pela Prefeitura. Apesar de ter suas limitações, os que foram aplicados em João Pessoa, trouxeram benefícios para a população.

E por fim, notamos um terceiro grupo de opiniões cujos especialistas não se mostraram favoráveis ao Projeto CURA, inclusive identificando as razões de suas deficiências. A seguir as opiniões desse grupo:

Não atinge as principais necessidades e interesses da maioria da população.

Continuamos a insistir na utilização de modelos pouco adequados à realidade regional brasileira, principalmente, no tocante às razões culturais que comprometem o fator humano na administração da coisa pública – o mesmo acontece com o ensino nos diversos níveis de educação e também na saúde pública.

Nos moldes atuais, é um projeto inviável para cidades do Nordeste, principalmente do porte de João Pessoa ou menor, onde este projeto é utilizado como elemento 'politiqueiro', e inviável no aspecto financeiro, Já que dificilmente terão coragem de repassar os custos de investimento, para os contribuintes de IPTU destas áreas atingidas (ou beneficiadas), por ser estas pessoas as maiores detentoras de terrenos vazios, e também, elementos políticos influentes. Exemplo: Lançamento do IPTU de 1984, onde o aumento percentual de toda a cidade foi de 200%. Tambaú pelo fato de ter alíquota de área atingida pelo CURA teve um aumento de apenas 120%. Em suma, os projetos CURA de João Pessoa é financiado pela população menos ou nada, beneficiada por ele.

Pobre em resultado, em termos de projeto e sua concretização.

Deve sofrer total reformulação uma vez que o seu objetivo principal, isto é, o

combate a especulação imobiliária, não foi alcançado.

Em suma, parece-nos, através das respostas apresentadas na avaliação geral do Projeto CURA, que, em certa medida, os especialistas entrevistados acharam o Projeto CURA, apesar de alguns deslizes na execução, gerenciamento e na elaboração e, ainda, as injunções políticas interferindo no processo e, às vezes, sobrepondo o que era certo tecnicamente, trouxe benefícios às áreas que sofreram intervenção e até mesmo, por extensão, a cidade de João Pessoa.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÃO

No capítulo anterior foi apresentada a análise e discussão das variáveis, conjugada com informações obtidas por variáveis secundárias. Neste capítulo, apresentamos as conclusões gerais derivadas da pesquisa, relacionadas a seguir:

1. Dentre os quatro objetivos preconizados pelo Projeto CURA os dois primeiros, segundo os resultados da pesquisa, foram alcançados satisfatoriamente, na opinião dos especialistas mas com restrições, enquanto os dois últimos podemos considerar insatisfatórios, bastante aquém de seus propósitos.

2. Notamos que os serviços urbanos implantados na área CURA Orla Marítima pareciam estar dotados de melhor qualidade que os oferecidos na área CURA Cristo-Mangabeira, demonstrando a diferenciação que as autoridades seja a nível federal, estadual e municipal tinham com as camadas da população de baixa renda. Isto talvez evidencie o tratamento dispensado pelo Estado à essa população, tratando-a como cidadão de segunda categoria.

3. Outro ponto a destacar foi o processo de ocupação dos terrenos, na Orla Marítima que se deu com muito maior intensidade, em relação as outras áreas. É interessante se observar, também, o padrão superior das residências que foram construídas, transparecendo talvez o quanto o Projeto CURA ampliou a seletividade do espaço urbano.

4. Os investimentos privados é outro ponto de destaque entre os benefícios advindos com o Projeto CURA, possibilitou um incremento considerável nas áreas beneficiadas funcionando como fator preponderante no processo de acumulação de capital.

5. Na percepção dos especialistas a especulação imobiliária, que se previa que seria contida, teve aparentemente um efeito contrário, se estendendo pelos bairros adjacentes.

6. Outro aspecto sugerido pelo entrevistados foi a valorização dos terrenos não só das áreas beneficiadas pelo projeto mas também aos bairros adjacentes, consequência direta dos investimentos em infra-estrutura.

7. A possível interferência política no desenvolvimento do projeto, com ações populistas e clientelistas, desviando muita das vezes as ações anteriormente planejadas pelos técnicos, encarecendo o custo da obra e levando até a paralisações, pode ter contribuído para as distorções dos objetivos preconizados.

8. Houve aparentemente uma socialização da dívida entre todos os contribuintes de IPTU, visto que o reajuste dos valores venais das áreas curadas eram inferiores às demais áreas. Isto talvez possa ser interpretado como um exemplo típico de "gerência financeira em causa própria".

9. O retorno do investimento para pagamento da dívida não foi compatível, na visão dos entrevistados, com o que se previa no estudo de viabilidade econômica, talvez porque as taxas de ocupação usadas no cálculo tenham sido superestimadas.

10. O estudo sugere ainda a não participação ou mesmo consulta a população das áreas a serem beneficiada para a escolha dos equipamentos urbanos a serem implantados, apesar de previsto no projeto.

Em geral podemos concluir o seguinte:

a) A opinião dos especialistas entrevistados parece ter evidenciado um problema típico do Estado Brasileiro pós-64, ou seja, a dualidade sobre a qual se orientou.

Inicialmente, voltado para a acumulação de capital, através de investimentos em áreas nobres e privilegiadas, (Manaira, Cabo Branco). Com o aparecimento de críticas quanto a sua função social o Projeto Cura, num segundo momento, e na tentativa de legitimizar suas ações perante a sociedade, passar a atuar em áreas menos favorecidas (Cristo, Mangabeira) beneficiando inesperadamente áreas não previstas.

b) Um aspecto político interessante que emergiu deste estudo foi a possível elevação do grau de dependência do município ao Governo Federal. Aparentemente, o Projeto Cura pode ter servido como um mero veículo de repasse de recursos federais ao município, com a finalidade de ampliar as áreas de interesses federais no nível municipal. Considerando que os Prefeitos da época eram nomeados pelo Estado, talvez os recursos transferidos pela União também fossem considerados como instrumentos de poder político e econômico para consolidar os interesses Estatais.

c) Em suma, observamos que o Projeto Cura em João Pessoa, como proposta de política urbana atendeu em parte aos objetivos preconizados, deixando a desejar em alguns aspectos por conta de disfunções políticas que se sobrepuseram aos aspectos técnicos da matéria. Isto talvez possa ser visto como uma característica marcante dos programas de governo da época cujo modelo era caracterizado por uma tendência burocrático-autoritária.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Carlos A. e SOUZA, Hebert de. **O estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a crise fiscal**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

BERNARDES, Lysia. Política urbana: uma análise da experiência brasileira. In **Análise & Conjuntura**, v. 1, n.1. Fundação João Pinheiro, jan./ago., 1986.

BOGUS, Lúcia Maria M. **Vila do encontro: a cidade chega à periferia: notas sobre as relações entre política urbana, família e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: FAUUSP – Fundação para Pesquisa Ambiental, 1981.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

_____. Política de habitação. In **Revista Espaço e Debates**, n. 16. São Paulo: Nobel, 1985.

BRASILEIRO, Ana Maria. **Política urbana: quem decide?** Rio de Janeiro. (mimeo).

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1988.

CHURCHIL, Gilbert., A Paradigm for Developing Better Measures of Marketing Constructs. **Journal of Marketing Research**, February, 1979.

DALKEY, N. L. C. **The Delphi method: an experimental study of groups opinion**. Santa Monica, California: The Rand Corporation, 1969.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

FARIAS, Ana Maria de Souza Martins. **Moradia e conflito: os programas de urbanização de favelas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Universidade Federal da Paraíba, 1990.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e política pública**. São Paulo: Cortez, 1989.

JOLSON, Marvin and ROSSOW, Gerald. The *Delphi* process in marketing decision making. **Journal of Marketing Research**, november, 1971.

LAVIERI, Maria Beatriz F. **O BNH e a nova forma de Estado no Brasil pós-64**.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade Federal da Paraíba, 1985.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**: do milagre brasileiro e a crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e a crise no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NUNES, Edison. Estado brasileiro e corporativismo. In **Rev. Estudo CEBRAP**. São Paulo, 1986.

NIE *et alii*. **Statistical package for the social sciences**. New York: McGraw-Hill, 1976.

O' CONNOR, James. **The fiscal crisis of the state**. New York: St. Martins Press, 1973.

OSGOOD, Charles *et alii*. **The measurement of meaning**. Champaign: Univ. of Illinois Press, 1957.

PENNA, José Eduardo de Oliveira. **O projeto CURA**. Rio de Janeiro: Secretaria de Divulgação do BNH, [19-?]

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1986.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1986.

RODRIGUEZ, Lins Rodrigues. **Acumulação de capital e produção do espaço**: o caso da grande João Pessoa. João Pessoa: Universitária UFPB, 1980.

RASSOMANO, Rosah. **Livre iniciativa e o intervencionismo estatal**: o problema no Brasil (mimeo).

SELLTIZ, Claine *et alii*. **Research methods in social relations**. New York: Holt, Rinchart and Winstons, 1976.

SCHMIDT, Benício Vieiro. **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Universidade, UFRS, L e M, 1983.

_____. e FARRET, R. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense.

SOUZA, Maria Celina. **Metropolização brasileira**: uma análise dos anos setenta. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985.

VENANCIO, Alberto Filho. **A intervenção do Estado no domínio econômico**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1968.

DOCUMENTOS E REGISTROS OFICIAIS

BNB - Lima, Antônio Aquilino de Macedo. Nordeste: Finanças Municipais e Urbanização. Fortaleza, 1977.

BNH - O Projeto CURA (Proposta). Rio de Janeiro, 1973.

Estudo Especial - Projeto CURA. Revista Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, 1974.

IBAM - Revista de Administração Municipal n.º 161. Rio de Janeiro, Out/Dez de 1981.

PE CPM - Perfil do Aglomerado Urbano de João Pessoa. Administração Municipal. Volume IV. João Pessoa. 1984.

PMJP - Programa de Complementação Urbana. Orla Marítima. João Pessoa. Out/1977.

URBAN - Projeto CURA Cristo/Mangabeira - Estudo de Viabilidade. João Pessoa. Abril/1983.

ANEXO A

**RELAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS À PMJP, PARA O PROJETO
CURA, ATRAVÉS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS**

ANO	HISTÓRICO	VALOR A PREÇOS DA ÉPOCA
1978	Empréstimo para elaboração de Projetos executivos de Engenharia da Área CURA Piloto "Tambaú"	4.720.432,51
1978	Empréstimo para a execução de obras, referentes aos projetos específicos de Sistema Viário, Águas Pluviais, Iluminação da rua CURA "Tanbaú"	25.700.416,67
1978	Empréstimo para execução da 2. ^a etapa, de obras referentes aos Projetos específicos de Sistemas Viário, Iluminação Pública e Recreação na Área CURA "Tambaú"	32.755.320,00
1978	Empréstimo para elaboração da Cartografia Básica	5.921.558,18
1979	Empréstimo para execução de obras e galerias da Área CURA Piloto "Tambaú"	155.824.712,44
1979	Empréstimo para a execução de obras referentes aos projetos específicos de Sistema Viário, Águas Pluviais, Iluminação da Área CURA "Tambaú"	89.369.054,46
1980	Empréstimos para execução de obras e galerias da Área CURA Piloto "Tambaú"	49.926.098,28
1981	Empréstimos para a execução do Projeto CURA Manaíra	2.902.205,16
1981	Empréstimo para execução do Projeto CURA Manaíra 1. ^a etapa	42.857.185,47
1981	Empréstimo para execução do Projeto CURA Manaíra 2. ^a etapa	331.911.511,43
1981	Empréstimo para execução do Projeto CURA Desapropriação	6.537.000,00
1982	Empréstimo para execução do Projeto CURA Manaíra 1. ^a etapa	18.010.260,21
1982	Empréstimo para execução do Projeto CURA Manaíra 2. ^a etapa	413.080.993,70
1983	Empréstimo para execução do Projeto CURA Manaíra 2. ^a etapa	84.850.698,00
1984	Empréstimo para execução do Projeto CURA Cristo/Mangabeiro	3.308.489.560,00
1985	Empréstimo para execução do Projeto CURA Cristo/Mangabeiro	11.109.882.841,00
1986	Empréstimo para execução do Projeto CURA Cristo/Mangabeiro	6.819.425,76

Fonte: Balanços Anuais da PMJP.

ANEXO B

PRAZOS DE PAGAMENTO DO PROJETO CURA DE JOÃO PESSOA, DESMEMBRADO POR CONTRATO

CONTRATO	OBJETIVO	DATA DO CONTRATO	PRAZO (MESES)	
			CARÊNCIAS	PAGAMENTO
04.78	CURA I	14.03.78	12	120
05.78	CURA II	14.03.78	16	240
15.78	CURA III	07.10.78	18	240
21.78	CURA IV	06.12.78	16	240
01.78	CARTOGRAFIA BÁSICA	04.01.78	15	120
04.81	CURA MANAÍRA	23.03.81	6	120
09.81	CURA MANAÍRA 1. ^a ETAPA	08.01.81	12	240
10.81	CURA MANAÍRA 2. ^a ETAPA	21.08.81	24	240
17.81	CURA DESAPROPRIAÇÃO	14.08.81	12	240
21.83*	CRISTO/MANGABEIRA			

Fonte: Perfil do Aglomerado Urbano de João Pessoa – Administração Municipal. Volume IV, 1984.

* Não obtivemos informações

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)